

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

EDISON ADEMIR PADILHA OURIQUES

ÁLCOOL E VIOLÊNCIAS: as experiências dos adolescentes ligados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos nos CRAS de São Borja-RS

Porto Alegre
2017

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

EDISON ADEMIR PADILHA OURIQUES

ÁLCOOL E VIOLÊNCIAS: as experiências dos adolescentes ligados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos nos CRAS de São Borja-RS

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.^a Dra. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre

2017

Ficha Catalográfica

O93 L Ouriques, Edison Ademir Padilha

Álcool e Violências : as experiências dos adolescentes ligados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos nos CRAS de São Borja-RS / Edison Ademir Padilha Ouriques . – 2017.

172 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi.

1. Álcool. 2. Violência. 3. Adolescentes. I. Grossi, Patrícia Krieger. II. Título.

EDISON ADEMIR PADILHA OURIQUES

ÁLCOOL E VIOLÊNCIAS: as experiências dos adolescentes ligados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos nos CRAS de São Borja-RS

A banca examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação intitulada “**ÁLCOOL E VIOLÊNCIAS: as experiências dos adolescentes ligados aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos nos CRAS de São Borja-RS**”, de Edison Ademir Padilha Ouriques, apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social pela Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em ____ de janeiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra Patrícia Krieger Grossi - Orientadora
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof. Dr. Adolfo Pizzinato
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Prof.^a. Dra. Maria Regina Fay de Azambuja
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Porto Alegre - RS

2017

Apesar de álcool e jovens não combinarem, essa “mistura” acontece muito frequentemente, e o comportamento de beber dos adolescentes ocorre a olhos vistos. (VIEIRA, et al. 2007, p.7).

AGRADECIMENTOS

Aos meus amados pais, Ramão da Cunha Ouriques e Iolanda Valdeci Padilha Ouriques, expresso profunda gratidão neste momento tão importante de minha vida. A vocês que me trouxeram a este mundo, e que sempre se fizeram presentes em todos os momentos de minha vida me apoiando, aconselhando e incentivando em minhas escolhas e conquistas, recebam, o meu muito obrigado pelo amor e dedicação;

Aos meus irmãos, Nei Artur Padilha Ouriques e Adriana Celeste Ouriques Moiano, agradeço pela paciência e ajuda que dedicaram durante este processo de pós-graduação;

Aos Meus Sobrinhos, Isabel Pinto Ouriques, Alessandra Pinto Ouriques, Vinícius Ouriques Moiano e Ana Clara Ouriques Moiano, por se fazerem presentes alegrando e tornando os momentos de descanso mais prazerosos;

A Daniele Javerez de Oliveira, agradeço pelos momentos de descansos, pelo apoio, motivação e fortaleza nos momentos de angústia. Sempre presente, impedindo que eu desistisse desse árduo caminho trilhado durante esses dois (2) anos de estudo;

A Professora Patrícia Krieger Grossi, minha incansável orientadora, que me proporcionou os conhecimentos necessários para concluir mais esta etapa da minha formação;

Aos Professores, Dr. Adolfo Pizzinato e Dra. Maria Regina Fay de Azambuja, por suas contribuições para tornar este trabalho mais qualificado;

Enfim, a todos os meus amigos, colegas, professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), recebam todo o meu carinho e meu muito obrigado.

Dedico estas páginas escritas arduamente
nas idas e vindas entre as cidades de São Borja e de Porto Alegre,
vencendo medos de não conseguir cumprir com meus compromissos de trabalho na
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, bem como dos meus estudos na
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS,
buscando não ser abatido pelos desgastes de noites mal dormidas dentro dos
ônibus intermunicipais e dos dias intensos de disciplinas na universidade,
ao meu falecido Irmão Paulo Alexandre Padilha Ouriques.

Apreendi com ele os malefícios que o costume de ingerir bebida alcoólica pode
causar numa pessoa e naqueles que o rodeiam. Do silêncio em que esta droga lícita
age, desde o primeiro contato, até a evolução para a dependência, que leva a um
processo de agravamento da depressão. Depressão esta que o levou a morte de
forma trágica. Naquela manhã do dia 30 de novembro de 2012, quando escutei na
emissora da rádio local, que uma pessoa do sexo masculino havia se jogado nas
águas do rio Uruguai com intensão de se suicidar, não imaginava ter sido o meu
irmão. Neste momento tive a infeliz experiência do que o álcool é capaz de provocar
no interior das famílias. Vítima de uma sociedade que não orienta sobre os prejuízos
do álcool.

RESUMO

A presente dissertação versa sobre as experiências dos adolescentes do município de São Borja (RS) que frequentam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) ofertados nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) no que refere ao uso de Álcool e as Violências. De fato, o uso de Álcool pelas pessoas pode provocar algum tipo de Violência, porém nem todos que bebem são ou se tornam violentos. Isso porque esta relação depende de inúmeros fatores, tais como a quantidade de Álcool ingerido, expectativas ao beber, estado de espírito e situações sociais vivenciadas pelos sujeitos. Ainda referente ao costume de beber, deve-se destacar que o abuso de Álcool acarreta inúmeros agravos tanto à saúde quanto ao que se refere ao aumento das possibilidades de ocorrência de acidentes de trânsito e de violências das mais diversas formas. Dentre as ações interventivas, destaca-se a prevenção como uma das melhores formas de tratamento, uma vez que busca nas informações e na formação das pessoas evitar que os fatores agravantes venham a ocorrer. Considerando a existência de uma tendência mundial de início do consumo de bebidas alcoólicas cada vez mais cedo, as abordagens deste tipo com adolescentes devem ser incentivadas. Nesta perspectiva, ao fazer o estudo sobre as percepções e vivências dos adolescentes, buscou-se analisar os significados atribuídos, referente aos usos de Álcool e o envolvimento com a Violência entre eles próprios, seus amigos, colegas, conhecidos e familiares, a fim de contribuir nas abordagens preventivas. Procurou-se, ainda, identificar os tipos de Violência manifestados quando os adolescentes estão fazendo uso de bebidas alcoólicas. Este trabalho buscou estudar os adolescentes e profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) por serem estes espaços locais privilegiados para a realização de atividades que sejam capazes de prevenir as ocorrências de vulnerabilidade e riscos sociais. Assim, também, despendeu esforços em identificar as atividades de prevenção ao uso de Álcool e à Violência na adolescência realizadas nos CRAS. O que se verificou foi uma carência nesses tipos de ação. Alguns desses fatores, relatados pelos (as) profissionais, vão ao encontro da precarização do trabalho e a rotatividade dos profissionais que não permitem maiores cuidados na elaboração e acompanhamento das práticas junto aos adolescentes. A observação feita por meio dos dados qualitativos, dentre outras coisas, demonstrou que o grupo de amigos é determinante no início precoce do uso de Álcool pelos adolescentes, mas também a convivência e o uso de Álcool entre familiares são situações que necessitam maiores cuidados por parte das políticas públicas. Também pôde ser constatado que, mesmo não sendo unânime o uso de Álcool entre os (as) adolescentes, a grande maioria tem conhecimento de algum caso de Violência envolvendo pessoas embriagadas. Dentre alguns adolescentes que afirmaram não fazer o uso de bebida alcoólica, as experiências de Violência na família envolvendo o Álcool se mostraram como um fator que gera repulsa e aversão ao costume de beber.

PALAVRAS-CHAVES: Álcool; Violência, Adolescentes

RESUMEN

Esta disertación se ocupa de las experiencias de los adolescentes de la ciudad de São Borja (RS) que frecuentan los Servicios de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos (SCFV) que son ofrecidos en los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS) a lo que se refiere al uso del Alcohol y la Violencia. En efecto, el uso de alcohol por parte de las personas puede causar algún tipo de violencia, pero no todos los que beben son o se vuelven violentos. Esto porque esta relación depende de numerosos factores, tales como la cantidad de alcohol consumido, las expectativas que uno tiene cuando bebe, el estado de ánimo y situaciones sociales experimentadas por los sujetos. Aún en referencia a la costumbre de beber, hay que señalar que la ingestión abusiva de alcohol ocasiona numerosos problemas de salud, además de contribuir para el aumento de las probabilidades de ocurrencia de accidentes de tránsito y de diversas otras formas de violencia. Con relación a las acciones de intervención, se subraya la prevención como una de las mejores formas de tratamiento, ya que busca a través de la información y la formación de las personas, prevenir factores agravantes. Considerando la existencia de una tendencia mundial de inicio de consumo de bebidas alcohólicas cada vez más pronto, se debe fomentar los enfoques de este tipo con los adolescentes. En esta perspectiva, haciendo el estudio sobre las percepciones y experiencias de los adolescentes, se intentó analizar los significados relacionados al consumo de alcohol y la participación en la violencia entre ellos mismos, sus amigos, colegas, conocidos y familiares con la finalidad de contribuir en los enfoques preventivos. También se trató de identificar los tipos de violencia que se manifiestan cuando los adolescentes están haciendo uso de bebidas alcohólicas. Este trabajo tuvo como objetivo el estudio de los adolescentes y los profesionales de los Centros de Referencia de Asistencia Social (CRAS), ya que estos espacios son lugares privilegiados para llevar a cabo actividades capaces de evitar la vulnerabilidad y los riesgos sociales de ocurrencias. Así, también, dedicó esfuerzos para identificar las actividades desarrolladas en la prevención del uso de alcohol y la violencia en la adolescencia realizado en CRAS. Lo que se observó fue la falta de este tipo de acción. Algunos de estos factores, reportados por los profesionales, señalan la precarización del trabajo y el volumen de negocios que no permiten más cuidado en la preparación y acompañamiento de las prácticas entre los adolescentes. La observación hecha por medio de los datos cualitativos, entre otras cosas, mostró que el grupo de amigos es crucial en el inicio precoz del consumo de alcohol por los adolescentes, pero también la connivencia y el uso de alcohol entre los miembros de la familia son situaciones que requieren mayor atención por política pública. También se puede señalar que, aunque no sea unánime el consumo de alcohol entre los adolescentes, la gran mayoría conoce la existencia de casos de violencia que involucra a personas adictas. Entre algunos adolescentes que dijeron que no hacen uso de alcohol, las experiencias de violencia familiar que implican el alcohol se muestran como un factor que genera disgusto y aversión costumbre de beber.

PALABRAS CLAVE: Alcohol; Violencia; Adolescentes

LISTAS DE SIGLAS

CadÚnico – Cadastro Único para programas sociais
CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CERVBRASIL – Associação Brasileira da Indústria da Cerveja
CISA – Centro de Informações sobre Saúde e Álcool
CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social
CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
CF – Constituição Federal de 1988
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FEB – Forças Expedicionárias Brasileiras
FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
IFF – Instituto Federal Farroupilha
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
OMS – Organização Mundial da Saúde
PAIF – Programa de Atendimento Integral a Família
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SBP – Sociedade Brasileira de Pediatria
SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMTHASC – Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
SINDICERV – Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Percepção do uso de álcool.....	86
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Dados gerais dos adolescentes.....	55
Quadro 2. Dados gerais dos Profissionais.....	56

SUMÁRIO

Introdução	12
2. Contextualizando o município de São Borja – RS	18
3. Assistência Social: perspectiva histórica e atual	21
4. Violência estrutural e questão social: um estudo dos condicionantes da violência na sociedade capitalista	36
5. Metodologia	46
6. Apresentação das experiências dos (as) adolescentes e dos (as) profissionais frente a temática álcool e violência	61
6.1 Experiências dos Adolescentes frente ao uso de álcool e a violência.....	63
6.1.1 O início do uso de álcool	66
6.1.2 O uso de bebidas alcoólicas e de outras substâncias	72
6.1.3 O uso/abuso de álcool e violência na família	79
6.1.4 Percepções a respeito do uso/abuso de álcool	85
6.1.5 Pessoas alcoolizadas, direção de veículos automotores, sexualidade e gênero	91
6.1.6 Experiências a respeito do uso/abuso de álcool e as violências	100
6.1.7 Álcool, drogas, violência na escola, e o desafio da prevenção.....	109
6.2. A Prevenção realizada com adolescentes junto aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos CRAS	119
6.2.1. Família: entendendo os processos de compreensão/incompreensão na perspectiva dos profissionais.	120
6.2.2. Funcionamento e atividades do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	127
6.2.3. As formas de violências percebidas nos grupos a partir das perspectivas dos profissionais.....	133
6.2.4. Os limitantes percebidos pelos profissionais a respeito dos trabalhos nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	136
6.2.5. A prevenção ao uso de álcool e casos de violência nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	140
Considerações Finais	149
Referências	154
Apêndices	170

Introdução

O estudo que ora se apresenta trata-se de um esforço de compreensão da maneira como os adolescentes do município de São Borja estão percebendo suas experiências, diretas ou indiretas, referentes às relações que envolvem os usos de álcool e as diversas violências. Deve-se destacar ainda que o presente trabalho não possui como finalidade o foco nas dependências causadas pelas bebidas alcoólicas, nem tão pouco no uso exclusivo pelas pessoas com idades inferiores aos dezoito (18) anos. Outrossim, busca fazer reflexões na linha da prevenção, afim de apontar subsídios para planejar novas intervenções, que contribuam com os esforços de proteção de crianças e adolescentes, já instituídas legalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.

Assim, com os óculos voltados para a prevenção, tenta-se discorrer sobre as contribuições da política de assistência social, por meio dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e neles, dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), como espaços privilegiados para realizar abordagens de prevenção ao uso de álcool por adolescentes e o envolvimento em casos de violências. Isso porque os processos preventivos são grandes aliados no combate aos agravantes na saúde das pessoas ou nos processos violentos que podem advir do costume de beber excessivo. Além disso, quanto mais precoce a prevenção for, maior as chances de sucesso, uma vez que também existe uma tendência na sociedade mundial de início do uso de bebidas alcoólicas cada vez mais cedo.

Mas, para garantir que as atividades preventivas sejam realizadas ou elaboradas no âmbito dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) da melhor forma possível, deve-se conhecer as necessidades das pessoas com as quais se pretende intervir. Desta forma, o objetivo central deste estudo foi o de analisar as experiências dos adolescentes do município de São Borja – RS que participam dos grupos de convivência dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, no que refere ao uso de álcool e o envolvimento em ocasiões de violências. A delimitação do tema para este espaço geográfico de São Borja – RS se deu por motivos que vão ao encontro de sua história, sua localização enquanto fronteira do Brasil com a Argentina e sua distância dos grandes centros populacionais.

Também se deve destacar, nestas primeiras linhas, que este estudo se debruçou sobre o público adolescente por ser a delimitação de idade instituída legalmente no Brasil para designar o período da adolescência situada entre as idades entre 12 e 18 anos, bem como por ser utilizada como parâmetro para a atuação das diversas políticas públicas.

Contudo, não é possível perceber, em uma análise superficial, a relação que o álcool estabelece com as diversas formas de violências. Nem mesmo os motivos pelos quais não se recomenda beber álcool antes dos dezoito (18) anos de idade. Isso porque nem todos quando bebem se tornam violentos e que o uso de bebidas alcoólicas, na grande maioria das vezes, é praticado como auxiliador nos momentos de lazer e de diversão. Um exemplo disso aparece nas falas dos adolescentes entrevistados neste trabalho, onde se percebe que o uso de bebidas alcoólicas é generalizado, sendo um hábito utilizado por pessoas de qualquer idade, gênero, em quaisquer ocasiões e em quaisquer locais, dentro e fora da família.

As adversidades decorrentes do uso de álcool acompanham a humanidade desde a antiguidade mas, mesmo assim, o costume de se ingerir essa substância persiste desde sua descoberta. Na contemporaneidade tais dificuldades podem ser agravadas ou diminuídas dependendo de fatores socioculturais. A prática de dirigir veículos automotores sob o efeito da bebida é um exemplo claro disso.

Masur (2004) descreve que os problemas com o uso do álcool aparecem quando ocorre o abuso da substância, ou seja, beber muito e em momentos inapropriados. Gallo (et al. 2005, p.90), ao descrever fatores de risco para uma conduta infracional pelos adolescentes, cita o álcool como um elemento que pode aumentar a agressividade dos sujeitos “devido ao seu efeito desinibidor”. Assim sendo, usá-lo durante a adolescência pode caracterizar uma violência devido às consequências inerentes ao uso.

Mas, o que caracteriza a adolescência? Para o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA Brasil (2010) - a adolescência é uma fase da vida do sujeito que necessita de proteção contra situações que impeçam um adequado desenvolvimento biopsicossocial das pessoas. Porém, só a definição de idades indicada na legislação, não dá o subsídio necessário para compreender as dificuldades que o uso de álcool nesta fase acarreta ao indivíduo.

Para Alves (et al. 2008, p.556) a adolescência seria “o período da vida iniciado na puberdade, e que acaba quando o jovem entra no que, culturalmente, se considera

como a idade adulta”. Neste período, a pessoa passa por transformações fisiológicas intensas. Assim, a adolescência é um momento que todos os indivíduos passam e que não é possível caracterizá-la somente pela idade.

Alves (et.al. 2008), indica ainda, que a adolescência seria um momento da vida em que tudo muda, tanto no sentido biológico como no psicológico, mas sobretudo em suas concepções sociais do ser criança ao ser adulto. Neste sentido, a ingestão de álcool pode acarretar perturbações em seu desenvolvimento físico e psicológico, bem como dificuldades em seu convívio social.

Cabe destacar ainda que o princípio e o término desta fase são difíceis de serem definidos. O início geralmente tem sido demarcado “pelos indícios corporais da puberdade”, e muitas vezes, seu fim tende a ser ignorado (GURSKI, 2012, p.61). Para Gurski (2012, p.60), “as condições da cultura atual parecem levar ao prolongamento da vivência adolescente”.

O período da juventude tem sido foco de diversos estudos, sendo muitas vezes considerado “o ciclo da vida em que as pessoas passam da infância para a fase adulta” (SILVA, 2016, s/p). Este período não é igual para todas as pessoas, variando em decorrência de fatores socioeconômicos e culturais de cada lugar ou nação.

A fase da juventude implica ainda em “uma condição social” (GURSKI, 2012, p.65). A passagem para a vida adulta, segundo Gurski (2012, p.64), é acompanhada por situações que envolvem “o final dos estudos, a inserção no mercado de trabalho e a criação de uma família”. Estas condições exigem cuidados por parte das políticas públicas e, a partir da década de 1990, começa a ser inserida na agenda política que culmina na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, em 2013, com o Estatuto da Juventude.

Além disso, por meio do Estatuto da Juventude, lei nº 12.852 (BRASIL, 2013) e pelas políticas públicas de juventude, este seguimento populacional ganhou uma série de iniciativas legais que buscam contribuir para sua proteção social. Assim, para fins de delimitação dessa lei, jovem é aquela pessoa que possui idade entre quinze (15) e vinte e nove (29) anos. Sendo neste quesito semelhante ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que traz uma idade qualificadora.

O Estatuto da Juventude, ao apontar as ações de atenção à saúde dos jovens, buscará a “garantia da inclusão de temas relativos ao consumo de álcool tabaco e outras drogas [...] nos projetos pedagógicos nos diversos níveis de ensino” (BRASIL, 2013, s/p). Também indica a necessidade da “capacitação dos profissionais de saúde,

em uma perspectiva multiprofissional, para lidar com temas relativos”, dentre eles o “abuso de álcool, tabaco e outras drogas pelos jovens” (BRASIL, 2013, s/p).

Sousa (et.al. 2005), ao apresentar a problemática de dependência alcoólica entre adolescentes, afirma que a comprovação de tal fenômeno é de difícil obtenção pela forma como o álcool desenvolve sua dependência nos indivíduos. E esta, conforme Peschansky (et al. 2004, p.16), pode ser associada aos “freios sociais”¹, não existentes nesta fase. Sousa (et.al. 2005) descreve ainda que na adolescência os pais podem perder um pouco o controle sobre seus filhos em detrimento de suas referências sociais, ou seja, seus grupos de amigos.

Assim, observa-se que a adolescência é uma fase que deve ser cuidadosamente entendida e que não depende somente da idade, mas trata-se de um momento de desenvolvimento e descoberta que os levará à fase adulta. Entretanto, para isso, é necessário proteção contra os malefícios do uso do álcool.

O álcool carrega consigo muitas polêmicas acerca de seu uso em todos os tipos de sociedade. Há, conforme Masur (2004), os que defendem uma lei de abstinência social total e existem os que não acreditam que isso seja a resolução do problema e sim o começo de outros. Porém, o que se tem hoje disposto na legislação brasileira poderia bem estar contribuindo nos esforços de diminuição dos casos de violências ligados ao uso de álcool por adolescentes. O que se necessita então é a real efetivação do que se tem.

Fica evidente que os casos de violências ligados direta ou indiretamente ao álcool são agravados quando ocorrem entre os mais jovens, o que pode também se dar em decorrência da não observação dos dispostos na legislação. Mas, no que refere aos adolescentes que não fazem uso da bebida, estes também estão sujeitos a ser aferidos pelas violências decorrente de pessoas embriagadas. Assim, a intervenção deve passar ainda pela capacitação continuada dos profissionais que atuam diretamente junto a estas situações a fim de identificar e conduzir adequadamente os encaminhamentos. Dessa forma, se poderá proteger ou intervir

¹ Para Peschansky (et al. 2004, p.16) os “freios sociais”, são os conjuntos de regras (legislações) e prejuízos (familiares, perde de emprego, doenças, baixo rendimento acadêmico, entre outros) que se manifestam devido ao uso abusivo de álcool. Um exemplo disso seria um adulto que busca tratamento para deixar de beber após, separação conjugal, perda de emprego, entre outros, e que estão ausentes entre a maioria dos adolescentes. Sobre isso ver: PECHANSKY, Flavio; SZOBOT, Claudia Maciel; SCIVOLETTO, Sandra. Uso de Álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. Disponível em http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v2_6s1/a05v26s1.pdf. Acessado dia 15 de julho de 2013, às 12h37min. Rev. Bras. Psiquiatr 2004.

nos casos que expõem os adolescentes ao perigo constante do uso disseminado do álcool.

Esta dissertação está formatada de maneira a apresentar, logo em seus primeiros capítulos, um conjunto de informações e problematizações teóricas que envolvem o município de São Borja, a política da assistência social e a violência estrutural geradora das demais formas de violências para somente depois expor a metodologia usada e os dados coletados. Assim, para além desta introdução, o item dois (2) apresentará de maneira sucintamente o município no qual o estudo foi realizado.

No item três (3) apresenta-se uma perspectiva sócio-histórica da assistência social no Brasil, salientando os dois personagens são-borjenses que contribuíram para os primeiros esboços da política em âmbito nacional. O ex-presidente Getúlio Vargas, com seu populismo, deu o pontapé inicial para a assistência de Estado, enquanto que sua esposa, Darcy Dornelles Vargas, por meio da Legião Brasileira de Assistência (LBA), construía os primeiros esboços de assistência social em nível nacional. No percurso histórico da assistência social, um marco legislativo foi instituído por meio da Constituição Federal de 1988, onde a política ganhou seu espaço junto à seguridade social. Posterior a isso, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as dificuldades de implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), são também abordados. Nesta perspectiva, a organização da assistência social, a função dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e os serviços ofertados neles vão sendo desenhados.

No item quatro (4), faz-se uma breve discussão sobre as violências que emergem na sociedade contemporânea e que têm adensado os outros tipos de violência. Este estudo se fez relevante por analisar o fenômeno da violência pelo viés social. A violência estrutural, como aquela que emerge do sistema econômico-social capitalista, é fruto das relações estabelecidas entre os homens no modo como produzem e se reproduzem socialmente. Como descreve Cavalli (2009), a violência estrutural mantém íntima relação com a questão social e, em se tratando do serviço social, ela se torna categoria fundamental para a abordagem do assistente social.

No item cinco (5) apresenta-se a metodologia utilizada para construção desta dissertação. O método de abordagem da realidade social adotado foi o dialético crítico, por meio das categorias historicidade, totalidade e contradição. Já referente

aos métodos procedimentais, foram utilizados os que melhor se adaptam para a realização de coleta e tratamento dos dados qualitativos, coletados através de entrevistas com os adolescentes e profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS). Também é apresentado um perfil geral da amostra dos indivíduos estudados.

A última parte apresenta um diálogo com falas dos adolescentes que participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) sobre suas percepções do uso de álcool por eles próprios, seus amigos, colegas, conhecidos e familiares, e casos de violências que possam estar relacionados. Também, se dá visibilidade para as falas que vão ao encontro da maneira como profissionais e adolescentes estão percebendo os espaços dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) enquanto locais usados para prevenir o uso de álcool e envolvimento em ocasiões de violências.

2. Contextualizando o município de São Borja – RS.

São Borja é um município localizado a oeste do estado do Rio Grande do Sul (extremo sul do Brasil). A cidade fica aproximadamente à 595 Km da capital Porto Alegre. Tem seu território limitado ao Norte com as cidades de Garruchos e Santo Antônio das Missões. Ao Sul os limites se dão com as cidades de Maçambará e Itaqui. A Leste com as cidades de Itacurubi e Unistalda. Estes municípios correspondentes ao território brasileiro. Ao Oeste faz fronteira com a cidade de Santo Tomé, localizada na província de Corrientes da República Argentina. A divisa entre a cidade de São Borja (Brasil) e Santo Tomé (Argentina) é demarcada pelo Rio Uruguai. Referente ao acesso ao município de São Borja, este pode ser feito pelas BRs 472; 287 e 285 (SÃO BORJA, 2009).

Os primeiros habitantes deste território foram os indígenas, que deixaram um legado na cultura e na formação étnica dos são-borjense (RILLO, 2012). Losenkann (2009) afirma que a cidade foi fundada em 1682 pelo padre jesuíta Francisco Garcia, porém sua emancipação político-administrativa somente aconteceu em 21 de maio de 1834. Foi o primeiro dos Sete Povos Missioneiros, na segunda fase da civilização jesuítico-guarani no Rio Grande do Sul. Além disso, o município foi palco de acontecimentos importantes, como a Guerra do Paraguai e a Moção Plebiscitária de Aparício Mariense. (RODRIGUES, 1982).

Destaca-se também, conforme Pinto (et.al, 2015), que o município é a cidade natal de Getúlio Vargas e João Goulart, são-borjenses ilustres que chegaram à presidência do Brasil. Em homenagem a eles, São Borja também recebe o título de Terra dos Presidentes e mantém preservados parte de sua arquitetura histórica, estando entre os prédios conservados dois dos quais serviram de residência para as famílias Vargas e Goulart, atualmente convertidos em museus. Há, ainda, diversas ruas, praças e prédios com os nomes destes dois personagens da história brasileira contemporânea.

Existem ainda outros locais de visitação turísticas espalhados pela cidade. Por exemplo, o Cemitério Paraguaio localizado nas proximidades do rio Uruguai; Museu Ergológico de Estância; Museu Aparício Silva Rillo (que preserva em seu acervo algumas imagens e objetos da época das reduções jesuíticas); Biblioteca Municipal Getúlio Vargas; Cais do Porto Nossa Senhora dos Navegantes (hoje local de lazer); Parque General Vargas (conhecido popularmente como Parc o ou ainda Pista – por

ter no local uma pista para skatistas); a Praça da Lagoa (com uma lagoa artificial e tartarugas vivas); Praça Tricentenário (com o monumento erguido em comemoração aos 300 anos do município); Praça Getúlio Vargas (conhecida popularmente como Praça dos Ferroviários, por situar-se em frente à antiga estação férrea de São Borja); Praça Assis Brasil (conhecida como Praça do Passo); Praça XV de novembro; Mausoléu Getúlio Vargas (túmulo-monumento projetado por Oscar Niemeyer localizado no centro da Praça XV de Novembro que guarda os restos mortais do ex-presidente Getúlio Vargas), diversos Centros de Tradição Gaúcha - CTGs, dentre outros inúmeros locais de visitação (SÃO BORJA, 2016).

A cidade conta com poucas atividades recreativas, sendo que suas praças e o Cais do Porto são os principais locais de lazer da população. Além disso, alguns eventos que ocorrem durante o ano são alternativas para recreação e diversão. Destaca-se, neste sentido, o “Cais Folia”, festa carnavalesca promovida pela Secretaria de Turismo, Cultura e Eventos que reúne milhares de pessoas, inclusive turistas do país e do exterior.

A FENAOESTE internacional também é um evento anual que deve ser destacado. Isso por ser considerada uma das maiores feiras agropecuária da região fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Nela acontecem exposições agropecuárias e a feira da Indústria e comércio. É um evento que reúne todos os públicos no Parque de Exposições Serafim Dornelles Vargas, também com diversas apresentações musicais, de cantores locais, regionais e nacionais.

A prefeitura municipal de São Borja, por meio de suas secretarias, promove ainda, periodicamente, eventos artísticos e musicais que geralmente acontecem em uma das praças citadas anteriormente. Cabe destacar que durante a ocorrência de todos estes eventos, o conselho tutelar e a brigada militar realizam intensas vigílias, bem como campanhas de prevenção ao uso abusivo de álcool, pois é comum o consumo excessivo nessas ocasiões.

Atualmente São Borja possui, segundo o IBGE (2016), uma população estimada de 62.990 habitantes, sendo que o número de residentes é de 30.248 homens e 31.423 mulheres, totalizando 61.671 pessoas, com uma densidade demográfica de 17,0 habitantes por Km² de uma área total de 3.616,691 Km². Além disso, a estimativa de vida ao nascer é de 76,61 anos e o coeficiente de mortalidade infantil de 24,55 por mil nascidos vivos. A população de 10 a 14 anos é de 2.811

homens e de 2.665 mulheres, já a de 15 a 19 anos é de 2.864 homens e 2.709 mulheres.

Com relação à educação, a cidade registrou a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais de 6,51% em 2010. Em relação à população residente no município que possui alfabetização, o número é de 53.483 pessoas. Em 2015 a cidade registrava 7.678 matrículas no ensino fundamental e no médio de 2.391. São Borja possui ainda três instituições de ensino superior: a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, a Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e o Instituto Federal Farroupilha – IFF campus São Borja. Além de polos educacionais de Ensino a Distância. (IBGE, 2016).

Sobre a economia de São Borja, registrou-se em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,736 . O Produto Interno Bruto (PIB) per capita em 2013 era de R\$ 23.325,87. O valor do rendimento nominal mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes na área rural do município é de R\$ 283,33 e a urbana é de R\$ 504,50, uma das menores do estado. Já o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares permanentes com rendimento domiciliar por situação do domicílio – rural é de R\$ 1.470,61 e o urbano é de R\$ 2.272,84. (IBGE, 2016).

Essa breve apresentação se tornou relevante por descrever o espaço geossocial em que a pesquisa pretendeu conhecer os significados atribuídos pelos jovens acerca da temática do uso abusivo de álcool² e das violências que podem advir daí.

² Convém destacar neste momento, que o termo “uso abusivo de álcool” (utilizado nesta dissertação) está ancorado na orientação dada pela Organização Mundial da Saúde para os padrões de consumo de álcool. Este padrão é utilizado largamente no Brasil, e indica que o consumo de álcool “abusivo”, caracteriza-se pela ingestão de duas ou mais doses de bebidas por dia, se for adulto, e se a quantia for igual ou superior a 60 gramas de álcool puro por ocasião. No caso de jovens, o uso de bebidas alcoólicas não é recomendado, sendo assim considerado abusivo/indevido em qualquer quantia.

3. Assistência Social: perspectiva histórica e atual.

Após a contextualização do município de São Borja, pode-se retomar sucintamente o papel que o município teve nos primeiros esboços (embora ainda com caráter assistencialista) de assistência social pública no Brasil. Tal papel diz respeito a duas personalidades políticas nascidas em São Borja: tratam-se do ex-presidente da república Getúlio Vargas e sua esposa Darcy Vargas.

Para Iamamoto e Carvalho (1993, p.255), o primeiro movimento histórico em direção à prestação de serviços sociais aos “necessitados” no Brasil, com caráter público, só aparece “[...] na carta Constitucional de 1934, onde o Estado fica obrigado a assegurar o amparo dos desvalidos [...]”. Antes disso, o tratamento dado a questão social pelo Estado era, por vezes, unicamente por meio de seu aparelho repressivo, e “[...] a pobreza era tratada como disfunção pessoal [...]” (SPOSATI, 2003, p.41).

Segundo Sposati (2004, p.14), em 1935, sob a ditadura do Estado Novo, “[...] Getúlio Vargas criou informalmente no seu gabinete uma versão do ‘Council of Social Service’ americano [...]”. Este Conselho de Serviço Social tinha inicialmente o dever de estudar e opinar sobre a questão social, bem como realizar subvenções a obras sociais. Posteriormente se tornaria, por meio do decreto lei nº 525, no “[...] Conselho Nacional de Serviço Social, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde [...]” hoje Conselho Nacional de Assistência Social, porém na época não se cogitavam ideias de participação democrática que a atual política de assistência social institui (SPOSATI, 2004, p. 14).

O são-borjense, ex-presidente do Brasil, Getúlio Vargas, por meio de sua forma de fazer política, abre o processo de industrialização e com ela emergem as contradições entre capital e trabalho, forçando o Estado a dar respostas suficientes que não interferissem e fossem ao encontro dos planos de desenvolvimento capitalista. Os direitos sociais começam a aparecer antes mesmo dos direitos de cidadania, embora de forma compensatória e no intuito de controle das massas de trabalhadores revoltos do sistema industrial brasileiro incipiente.

Carvalho (2002) aponta que as ideias de surgimento e desenvolvimento dos direitos sociais no Brasil, comparados a outros países, se deram de forma evolutiva inversa. As gerações de direito no Brasil mostram que os direitos de cidadania foram os últimos direitos conquistados pelos brasileiros. Embora Getúlio Vargas tenha aberto o processo de concessão de direitos sociais aos trabalhadores, este foi feito

com fortes ações tuteladas. Um exemplo disso foi o controle do Estado sob os sindicatos dos trabalhadores.

Outra personalidade são-borjense de importância (de certa forma) na história da assistência social foi a esposa de Getúlio, Darcy Vargas. Esta instalou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), que possuiu por várias décadas a incumbência de prestar assistência aos necessitados que não participavam do regime da previdência. “[...] Darcy Sarmanho Vargas nasceu em 1895, em São Borja, no Rio Grande do Sul, numa família de elite - o pai era estancieiro e comerciante [...]”, e como afirma Simile (2006, s/p), foi, desde criança, educada para o casamento, que ocorreria com 15 anos de idade, em 1911, e no ano seguinte, já teve início a maternidade, que embora precoce, proporcionou que posteriormente, pudesse se dedicar mais tranquilamente aos seus trabalhos de caridade como primeira dama.

Em 1942 Darcy Vargas fundaria a “[...] Legião Brasileira de Assistência, uma instituição criada com o objetivo de amparar e prestar assistência aos soldados mobilizados pela Guerra e aos seus familiares” (SIMILI, 2008, p.244). Nesta ocasião, Darcy Vargas teria convocado as senhoras da sociedade “para acarinhar pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates [...]”. (SPOSATI, 2003, p. 19).

Iamamoto e Carvalho (1993, p. 258) afirmam que a Legião Brasileira de Assistência (LBA), posterior aos seus primeiros passos de prestação de assistência aos soldados e seus familiares, passaria “[...] a atuar em praticamente todas as áreas da assistência social”. A LBA, durante várias décadas procedeu na busca para suprir as necessidades básicas das grandes massas excluídas dos processos econômico e social. Inicialmente a instituição realizava ações menos vultuosas e esporádicas, mas posteriormente se transformaria em programa de ação permanente.

Segundo Sposati (2004), o fim da Legião Brasileira de Assistência (LBA) viria em 1995, após passar por vários escândalos de corrupção. Os principais escândalos foram constatados no governo de Fernando Collor de Mello, que tinha a LBA sob gestão de Rosane Color. Dentre os escândalos estavam denúncias de desvios de verba e compra fraudulenta de leite em pó. A extinção da Legião Brasileira de Assistência viria em 1º de janeiro de 1995, no primeiro mês de governo de Fernando Henrique Cardoso, através da medida provisória nº 813.

Por tudo isso, Darcy Vargas deixou sua marca na trajetória da assistência social no Brasil por meio da LBA. Embora se saiba que a história da assistência no

país não se resume na criação do Conselho de Serviços Sociais e a inclusão do dever do Estado em prestar assistência aos desvalidos na legislação federal (ainda no Governo de Getúlio Vargas), e nem nos primeiros esboços de assistência pública por meio da Legião Brasileira de Assistência, se destaca aqui estes fatos por serem eles ligados, mesmo que de forma indireta, ao município de São Borja.

As formas de prestação de assistência no Brasil não se diferenciaram muito até a década de 1980 e, por meio da abertura democrática, os anseios por uma política pública de assistência sócia (enquanto direito) ganham forças e conquistam um lugar na nova Constituição do Brasil de 1988. A assistência no Brasil até esse momento estava ligada a outros serviços da seguridade social. (SIMÕES, 2009)

A assistência pública foi inaugurada no Brasil por meio da seguridade social prestada aos trabalhadores e seus familiares, sendo que desde a criação da Lei Eloy Chaves em 1923, o Brasil destinava seus serviços apenas para os trabalhadores (as) no regime previdenciário. As pessoas que não estavam nestas condições de emprego dependiam dos serviços assistenciais da Igreja, instituições filantrópicas ou mesmo da boa vontade caritativa. Boschetti (2009) afirma que neste modelo assistencial previdenciário, baseado nas políticas de inspiração bismarckiana³, só pode garantir proteção social, em uma sociedade onde seja garantido a todos o direito universal ao trabalho. Segundo Sposati (2004), na história brasileira sempre existiu mais trabalhadores informais (ou mesmo aqueles sem trabalho) do que formais. Cabe destacar ainda que nem nos países centrais onde vigorou o estado de bem-estar social (Welfare State) e o pleno emprego os Estados conseguiram garantir trabalho e emprego para toda a população. (BOSCHETTI, 2009).

Previdência social, saúde e assistência social se confundiam em suas secretarias e políticas. Para Sposati (2004) a assistência social sempre foi relegada a um segundo plano quando comparada com as demais políticas da seguridade social. Só para dar um exemplo, pode ser destacada a criação, em 1º de maio de 1974, no governo militar, do Ministério da Previdência e Assistência Social. Segundo Simões (2009), a seguridade social brasileira foi definida enquanto constituinte das três

³ Para Boschetti (2009, p. 324) “as primeiras iniciativas de benefícios previdenciários que vieram a constituir a Seguridade Social no século XX nasceram na Alemanha, no final do século XIX, mais precisamente em 1883, durante o governo do Chanceler Otto Von Bismarck, em resposta às greves e pressões dos Trabalhadores”. “[...] O chamado modelo Bismarckiano é considerado como um sistema de seguro social, porque suas características assemelham-se às de seguro privados [...]”. Neste sentido o trabalhador financia seu seguro enquanto trabalha, para gozar do benefício em caso de aposentadoria ou invalidez.

políticas essenciais, saúde, previdência, e assistência social, apenas na Constituição de 1988. O tripé da seguridade social baseada nestas três políticas recebe inspirações de duas ordens: bismarckiana predominante na política de previdência social, e o Beveridgiano⁴ predominantes nas políticas de assistência social e a saúde.

Para Boschetti (2009, p.324), a seguridade social no Brasil “[...] instituída com a Constituição de 1988, incorporou princípios desses dois modelos ao restringir a previdência aos trabalhadores contribuintes, universalizar a saúde e limitar a assistência a quem dela necessitar [...]”. Simões (2009, p.170) escreve que a Constituição de 1988 “instituiu a assistência social como política social pública e, portanto, como direito social, sob o princípio da universalidade do acesso, com a finalidade de inserir a população no sistema de bem-estar brasileiro”. Diferentemente da prestação da assistência (no período anterior), como a foi feita pela LBA, onde a assistência era uma ação dependente da vontade de alguém, agora ela se transforma em direito e dever do Estado. Sposati (2004, p.11) descreve ainda que esta interpretação de que a assistência social é dever do Estado vem desde as ideias defendidas por “Larochefoucauld – Liancourt”, e tomadas por “[...] Ataulpho Nápole de Paiva, juiz da Corte de apelação do Rio de Janeiro”, ainda na Velha República, mas que só viria a embasar a legislação brasileira na Constituição cidadã. Isso demonstra as grandes dificuldades de avanços, no que refere à proteção social, que caminhou e ainda caminha em passos lentos no percurso da história.

Através dos art. 203 e 204 da Constituição de 1988 a assistência social se instituiu enquanto direito do cidadão e dever do estado. Neles podem ser observadas as inspirações por uma política universal⁵ e não contributiva. Apresentam objetivos que vão em direção da proteção, amparo, promoção, habilitação e reabilitação, e garantia do benefício de prestação continuada aos usuários da política. Aponta uma política de caráter descentralizado e de forma participativa da população na formulação e no controle da assistência social.

⁴ Modelo de proteção social, surgido em outro contexto econômico e político, daquele Alemão (Bismarckino), durante a segunda guerra mundial, mais precisamente em 1942. Foi formulado na Inglaterra e apresenta críticas ao modelo bismarckiano vigente até então, e propõe a instituição do Welfare State [...]; neste novo sistema “[...] os direitos têm caráter universal, destinado a todos os cidadãos [...]”; “[...] o financiamento é proveniente dos impostos fiscais, e a gestão é pública estatal [...]” (BOSCHETTI, 2009, p. 325).

⁵ A universalidade pretendida pela assistência social é alvo de debates, por ser destinada a quem dela necessitar, deste modo a definição de quem precisa realmente da política é definida por uma série de condicionalidades de ingresso que por vezes pode fragilizar ainda mais o público usuário, e os destinatários são selecionados por meio da definição dos “mais pobres entre os pobres”.

Convém observar ainda, que o art.204 também indica a participação da população de forma representativa. Trata-se de um avanço considerando-se que num passado mais longínquo não havia dispositivos para tal. Atualmente, existem trabalhos desenvolvidos por conselhos instituídos nos três níveis de governo e Sposati (2004, p.17) salienta que, neste processo de deliberação participativa nas tomadas de decisões, o novo e o velho tendem a se confundir (muitas vezes). Onde instituições e poder público decidem o caminho a ser trilhado, a política “[...] não pode falar apenas com alguns técnicos, com notáveis ou com dirigente de organizações [...]”, mas sim, deve “[...] ser pedagógica e democraticamente compelida, a dialogar com a população na ação, na decisão e na avaliação”.

Após a assistência social ganhar seu espaço na legislação brasileira, por meio da Constituição de 1988, alguns fatores se mostram como empecilho para o desenvolvimento da garantia desses direitos a população usuária. Sposati (2004) aponta um grande problema para a assistência social brasileira, que inicia por volta dos anos de 1970 com Margaret Thatcher em âmbito internacional, e que veio atingir o Brasil logo após a Constituição Federal de 1988. Este se trata da corrente do neoliberalismo político, econômico e social. Tal corrente fez (e faz) o caminho inverso das conquistas sociais e no Brasil foi um forte empecilho para a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Tanto que impediu a promulgação da lei, ainda em 1990, pelo ex-presidente da República Fernando Collor de Mello, por meio de veto do primeiro projeto aprovado pelo legislativo federal sobre a assistência social. A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) só viria a ser promulgada em 7 de dezembro de 1993 sob a administração do presidente da República Itamar Franco.

A Lei Orgânica da Assistência Social LOAS, lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993 veio regulamentar os artigos instituídos na Constituição Federal. Segundo Simões (2009, p.171), por meio dela foi possível promover “[...] três condições resolutivas de sua eficácia, [...]: a elaboração da política de assistência, [...]; sua corporificação em um plano de assistência social; sua viabilização material, por meio de um fundo de assistência social”. Os processos, de promulgação e implantação de uma assistência enquanto direito não ocorreram de forma isenta de conflitos de interesses. Sposati (2004) aponta que durante a década de 1990, em que as políticas de inspirações neoliberais foram mais acentuadas, puseram dificuldade na construção e implantação dos direitos de assistência. Neste sentido ela descreve que:

A conquista de Direitos Humanos e sociais supõe uma revolução político – cultural que provoca mudanças no modo de pensar e agir conservador, ditatorial, não democrático, de concentração de riquezas intensamente presentes na sociedade brasileira. Estas mudanças geram também impactos na economia, no financiamento público. Sem essa mudança de entendimento nunca no Brasil poderão ser praticados os direitos sociais e direitos humanos (SPOSATI, 2004, p.9-10).

Após a promulgação da Constituição de 1988 e da regulação dos direitos de assistência social por meio da LOAS, a década de 1990 deveria ter sido um momento de construção do direito dos cidadãos e dever do Estado no que refere a assistência social. Ao invés disso, como descreve Sposati (2004, p. 69), em 1995, o então presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, resolveu substituir as noções de direito do cidadão e dever do Estado “[...] por uma nova relação solidária [...]” um “[...] mix de conservadorismo e modernidade”, típicos das políticas de inspiração neoliberal. Durante a I, II, e III Conferências Nacionais de Assistência Social foram discutidas o sistema descentralizado e participativo, “[...] a municipalização, a renda mínima, a relação público-privado, o financiamento, o controle social [...]”, dentre outros assuntos, porém nada aconteceu e a assistência continuava nas mesas de debates (SPOSATI, 2004, p. 70).

A assistência social caminhava em passos lentos buscando não ser engolida pelos ideais conservadores predominantes nas políticas governamentais em níveis nacional, estadual e municipal. Um exemplo disso, em âmbito nacional, como aponta Sposati (2004), foi o impedimento por ordem presidencial (no segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso), da realização da III Conferência Nacional de Assistência Social prevista para ocorrer em 1999 e que só viria a ocorrer em 2001. A década de 1990 seria o momento da “[...] implantação dos conselhos e dos fundos municipais e as reordenações institucionais que iam se instalando em todos os cantos do Brasil [...]” (SPOSATI, 2004, p.71).

Em São Borja este movimento lento da construção e garantia de uma assistência social pública nacional se fez sentir durante a década de 1990. As áreas da assistência foram desenvolvidas neste período pelo gabinete da primeira dama, que teve a incumbência de prestar assistência aos necessitados do município, muitas vezes por meio de donativos. Levou mais de dez anos, após a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, para que o município criasse a lei municipal que instituiria o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e criasse o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS). A lei municipal nº 3.445 de 03 de maio de

2005 regulou, em âmbito local, as bases para a criação e desenvolvimento da assistência social enquanto política social pública (SÃO BORJA, 2005).

A assistência social teve momentos fecundos a partir dos primeiros anos do século XXI, quando em 2004, foi promulgado a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2005, a Norma Operacional Básica (NOB) que constrói a base para implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos em 2006. Assim, o município de São Borja começa a organizar sua Secretaria que vai tratar da organização e prestação da assistência social em conformidade com as leis e diretrizes nacionais.

A assistência social brasileira, com a implantação do Sistema Único de Assistência Social, fica organizada pelas diretrizes baseada na Lei Orgânica de Assistência Social, na descentralização político administrativa, na participação da população, na primazia da responsabilidade do Estado na condução da assistência social e na centralidade do atendimento às famílias. Assim, “[...] a Política Nacional de Assistência Social [...] expressa o conteúdo da Assistência Social no Sistema de Proteção Social Brasileiro, no âmbito da Seguridade Social” (BRASIL, 2004, p.4). A assistência social tem, desta forma, a incumbência de prestar serviços de proteção social básica e especial.

Art. 6º-A. A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção: (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

I - Proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

II - Proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011)

Parágrafo único. A vigilância sócio assistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, 1993, s/p).

Para a Lei Orgânica da Assistência Social, os serviços de proteção social básicos e especiais serão ofertados de forma integrada pela rede sócioassistencial. Segundo o art. 6º-C, da referida lei, a proteção social básica será ofertada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), enquanto a proteção social

especial será prestada nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Nesta perspectiva, a Lei Orgânica de Assistência Social traz a definição de que os “[...] CRAS e CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social” (BRASIL, 1993, s/p). Assim, o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), fica definido como uma “[...] unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social [...]”, e destina-se a articulação e prestação dos serviços, programas e projetos em sua área de competência e em seu território de abrangência (BRASIL, 1993, s/p). Já, os Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) ficam responsáveis pela “[...] prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial [...]” (BRASIL, 1993, s/p). Além disso, a LOAS dá indicações referentes ao espaço dessas entidades.

Art. 6º-D. As instalações dos Cras e dos Creas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, 1993, s/p).

Com relação à organização dos serviços sócioassistenciais, são criados projetos de amparo aos usuários, destacando aqui aqueles destinados “[...] I - às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em cumprimento ao disposto no art. 227 da Constituição Federal e na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 [...]” (BRASIL, 1993, s/p.). Sendo que é neste sentido que se buscou estudar a contribuição da política de assistência social no trabalho com adolescentes no âmbito dos CRAS, referente ao uso abusivo de álcool e o envolvimento com as violências.

No âmbito dos Centros de Referência em Assistência Social, a LOAS por meio de seu artigo 24-A, institui o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), com caráter de prevenção no âmbito da família.

Art. 24-A. Fica instituído o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), que integra a proteção social básica e consiste na oferta de ações e serviços socioassistenciais de prestação continuada, nos Cras, por

meio do trabalho social com famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de prevenir o rompimento dos vínculos familiares e a violência no âmbito de suas relações, garantindo o direito à convivência familiar e comunitária. (Incluído pela Lei nº 12.435, de 2011) (BRASIL, 1993, s/p).

A prevenção no âmbito da família e da comunidade, por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família, assegura que os membros do grupo familiar possam também evitar o rompimento dos vínculos e ocorrências de violências, garantindo assim melhor qualidade de vida. Esta qualidade também pode aparecer, por exemplo, na prevenção do uso abusivo de álcool, uma vez que tal prática tem colocado em alerta outras políticas públicas, como é o caso da política de saúde. Desta forma, os Centros de Referência em Assistência Social, por meio da proteção social básica e da execução do PAIF, podem contribuir na prevenção do uso abusivo de álcool e no envolvimento dos adolescentes em caso de violências.

Em âmbito municipal, no que refere à organização da assistência social, São Borja instituiu o seu Conselho Municipal de Assistência Social e seu fundo municipal no ano de 2005 pela lei nº 3.445. Tal órgão deliberativo apresenta suas diretrizes e objetivos em conformidade com a Lei Orgânica de Assistência Social (SÃO BORJA, 2005). Sobre o Fundo Municipal de Assistência Social, sendo que o mesmo fica “[...] vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Assistência Social e Cidadania, sob orientação e controle do CMAS (art. 14). Aqui o caráter deliberativo do órgão é confirmado”. (CANTINI; MOTTER; GUINDANI, 2015, p.31). No que se refere à assistência social, o município regia-se, desde a promulgação da Lei Orgânica de São Borja, em 3 de abril de 1990⁶, por uma normatização que definia os provimentos no campo da assistência, da seguinte forma:

Art. 93 – O Município, no campo da assistência social, proverá:
 I – A integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;
 II – O amparo à velhice, ao dependente de drogas, à criança, aos deficientes, à mulher, com prioridade ao atendimento pré-natal e materno infantil;
 III – A integração das comunidades carentes. (SÃO BORJA, 1990, s/p).

⁶ Convém destacar ainda que a Lei Orgânica do Município de São Borja, por meio de seu art. 127, § 2º, assegura aos proprietários ou cônjuges de proprietários já falecidos, ou seus herdeiros de um único imóvel, utilizados para suas residências de seus familiares, e que não possuam outros bens de expressivo valor econômico, nem renda superior a um salário e meio (1 ½), a isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (Emenda LOM nº 038, de 05/09/2007). Isso é importante ser destacado, porque também pode ser considerado uma forma de assistência, embora não vinculado a assistência social. A isenção tem contemplado principalmente as famílias que se localizam nas periferias, onde os moradores (em sua maioria, mas não todos) costumam não dispor dos recursos para pagamento do imposto municipal referente a suas residências, devido as baixas rendas, bem como aos trabalhos informais que realizam.

Também em conformidade com o disposto no artigo 50, inciso IV da Lei Orgânica do Município de São Borja que atribui ao Prefeito o poder de “[...] sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução”, o então Prefeito Antônio Carlos Rocha Almeida promulgou em 19 de dezembro de 2014, a lei municipal nº 4978, que dispõe sobre a regulamentação dos benefícios eventuais no âmbito da política pública de assistência social. Convém lembrar o que são os benefícios eventuais:

Benefícios Eventuais: são previstos no artigo 22 da LOAS, e visam o pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou ainda outros que visem atender as necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos casos de calamidade pública (BRASIL, 2005, p.20).

Os Benefícios Eventuais incluem-se nos serviços de proteção social básicos prestados nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e se propõem a satisfazer carências eventuais “[...] em razão de contingências, relativas a situações de vulnerabilidades temporárias, em geral, relacionadas ao ciclo de vida, a situações de desvantagem pessoal ou a ocorrências de incertezas que representam perdas e danos. (BRASIL, 2009, p.24). A lei que regula os benefícios eventuais em São Boja, prevê em seu artigo 4º os critérios para sua concessão, onde indica a necessidade do usuário ter o Cadastro Único para Programas Federais CADÚNICO válido; a realização de estudo socioeconômico da família considerando a renda per capita de até meio salário ($\frac{1}{2}$); requerimento formal do indivíduo responsável legal pela unidade familiar. (SÃO BORJA, 2014). Após a concessão do benefício, os usuários são encaminhados para outros programas que visam a promoção e o desenvolvimento pessoal e profissional⁷, segundo cada caso.

⁷ Convém observar que a legislação municipal que trata dos Benefícios Eventuais, lei nº 4978 de 19 de dezembro de 2014, no que refere ao artigo 13º, que trata da cesta básica, em seu § 2º, é taxativo quando afirma que: “a recusa a participação de programas e oficinas, assim como a negativa de acompanhamento da família pela equipe de referência do CRAS ou CREAS e a ausência reiterada ou o abandono das atividades propostas para o atendimento sócioassistencial dos indivíduos acarretarão a suspensão da concessão do benefício, que só será restabelecida mediante avaliação do caso por profissional de serviço social” (SÃO BORJA, 2014). O Benefício da cesta básica, tem sido o mais procurado no âmbito dos CRAS em São Borja, sendo um dos maiores motivadores para participação dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculos.

No município de São Borja a proteção social básica está organizada conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), em pelo menos seis (6) Centros de Referências de Assistência Social, sendo classificado como município de médio porte.

A proteção social básica será operada por intermédio de: a) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, territorializados de acordo com o porte do município; b) Rede de serviços socioeducativos direcionados para grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesse, entre outros; c) Benefícios eventuais; d) Benefícios de Prestação Continuada; e) Serviços e projetos de capacitação e inserção produtiva; (NOB/SUAS – BRASIL, 2005, 21-22).

Como município de médio porte, São Borja possui dois principais Centros de Referência em Assistência Social. O CRAS Centro, na Av. Presidente Vargas nº 1429 Centro, onde também se localiza a Secretaria do Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania – SMTHASC, responsável pela política de assistência social no município. Tem como abrangência os seguintes bairros e vilas: Betim, Boa Vista, Centro, Florêncio Aquino Guimarães, Maria do Carmo, Menegusso, Pirahy, São João Batista, Vilas Ester, Goulart, Kilka Pontes e Santos Reis. No perímetro rural, abrange os distritos de Mercedes, Samburá, Sarandi, São Miguel, Rincão do Meio e Timbaúva. Possui os seguintes serviços: Casa de Acolhida, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), restaurante popular, também realiza atividades na área de capacitação e formação para o trabalho, com cursos de padaria, confeitaria e de inclusão digital. (SÃO BORJA, 2016a).

Já o CRAS Passo se localiza na rua Alberto Benevenuto nº 680, no bairro do Passo. Abrange as vilas: Promorar I, Porto do Angico, José Pereira Alvarez (antiga Várzea), Vila da Praia e Santa Rosa. (SÃO BORJA, 2016a). Além destes dois Centros de Referência de Assistência Social, São Borja ainda mantém mais quatro (4) CRAS que prestam serviços aos são-borjenses. O CRAS Paraboi, localizado no endereço: rua Gustavo Sampaio nº 1556, possui como abrangência as vilas: Iberê, Marrocos e Bairro Paraboi. O CRAS Leonel Brizola, na rua Francisco Kolterman nº 1650 – Vila Umbu, possui como abrangência as vilas Leonel Brizola, Aparício Sampaio, Jaguari, São Francisco, Umbú, Cabeleira e bairro Itacherê. CRAS Arneldo Matter localizado na rua Patrício Petit Jean nº 3765, vila Arneldo Matter, com abrangência sobre as vilas Alfredo Arno Andres, Arneldo Matter, Ernesto Dorneles, Mário Roque Weis, Progresso

e Vicentinos. Por último, o CRAS Boa Vista, localizado na rua Ernesto Dorneles 2268. (SÃO BORJA, 2016a).

Os CRAS (s) devem prestar os diversos serviços de proteção social básica, aos usuários, ou seja, “[...] aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade [...]” (BRASIL, 2004, p.20). Também se destinam a ofertar um “[...] conjunto de serviços locais que visam à convivência, socialização e ao acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos [...]” (BRASIL, 2004, p.20). Dentre estes serviços de proteção social básica ofertados pelos seis (6) CRAS do município de São Borja destaca-se aqui os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes, entre os doze (12) e os dezessete (17) anos de idade. A Política Nacional de Assistência Social refere que os serviços sociais básicos para esses usuários serão ofertados por meio dos seguintes serviços:

Programa de Atenção Integral às Famílias; [...] - Serviços socioeducativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 6 a 14 anos, visando sua proteção, socialização e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; - Programas de incentivo ao protagonismo juvenil, e de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; - Centros de Informação e de educação para o trabalho, voltado para jovens e adultos. (BRASIL, 2004, p.20).

Os CRAS (s), por meio dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) prestados de forma complementar ao Programa de Atendimento Integral às Famílias (PAIF), proporcionam aos adolescentes de São Borja uma intervenção em grupo com atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras. (BRASIL, 2015). Segundo o antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)⁸, que era responsável pela política de assistência social, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) possui “[...] como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva [...]”

⁸ Convém observar aqui, que no dia 16 de maio de 2016, o Presidente Interino Michel Temer, que assumiu após o afastamento da Presidenta da República Dilma Rousseff, resolveu proceder a diminuição do número de ministérios, com a intenção de minimizar os gastos do poder Executivo Nacional. Uma destas mudanças, foi a fusão do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, tornando-se assim em Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Optou-se neste trabalho de dissertação em continuar com o título anterior Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por ter, a coleta de dados da pesquisa ocorrida anteriormente a esta data.

(BRASIL, 2016, s/p). Este serviço também possui caráter de prevenção da violação de direitos e o desenvolvimento de capacidades dos adolescentes⁹. Os principais objetivos indicados para as ações nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com adolescentes são:

Complementar as ações da família e da comunidade na proteção e no desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento dos vínculos familiares e sociais; Assegurar espaços de referência para o convívio grupal, comunitário e social e o desenvolvimento de relações de afetividade, solidariedade e respeito mútuo; Possibilitar a ampliação do universo informacional, artístico e cultural das crianças e adolescentes, bem como estimular o desenvolvimento de potencialidades, habilidades, talentos e propiciar sua formação cidadã; Estimular a participação na vida pública do território e desenvolver competências para a compreensão crítica da realidade social e do mundo moderno; Contribuir para a inserção, reinserção e permanência no sistema educacional.

Objetivos do SCFV ofertado a adolescentes de 15 a 17 anos [...] propiciar vivências para o alcance de autonomia e protagonismo social; [...] possibilitar o reconhecimento do trabalho e da educação como direitos de cidadania e desenvolver conhecimentos sobre o mundo do trabalho e competências específicas básicas; contribuir para a inserção, a reinserção e a permanência dos adolescentes no sistema educacional. (BRASIL, 2015, p.10-11).

Estes espaços em grupos geracionais criados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) são um local privilegiado para garantir uma gama de informações aos adolescentes que vão ao encontro da ampliação da cidadania e do comprometimento com o desenvolvimento de suas potencialidades. Incluir nestes momentos interventivos discussões sobre violência e uso abusivo de álcool pode contribuir para a ampliação de uma compreensão crítica das temáticas pelos adolescentes, para que estes estejam preparados para evitar rompimentos de vínculos familiares e comunitários, bem como violações de direitos.

Com relação ao planejamento, os grupos devem organizar-se de forma a “[...] conhecer a realidade do território para melhor organizar a oferta [...]” dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como garantir “[...] coerência e unidade de propósitos com as premissas que orientam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) [...]” (BRASIL, 2015, p.18). Na sistematização das

⁹ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), os grupos são organizados segundo suas faixas etárias. Grupos de Crianças e adolescentes de seis (6) a quinze (15) anos; e Grupos de Adolescentes de quinze (15) a dezessete (17) anos. Em São Borja, as organizações dos grupos de adolescentes estão um pouco mais flexíveis do que a orientação do MDS, sendo que na maioria dos CRAS, estão sendo desenvolvidos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com grupos de doze (12) a quatorze (14), e com grupos de quatorze (14) a dezessete (17) anos de idade. Existem ainda, por falta da população infanto-juvenil que tem participado dos projetos do “Mais Educação”, grupos intergeracionais entre Crianças e Adolescentes.

atividades dos grupos, deve-se proceder de maneira que sejam “[...] levadas em consideração a história e as identidades socioculturais e econômicas dos territórios, a sua dimensão territorial e a densidade populacional, as distâncias e a mobilidade da população, entre outros [...]” (BRASIL, 2015, p.18). Algumas das temáticas que podem ser realizadas:

Temas transversais sugeridos: deficiência; cultura; esporte; cultura de paz; violações de direitos; trabalho infantil; exploração sexual infanto-juvenil; violências contra crianças e adolescentes; homicídios; igualdade de gênero; identidade de gênero e diversidade sexual; diversidade étnico-racial; autocuidado e auto responsabilidade na vida diária; direitos sexuais e reprodutivos; uso e abuso de álcool e outras drogas; cuidado e proteção ao meio ambiente, violência doméstica, participação social (ênfase na participação nos conselhos municipais – criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, entre outros - e em conferências), etc. (BRASIL, 2015, p.72-73)

Os profissionais que executam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ao desenvolverem atividades com os temas transversais junto aos adolescentes, devem buscar se aprimorar nos assuntos, a fim de conseguirem despertar o interesse do público usuário. No caso dos temas transversais de uso e abuso de álcool e outras drogas, bem como questões de violências, estudar as legislações e políticas que tratam desses assuntos poderão ajudar os orientadores sociais no âmbito de seu trabalho interventivo na perspectiva da prevenção.

A escolha do público alvo da pesquisa de mestrado recaiu sobre os adolescentes que estão vinculados aos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), no âmbito dos Centros de Referências em Assistência Social (CRAS), por serem espaços de trabalho na direção da prevenção. E em se tratando de envolvimento de adolescentes com o uso abusivo de álcool, bem como em casos de violência, são os processos de precauções, as melhores formas de intervenção. Por isso, estudar as percepções dos adolescentes sobre álcool e violências, se fazem relevantes, para aumentar a compreensão e subsidiar melhoria dos atendimentos na esfera das políticas públicas de assistência.

A assistência social possui seu papel neste processo. E por isso estudar como ela se constituiu no Brasil e como vem trabalhando com seus Programas, Serviços e Planos, e em especial junto aos adolescentes, é de fundamental importância para fortalecer suas atividades, junto a este público usuário. Mas não se tinha como descrever tais atividades sem apontar (mesmo que de forma breve) o percurso da

assistência social no Brasil e a forma como ela se organizou e se organiza. Aqui se buscou sucintamente o foco dos trabalhos com adolescentes, porém, no âmbito da assistência social, muitos outros serviços são executados não cabendo aqui descrevê-los sem que se perdesse o foco do estudo.

4. Violência estrutural e questão social: um estudo dos condicionantes da violência na sociedade capitalista.

Neste momento será realizada uma discussão acerca da violência estrutural, entendendo que ela é uma categoria importante para se compreender qualquer outro tipo de violência que emerge dentro dos moldes de sociabilidades capitalistas. Para tanto, analisa-se a violência estrutural decorrente das formas como a sociedade vem se organizando no interior do modo de produção e seus rebatimentos no contexto social contemporâneo. Não se pode negligenciar ainda que ao tentar descrever qualquer forma de construção sócio-histórica baseada no referencial crítico deve-se mencionar a esfera do trabalho como forma de construção de sociabilidades.

Embora se saiba que o fenômeno da violência entre os seres humanos seja uma realidade de difícil compreensão e assimilação, e que envolve vários campos do saber, indo desde fatores históricos até aos limites da psique humana, estas breves linhas vão à busca de uma discussão focada em fatores sociais que não esgotam, mas tentam contribuir para a análise desta temática. Assim, para ampliar a compreensão, parte-se do conceito de capitalismo que, para Lamamoto (2010), não se trata de uma coisa, mas sim de uma forma de sociabilidade. Ou seja, é a maneira como a sociedade vem se organizando, produzindo seus bens materiais e criando novas formas de relação a cada nova necessidade criada pelo próprio sistema econômico e social. Sobre isso, não é demais lembrar que ao falar de capital se está falando de algo que se situa no plano organizacional da humanidade. É a maneira como as pessoas se organizam em torno da produção material dos bens necessários para a sobrevivência humana.

Sendo assim, estudar as formas de violências na contemporaneidade necessita de uma interpretação mínima dos modos como o capital vem criando e reproduzindo questões conflituosas e que, em nome do mesmo capital, justifica e banaliza tais situações. Considera-se, nas palavras de Tonet (2012), que nos dias atuais o embrião causador de qualquer tipo de violência está intimamente ligado ao modo de produção capitalista e por isso, entender estes processos é quesito para se falar em violências (e em especial na violência estrutural), pois é ela que emerge da sociedade capitalista e se relaciona intimamente com a questão social enquanto uma de suas mais diversas expressões. Considera-se ainda que no sistema capitalista, a violência estrutural é aquela que dá origem a outras diversas formas de violências, ou seja, como descreve

Minayo (1990), a violência estrutural provém do próprio sistema social e pode ser um agravante para o surgimento de outros tipos de violência.

De forma geral, a violência no modo de produção capitalista, como descreve Prates (2003), é uma refração da questão social que, por sua vez, é o objeto de trabalho do assistente social. Sendo a questão social o conflito entre capital e o trabalho, pode ser considerada a expressão perversa criada pelas relações estabelecidas entre as pessoas que possuem os meios de produção e aqueles que não possuem outra coisa senão sua força de trabalho.

Na esfera do trabalho, a cada necessidade satisfeita uma nova é criada e este é o motor da evolução humana para patamares de sociabilidades superiores. O problema em questão é que o sistema capitalista se apropria da riqueza socialmente produzida pela força de trabalho exercida pela classe proletária, que fica a mercê de relações desumanas por não ter suas necessidades de alimentação, moradia, saúde, educação, entre outras, satisfeitas. Assim, as contradições entre o capital e o trabalho produzem refrações e expressões de desigualdades que são características do sistema do capital e, dentre estas expressões, também se encontra a violência estrutural e as demais formas de violências.

A questão social advém do modo de sociabilidade das pessoas no sistema capitalista. Suas expressões repercutem no cotidiano de homens, mulheres, crianças, adolescentes e idosos. As formas de violências não podem ser ignoradas também enquanto uma de suas expressões. Muito dos fatores geradores da violência tem seu embrião no modo como as pessoas se organizam em torno do modo de produção capitalista

É em meio às contradições entre o capital e o trabalho que emerge a questão social e suas expressões. Contradição esta, também presente no desenvolvimento das forças produtivas do capital que produz riquezas, mas é incapaz de socializá-las. Para Prates (2000, p.10), a questão social é “parte constitutiva das relações sociais capitalistas” e é a “expressão ampliada das desigualdades sociais: o anverso do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social”. Netto (2000) escreve que a desigualdade decorrente do sistema capitalista se dá pela escassez que resulta da contradição entre as forças produtivas.

Tal escassez, para Netto (2000), é diferente daquelas produzidas em épocas anteriores ao sistema capitalista. Por isso, não se pode confundi-las como sendo geradoras da questão social. Tonet (2012, p.1), descreve que “a raiz mais profunda

da crise que o mundo vive hoje está nas relações que os homens estabelecem na produção da riqueza material”. Para Tonet (2012) a humanidade tem condições suficientes para atender as necessidades de todos, mas a maioria vive na miséria ou com precário acesso aos meios básicos de sobrevivência.

Tonet (2012, p.2) afirma ainda serem os meios tecnológicos os possibilitadores de uma produção que atenderia às necessidades de toda a humanidade, porém “o capitalismo necessita da escassez como um elemento vital para a sua reprodução” e não visa “o atendimento das necessidades humanas”. Para o autor, esta lógica capitalista de reprodução impulsiona a construção de relações mais perversas e desumanas.

Miséria, pobreza, fome, desnutrição, subnutrição e todo o cortejo de horrores gerado pela falta de acesso (em quantidade e qualidade adequadas) aos bens materiais necessários à manutenção de uma vida digna – acompanham essa situação. Populações inteiras são submetidas às condições de vida mais degradantes e praticamente descartadas como supérfluas, pois o capital não pode inclui-las no seu processo de reprodução. Milhões de pessoas são obrigadas a viver em condições subumanas porque não tem acesso ou tem um acesso precário à alimentação, a saúde, à habitação, ao vestuário, ao saneamento, ao transporte, etc. (TONET, 2012 p.3-4).

O sistema capitalista gera inúmeras situações conflituosas que muitas vezes não são interpretadas como violências. Isso leva uma grande maioria da população a um estado de insegurança social que não se esgota na miséria extrema, mas causa também o aumento das diversas formas de violências, sejam elas associadas à vida urbana, ao tráfico, às guerrilhas, aos assassinatos, etc. Chega-se assim à compreensão de que as pessoas que vivenciam os diversos tipos de violências são primeiramente vítimas da estrutura social.

O sistema econômico-social capitalista produz diversas formas de violências que correm paralelas ou mesmo se caracterizam pela própria exclusão social. Almeida (2015, p.1-2), afirma que “a exclusão social dos indivíduos é uma das manifestações mais violentas [...]” da “[...] sociedade, uma vez que produz a carência de qualquer horizonte [...]”. Esta exclusão e exploração, enquanto formas violentas imbricadas à exploração da classe trabalhadora, vão produzir carências que põem as pessoas em um estado permanente riscos. São violências que vêm da estrutura do capitalismo. Assim tem-se que:

A violência estrutural não é um fator natural, ela está presente e é parte constituinte do modo de produção capitalista. [...]. Embora a violência

estrutural não seja a única violência existente e a originadora das outras violências, elas mantêm profunda relação uma vez que a violência estrutural antecede as demais formas de violência, pois está enraizada no bojo da sociedade capitalista. (CAVALLI, 2009, p.18).

Para Cavalli (2009, p.18) a violência estrutural e a questão social “[...] mantêm uma relação entre si”. Tal relação “[...] está no fato de que esta violência sofrida no bojo do processo produtivo tem profunda repercussão na vida cotidiana da classe trabalhadora, e traz consequências drásticas [...]” (CAVALLI, 2009, p.7). Além disso, “[...] a existência da questão social revela a situação estrutural de violência, exploração, e desigualdade em que o mundo se encontra” (CAVALLI, 2009, p.8).

Abordando a temática da violência estrutural como expressão da questão social, pode-se dizer que ela não envolve apenas o plano material da sociedade capitalista. “Esta violência envolve tanto o caráter econômico – da estrutura, quando o ideológico – superestrutura, uma vez que a ação violenta se dá no plano material, mas que se utiliza da ideologia para legitimá-la socialmente e torná-la imperceptível” (SILVA, 2009, apud. CAVALLI, 2009, p.6).

Neste sentido, a produção e reprodução do sistema capitalista produzem e reproduzem formas violentas. Para Assis e Nascimento (2013), a violência estrutural “[...] se expressa por meio das desigualdades sociais, ou seja, riqueza e pobreza, as quais caracterizam a sociedade atual, onde uns poucos têm demais e outros muitos têm de menos, a pobreza e a riqueza por si só já é uma relação violenta”. (ASSIS; NASCIMENTO, 2013, p.3).

Mas, deve ser lembrado que a questão social presente na sociedade contemporânea e que se desdobra nas expressões de violências, são distintas daquelas outras formas de violências¹⁰ anteriores ao sistema capitalista por não serem emergentes das contradições da vida social. Goldfarb (2010) destaca neste sentido que as violências são e sempre foram interrogantes no pensamento humano ao longo da história. Para a autora, as violências são extremamente complexas e constituem parte fundante do ser humano. Assim, as diferentes épocas históricas e as relações vividas no interior da diversidade social criam formas subjetivas de interpretação das formas de violências.

¹⁰ Deve-se destacar ainda que as formas de violências na antiguidade também são expressões culturais que dependem de seu tempo e espaço. Por exemplo: as constantes guerras presentes nas descrições Bíblicas, ou medievais, bem como, os sacrifícios, genocídios, infanticídios que advêm de crenças no sobrenatural, em Deuses ou outras crenças que não são ligadas ao modo de produção capitalista.

Gallo (et. al., 2005) descreve que nos últimos anos do século XX e início do século XXI houve um grande aumento da violência cometida por jovens na sociedade brasileira e que estes, muitas vezes, são vistos apenas como criminosos e não como vítimas da violência estrutural. A ausência do Estado em cumprir com seu papel protetivo¹¹ leva-os a se articular com o narcotráfico e “a face repressiva do Estado é quase a única que estes jovens conhecem” (GALLO, et al. 2005 p.82). Isso não está presente apenas no público jovem, mas em todos os grupos geracionais.

As manifestações ou expressões da questão social, na forma da discriminação contra índios e negros, na questão de gênero, na fome, na miséria, na falta de emprego, são consequências de uma violência estrutural. Por isso, o sujeito, antes de cometer uma violência, já é anteriormente violentado, quando não tem acesso à educação, saúde, trabalho e outros direitos fundamentais à sobrevivência (CAVALLI, 2009, p.8).

Em se tratando das expressões de violência entre jovens na atualidade, estas emergem de forma mais expressiva por meio do processo de contato com o uso ou comércio das mais diversas drogas. Assim, os adolescentes se tornam vítimas até mesmo das violências por estarem envolvidos com o uso ou comércio ilegais de substâncias psicoativas, pois, como descrevem Gallo (et.al. 2005 p 82), o “narcotráfico lhes possibilita realizar seus sonhos de afirmação, heroísmo e consumo, possibilitando vantagens imediatas”, que por outro meio não são possíveis.

O fato é que o Estado deveria ser garantidor e defensor de direitos, e regulador da vida em sociedade. Mas o que acontece é que este está a serviço do capital e defende seus interesses. Seus serviços, políticas e demais ações não visam como fim último o bem-estar da sociedade, mas reproduzir as relações de dominação capitalista. A própria violência do Estado está a serviço do capital, e desta forma contribuem para o desenvolvimento da violência estrutural (CAVALLI, s/d, s/p.).

A precária condição social que o mundo contemporâneo vem apresentando aos indivíduos aparece como um reforçador de diversas problemáticas, dentre elas também as que envolvem os indivíduos com as drogas. Como descreve Silva (2013), a história das intervenções ao uso e tráfico de drogas no mundo, impulsionada pelas

¹¹ O papel protetivo do Estado, nesta interpretação não diz respeito às políticas de segurança pública (A relação proteção do Estado e segurança pública, muitas vezes estão no imaginário das classes médias e altas brasileiras, que atribuem o trato da violência com ações policiais, ou seja, combater a violência com mais violência) aqui se está referindo as Políticas públicas de proteção social, assistência, saúde, previdência, educação, saneamento, segurança alimentar, habitação, dentre outras políticas sociais que garantam as condições de sobrevivência e reprodução social de toda a população brasileira, não somente de algumas classes, combatendo a violência com ações preventivas.

convenções e tratados internacionais, decidiu por uma posição de guerra às drogas, que focalizam principalmente nos sujeitos mais fragilizados da sociedade, que não foram atingidos pelas políticas sociais públicas.

A questão social, no caso do envolvimento dos sujeitos com as drogas, tanto lícitas como ilícitas, aparece expressa nas mais diversas situações de fragilidades. O desemprego ou mesmo trabalho em condições indignas (ALVES, 2007), a pobreza (MONTANO, 2012), a falta de investimento na educação, saúde, habitação, são algumas das expressões da questão social vivenciadas pelas pessoas que encontram na utilização ou comercialização ilegal de drogas, uma forma de suportar o atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. Ao pensar no mundo do trabalho na contemporaneidade, por exemplo, percebe-se que ele está no centro da questão do envolvimento de muitos sujeitos com as drogas lícitas ou mesmo com o uso das ilícitas, seja na ocupação com o comércio ilegal (por ser ele uma alternativa de ganho que o capital não proporciona as pessoas das periferias) ou com o uso de substâncias alteradoras dos sentidos, a fim de suportar a pressão impostas à classe trabalhadora devido à exploração do trabalho pelo capital¹².

Além disso, Karam (2013) aponta que as drogas no território brasileiro também são preocupações das políticas de segurança pública, uma vez que o tráfico provoca inúmeras problemáticas que podem ser percebidas por meio da criminalidade e da repressão policial por parte do Estado. O combate ao narcotráfico tem produzido na sociedade brasileira um estado de violência, ou seja, uma guerrilha onde de um lado está o Estado com sua ação repressiva e do outro os traficantes, e ao meio uma população que vive apavorada, vítima de projéteis de arma de fogo e balas perdidas.

Estas violências são frutos dos desdobramentos da violência estrutural que Segundo Cavalli (s/d)

[...] consiste na imposição de regras, valores e normas, de forma que estas pareçam naturais e necessárias ao desenvolvimento da sociedade capitalista e ao progresso. Esta violência envolve tanto o caráter econômico – da estrutura, quanto o ideológico – superestrutura, uma vez que a ação violenta se dá no plano material, mas que se utiliza da ideologia para legitimá-la socialmente e torná-la imperceptível (SILVA, 2009, Apud, CAVALLI, s/d s/p).

¹² Neste sentido, aqui se está referindo as Drogas lícitas como remédios em geral, antidepressivos, álcool (para a diversão) dentre outros, que tem sido utilizado por várias pessoas como alternativa para se manterem no atual estágio de competitividade capitalista. As pessoas precisam trabalhar e manter-se qualificadas para não se tornarem obsoletas no sistema capitalista, dedicam-se a trabalhos polivalentes e flexibilizados. Gastam com isso, várias horas deslocando-se para o trabalho e escola, precisam de remédios para concentração, para se manterem acordadas, para poderem dormir, para se divertir. O mundo parece estar se tornando um mundo da medicação.

Minayo (1990, p.7) também explica que a violência estrutural é “[...] aquela que nasce no próprio sistema social, criando as desigualdades e suas consequências, como a fome, o desemprego, e todos os problemas sociais com que convive a classe trabalhadora”. Para a autora, “estão aí incluídas as discriminações de raça, sexo e idade [...]”, além disso, “a violência estrutural não costuma ser nomeada, mas é vista antes como algo natural, a-histórico, como a própria ordem das coisas e disposições das pessoas na sociedade” (MINAYO, 1990, p.7).

[...] a vítima preferencial desse quadro de violência é o jovem não-branco, pobre, sexo masculino, idade média 15-18 anos, residente nas periferias ou favelas urbanas, assassinado, geralmente, por projétil de arma de fogo e denominado "marginal" nos registros policiais (MINAYO, 1990, p. 3).

A violência na contemporaneidade possui, como já se tem empregado ao longo dessa discussão, um sentido plural advindo das mais diversas tipificações, podendo ocorrer em diversos lugares: violência social, no trabalho, na família, na residência, entre amigos, no trânsito, na política, na escola, nas instituições, e em inúmeros outros locais. Nos escritos de Cavalli (2009) é apontado que existem pelo menos três “[...] tipos de violência, as quais podem classificar em violência auto afligida - contra si mesmo; a interpessoal - feita por uma pessoa um grupo; e a coletiva – feita por terroristas, Estado, organizações (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, apud. CAVALLI, 2009, p.2-3). Pode-se dizer ainda que as violências atingem todas as idades, todas as classes sociais, gêneros, religião e etnias. Pode ter as mais variadas formas e se manifestar de diversas maneiras, como violência física, psicológica, sexual, negligência, abandono, entre outras.

Azambuja (2011), ao estudar as violências cometidas contra crianças e adolescentes dentro do convívio familiar, reforça a necessidade de compreensão e entendimento da violência estrutural. Para Azambuja (2011, p.29), os casos de violências que ocorrem na família ou em qualquer lugar “não podem ser compreendidos sem que seja estabelecida uma relação com a violência que paira na sociedade”.

Reichenheim (et al. 2013) apresenta uma triste realidade em que muitos dos casos de violências cometidas contra crianças e adolescentes ocorrem dentro do domicílio e por pessoas próximas, como os próprios familiares. Para o autor, algumas

pesquisas apontam que “a punição corporal na adolescência possa estar associada ao abuso de álcool e drogas, depressão e tentativas de suicídio na idade adulta (REICHENHEIM, et al. 2013 p.114) ”.

Uma compreensão também neste sentido referente à violência estrutural e são as violências no âmbito familiar é evidenciada quando Azambuja (2011 p.29) descreve que a primeira é aquela que se “manifesta na desigualdade, na exploração, nas relações de poder, na precariedade de condições do capitalismo moderno”, ou seja, “a estrutura das relações violentas é, ao mesmo tempo, econômica, cultural e de poder” que se manifestam nas condições de vida dos sujeitos na sociedade e nas famílias. Assim, Azambuja (2011, p.29), irá dizer que “no âmbito familiar, os efeitos da violência estrutural são reduplicados, uma vez que não se pode pensar a violência intrafamiliar sem considerar o processo estrutural”, pois é por meio deste último que os outros tipos de violências, inclusive a familiar, se produzem e encontram bases para sua manutenção.

Como consequência, essas famílias, submetidas a uma condição de vida precária, sem garantia de alimento, de moradia, de trabalho, de assistência à saúde e de todos os serviços que definem uma vida minimamente digna no mundo contemporâneo, torna-se incapacitadas de proteger os membros que as compõem, em especial as crianças e os adolescentes (AZAMBUJA, 2011, p.28).

Ianni (2002) irá retratar que na passagem do século XX para o século XXI ampliou-se o cenário de violências. “São muitas as formas de violências, antigas e recentes, conhecidas e desconhecidas [...]”, dentre elas, os “sequestros e o narcotráfico à violência urbana e o terrorismo de Estado, além de outras manifestações no interior da sociedade contemporânea”, que direta ou indiretamente alcançam os indivíduos e suas famílias (IANNI, 2002, p.7).

No estudo realizado por Ianni (2002), verifica-se a necessidade de uma abordagem que desmistifique os processos violentos que são velados por um modelo de civilização tecnológica que acredita ter superado os antigos modos de violências. Conforme o autor, “a fúria do tirano, o terrorismo de Estado, a guerra, o massacre, o escravismo, o racismo [...] o nazismo, sempre envolvem alegações racionais, humanitárias, ideias, ao mesmo tempo que se exercem em formas e técnicas brutais, irracionais [...]” (IANNI, 2002, p.8).

As violências, como velhas conhecidas da humanidade, adquirem na atualidade certa amplitude.

Esta é uma história que já tem vários séculos de duração. No curso dos tempos modernos, desde o descobrimento e a conquista do Novo Mundo, são muitas, novas e renovadas as formas e as técnicas de violência que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório (IANNI, 2002, p.9).

As violências, como expressões da questão social, que é fruto dos conflitos gerados no interior do modelo de produção capitalista, precisam ser entendidas na contemporaneidade como desdobramento das formas de sociabilidade atualmente em vigor. “A relação estabelecida entre a violência estrutural e a questão social está no fato de que estas violências sofridas no bojo do processo produtivo têm profunda repercussão na vida cotidiana da classe trabalhadora”, e isso acaba por trazer “consequências drásticas, que desembocam numa discussão chamada por diversos autores de questão social e suas expressões” (CAVALLI, 2015, p.7).

A violência estrutural tem relação direta com o modo de produção e “à medida que se desenvolvem a ciência e a técnica, em seu uso crescente político-econômico e socioculturais desenvolvem-se as formas e as técnicas de violências” (IANNI, 2002, p. 10). Silva (2002) aponta que nas bases dessa sociedade contemporânea estruturalmente violenta estão as “desigualdades – econômicas, sociais e culturais, as exclusões – econômicas, políticas e sociais, o autoritarismo das relações sociais, o racismo, o sexismo e a corrupção” das instituições “e de parte das [...] elites dirigentes”. (SILVA, 2002, p.127).

Para Silva (2002, p.23), a “[...] violência estrutural atinge particularmente aqueles indivíduos em situação de risco pessoal e social [...]”, ou seja, aqueles “[...] que sofrem cotidianamente a violência das ruas, da falta de uma educação de qualidade, das precárias condições de moradia e de saúde”. As relações entre os indivíduos e as instituições organizacionais contribuem por vezes para a produção e a reprodução de violências. Mas, as estruturas sociais aparecem como centrais na criação das diversas formas de violência e muitas vezes não são reconhecidas como sua geradora, como é o caso do sistema econômico-social capitalista.

Cabe destacar, segundo Cavalli (2009), que o enfrentamento da violência estrutural não é possível no modo de produção capitalista. Isso porque, em suas

essências, possuem características que são próprias de suas existências. Porém, muito dos processos estruturais violentos, podem ser atenuados por meio de políticas sociais de proteção da classe trabalhadora, de políticas de distribuição equitativa de renda, e na garantia do acesso aos bens e serviços básicos para a manutenção de uma vida digna para toda a população.

Esta breve apresentação teórica sobre a violência estrutural, se fez necessária, para que se compreenda que as diversas formas de violências são agravadas, reproduzidas e muitas vezes decorrentes da estrutura social. Este entendimento possibilita romper com processos que atribuem as pessoas, os únicos responsáveis pelas causas de suas violências. Muitos, que sofrem ou cometem atos violentos, as vezes foram vítimas da violência estrutural.

5. Metodologia

O conceito de metodologia que melhor se adapta à pesquisa realizada para a construção desta dissertação é a dada por Minayo (2007, p. 14) que afirma ser “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”. Para Minayo (2007), a metodologia deve conter ao mesmo tempo, o método, ou seja, a abordagem da teoria, os instrumentos operacionais do conhecimento e a criatividade na condução de todo o processo de pesquisa, desde a formulação do projeto, até a formulação e sistematização do relatório. Deve-se fazer a leitura dos indicadores sociais com critérios que proporcione a total veracidade na reconstrução da leitura da realidade.

Para se atingir os objetivos da pesquisa, bem como a questão problema e questões norteadoras, optou-se pelo método de abordagem dialético crítico. Para isso, a dialética é uma importante ferramenta de análise da realidade, que proporcionou ao investigador os caminhos que melhor o aproximou da realidade social que perpassa os fenômenos aqui estudados. Pode-se dizer, conforme Konder (2008), desde os primórdios da dialética, ainda na Grécia antiga, ela já era usada como método de apropriação e produção do conhecimento.

Assim, a dialética pode ajudar a compreender melhor as experiências dos adolescentes com os usos de álcool e o possível envolvimento em casos de violências. O método dialético, por meio de suas categorias totalidade, historicidade e contradição, ajudaram a compreender uma ampla gama de informações pertinentes às problemáticas do uso de álcool e as violências, sua relação com os pontos contrários e convergentes, que foram se construindo historicamente.

Conforme Lakatos e Marconi (2006), Hegel baseava-se nas contradições existentes nas relações entre as partes, para encontrar respostas plausíveis às suas indagações. Assim, buscou-se na categoria da contradição encontrar o que ainda está oculto sobre a percepção dos adolescentes do município de São Borja sobre os casos de violências decorrente do uso do álcool, evidenciando pontos comuns e contrários à existência ou não de uma relação direta entre elas.

Konder (2008) aponta que Marx, em seus estudos, utilizava o método dialético crítico como forma de alcançar o conhecimento do concreto, ou seja, da vida real. Konder (2008, p. 35) afirma que na dialética marxista, “o conhecimento é totalizante e a atividade humana, em geral, é um processo de totalização, que nunca alcança uma

etapa definitiva e acabada”, ou seja, o método dialético é aquele que reconhece que o real, é um processo de transformação, na qual é construído historicamente.

Este entendimento demonstra que, para analisar as percepções e vivências que os adolescentes do município de São Borja possuem sobre suas experiências sociais frente ao uso de álcool e o envolvimento em ocasiões de violências, não devem ser descontextualizadas do conjunto de fenômenos sociais que permeiam suas relações cotidianas, o espaço em que vivem e os tempos contemporâneos.

Na interpretação marxista da realidade tem-se ainda, conforme Lakatos e Marconi (2006a), as categorias da infraestrutura, como sendo o conjunto das condições materiais que estão à disposição do homem, através da interação do trabalho sobre a natureza; a estrutura, que é a organização da sociedade em consonância com infraestrutura; e por último, a superestrutura, que é o universo do pensamento humano, aí englobando a ciência, cultura, religião, entre outras.

A grande contribuição do pensamento marxista para o desenvolvimento do método de investigação dialética da realidade, como afirma Kosik (2002), está em sua práxis social, que admite que o estudo da teoria só tenha sentido quando sua interpretação da realidade não fique no mundo metafísico, ou seja, do pensamento, mas sim traga referência para a prática da vida social. A práxis, segundo o autor, é o estudo da teoria e a aplicação prática na transformação da realidade.

A pesquisa almejou, em consonância com Gil (apud MICHEL, 2009, p.40), “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito”. Assim, como método de procedimento, buscou realizar um estudo exploratório a fim de alcançar a compreensão de alguns fatores determinantes que respondam a indagação descrita na questão problema e questões norteadoras. Também procurou contribuir com a consolidação dos objetivos que se propôs inicialmente na pesquisa.

Essa dissertação foi construída a partir de informações decorrentes de pesquisa com enfoque qualitativo que, segundo Richardson (2008, p. 79), “[...] justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Pode-se destacar que este tipo de pesquisa pôde responder com maior eficácia como os adolescentes percebem suas experiências sociais no que refere ao uso de álcool e sua ligação com os casos de violências no município de São Borja.

Baseou-se ainda numa forma de investigação bibliográfica, numa constante revisão de literatura a respeito da temática trabalhada. Para Cervo (et. al. 2007, p.60), a pesquisa bibliográfica é aquela que “procura explicar um problema a partir de

referências teóricas já publicadas em artigos, livros, dissertações e teses”. Assim, contribuiu principalmente para a construção de um embasamento teórico que auxiliou na exposição de conceitos e significados coletados junto aos adolescentes e os trabalhadores dos CRAS da cidade.

Esta dissertação também apresenta resultados de um processo de investigação que se utilizou de documentos legislativos. Entende-se, pois, que “toda a pesquisa implica o levantamento de dados de várias fontes, quais quer que sejam os métodos ou técnicas implicadas” (LAKATOS; MARCONI, 2006, p.137). Assim, baseou-se numa pesquisa documental utilizando como fonte documentos primários entendidos, segundo Lakatos e Marconi (2006), como sendo aqueles que ainda não receberam tratamento analítico.

Os dados qualitativos dos documentos legislativos coletados nesta pesquisa proporcionaram a compreensão do que tem orientado a atuação das políticas no que refere à prevenção do uso de álcool na adolescência e ainda aos casos de violências decorrentes de seu uso no território brasileiro. O estudo fez um levantamento de dados bibliográficos (artigos, livros, dissertações, etc.) e documentais como legislações (que tratam da temática que aqui se pretendeu estudar). Ainda se utilizou destes tipos de dados para construção de uma contextualização histórico-social do município de São Borja, apresentação da política de assistência social, álcool e violências. Assim, buscou-se analisá-los criticamente de forma a observá-los qualitativamente.

Os dados levantados por meio dos procedimentos bibliográfico e documental, além de ajudarem na sistematização das respostas de todas as questões norteadoras, foram utilizados principalmente para responder à questão norteadora referente à forma como as políticas de prevenção ao uso abusivo de álcool estão sendo implantadas e o papel do Centro de Referência em Assistência Social no sentido de evitar o contato imoderado dos adolescentes com o álcool e com as diversas formas de violências associadas.

Deve-se destacar aqui a preferência em estudar os CRAS por serem estes espaços locais privilegiados para a prevenção dos riscos sociais, uma vez que instaurado algum processo de dependência ou de violência, o trabalho com os jovens deixa de ser preventivo e acaba sendo deslocado para outros serviços. Desta forma, o contato com adolescentes que fazem uso abusivo de álcool, mas também com aqueles que não o ingerem, proporciona uma maior compreensão dos fatores que

colocam estes jovens em situações de risco, bem como poderá indicar melhorias nas abordagens com as temáticas ora analisadas.

Para atingir os outros objetivos específicos foi utilizada a entrevista. Para Michel (2009, p.68) a entrevista “é considerada um instrumento de excelência da investigação social, pois estabelece uma conversação face a face, de maneira metódica [...]”. Assim, se utilizou deste procedimento para responder as seguintes questões norteadoras: - qual o significado atribuído pelos adolescentes referente ao uso abusivo de álcool e o envolvimento com as violências? - Que tipos de violências se identificam nos adolescentes quando estes estão sob o efeito do álcool? Para melhor compreensão e assimilação do universo de sentidos coletados por meio da entrevista, a mesma foi gravada mediante autorização prévia dos(as) entrevistados(as) e, no caso dos adolescentes, ainda se buscou a autorização dos pais ou dos responsáveis legais.

Para tanto, definiu-se o universo e a amostra dos sujeitos pesquisados. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p.163) o universo diz respeito ao total dos indivíduos pesquisados, e a amostra, “consiste em obter um juízo sobre o total (universo), mediante a compilação e exame de apenas uma parte” do todo. O universo dos sujeitos pesquisados foi definido como os adolescentes do município de São Borja – RS (que na ocasião da coleta de dados prevista para ocorrer entre os meses de março e junho de 2016) estiveram frequentando os grupos de convivência dos seis (6) CRAS existentes no município.

Lakatos e Marconi (2003, p.163) mencionam que a “amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Para a realização da pesquisa que resultou na construção desta dissertação, o tipo de amostra utilizada para responder as duas questões norteadoras citadas acima foi a amostragem por variedade de tipos que, segundo Turato (2003, p.367), permite que se obtenha a definição “de tipos diversificados” de sujeitos. Neste tipo de amostragem pode ser definido entre outros tipos, o sexo, faixa etária, escolaridade, situação econômica, dentre outros.

Optou-se por retirar do universo dois (2) adolescentes de cada um (1) dos seis (6) CRAS do município, totalizando doze (12) adolescentes em toda a amostra. Dentre estes dois (2) adolescentes, a amostra por variedade de tipos se baseou no gênero (masculino e feminino), onde se buscou entrevistar um (1) adolescente do sexo masculino e outro do sexo feminino (por CRAS). Isso permitiu observar os diferentes

significados atribuídos pelos indivíduos dos sexos opostos em suas experiências sociais frente ao uso abusivo de álcool e as violências.

A amostra por variedade de tipos para esta pesquisa buscou ainda selecionar entre o total dos doze (12) entrevistados (do sexo masculino e do sexo feminino) distribuídos entre todos os CRAS, a variedade no que diz respeito à idade, buscando não as coincidir entre os doze (12) participantes. Deve-se destacar ainda que foi obedecido o princípio ético da participação voluntária das pessoas. Para isso, ao entrar em contato com cada um dos CRAS, a pesquisa foi apresentada aos adolescentes inseridos nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e, depois de feito o convite, foram realizadas as entrevistas¹³. Isso é importante ser frisado, pois em um dos CRAS não houve adolescentes voluntários para a realização das entrevistas, bem como a participação das meninas foi bem maior que a dos meninos, visto que elas estão também em maior número e mais participantes nas atividades dos CRAS. Assim, do total de doze (12) adolescentes previstos para serem entrevistados, distribuídos pelos seis (6) Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, foram entrevistados apenas dez (10). Destes dez (10) adolescentes, sete (7) foram meninas e três (3) meninos.

As idades variam entre doze (12) e dezessete anos (17), sendo que a maioria dos adolescentes que participam dos grupos são mais novos, refletindo no voluntariado para participação da pesquisa que obteve quatro (4) adolescentes com doze anos (12) de idade. Com referência às outras idades, pode-se apontar que um (1) entrevistado possuía treze anos (13); três (3) estavam com quinze (15); um (1) com dezesseis (16); e um (1) com dezessete (17) anos de idade. Esta variedade de idades proporcionou a verificação da precocidade do contato dos(as) adolescentes com as bebidas alcoólicas, visto que o uso desta substância é fator de riscos para uma série de agravos, seja na saúde, “aumento no risco de dependência de álcool em idade adulta, mortes por traumatismos e queda no desempenho cognitivo e escolar” (CISA, 2016, s/p).

Dentro desta exposição da amostragem por variedade de tipos já se pode construir alguns indicadores sobre o perfil do grupo estudado. Seja ela etnia, renda, grupo familiar, entre outros, que demonstram as características gerais e particulares

¹³ Após apresentar a pesquisa aos adolescentes, os objetivos e a forma como iria se conduzir as entrevistas, explicou-se os critérios de seleção para poder contemplar as diferenças de gênero, idade, entre outras e posteriormente, os (as) adolescentes participaram voluntariamente do estudo.

do público entrevistado. No que se refere à etnia, três (3) se consideram negros; um (1) moreno; dois (2) brancos; dois (2) pardos; e duas (2) pessoas mestiças. Cabe destacar aqui o que Osório (2003, p.20) aponta sobre o sistema de classificação de cor, raça e etnia, ou seja, segundo ele o sistema oficial de classificação brasileira tem um modelo parecido com os do Canadá e Estados Unidos, que adotam quatro principais classificações: brancos, negros, orientais e indígenas. Assim, os pardos, morenos e mestiços, estariam classificados juntamente com os negros, totalizando 80% dos entrevistados. Isso reflete as condições desiguais que a população negra brasileira enfrenta historicamente. A grande maioria dos(as) adolescentes entrevistados(as) também refletem a maioria dos usuários da política de assistência social incluídos nos serviços dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), que têm como um de seus principais objetivos de prevenir os riscos sociais das populações vulneráveis.

Sobre a renda do grupo familiar, um (1) adolescente informou que seria maior de que um (1) salário mínimo; um (1) disse que seria igual a um (1) salário mínimo; cinco (5) afirmam ser menor que um (1) salário mínimo; e três (3) não souberam informar. Comprovou-se, então, que a maioria dos adolescentes entrevistados sobrevive, juntamente com seus familiares, com uma renda abaixo de um salário mínimo mensal, dado este que os habilita a ter acesso aos programas próprios da política de assistência social.

Outro fator relevante no reconhecimento do público entrevistado, que mantém íntima relação com o fator de renda, diz respeito ao número de pessoas no grupo familiar. Entre os dez (10) adolescentes entrevistados, três (3) informaram que o grupo familiar é composto por cinco (5) pessoas; dois (2) informaram que seu grupo familiar é constituído por seis (6) pessoas; quatro (4) adolescentes apontaram que o grupo familiar é constituído por três (3) pessoas; e apenas um (1) informou que seu grupo familiar é composto por quatro (4) pessoas.

Ainda referente ao grupo familiar, cinco (5) adolescentes informaram que a família é composta por eles, suas mães e irmãos, caracterizando tal grupo, segundo Caniço (et. al. 2010), como família monoparental chefiada por mulher. Para Scarpellini e Yoshinaga (2011), a monoparentalidade feminina tem aumentado na contemporaneidade e esboçado as marcas da vulnerabilidade social em que passam algumas mulheres que, sem o auxílio de um companheiro, necessitam garantir o sustento e a educação dos filhos, convivendo ainda com os estigmas das questões

de gênero no trabalho, com salários reduzidos, bem como enfrentam na sociedade preconceitos e moralizações por parte de algumas pessoas. Este perfil de família apareceu de forma mais significativa entre as tipificações de famílias nos (as) entrevistados (as), indicando uma maior procura dos serviços socioassistenciais desses tipos de grupos.

Também foi referenciada uma (1) família monoparental chefiada por homem na descrição de um (1) adolescente. Este indicou que seu grupo familiar é formado por ele, seu pai e sua irmã. Sousa (2008), ao fazer um estudo comparativo das famílias monoparentais, descreve que a monoparentalidade masculina, embora em número consideravelmente reduzido em relação à feminina, já é uma realidade que não pode ser negligenciada pelos pesquisadores. A autora demonstra que historicamente a sociedade educou o homem para exercer um papel diferenciado da mulher no interior das famílias. Enquanto a mulher tinha suas atividades voltadas para o cuidado dos filhos e da residência, o homem possuía o papel de provedor econômico. Na contemporaneidade estes papéis definidos outrora parecem ter que ser constantemente revistos devido às novas condições que se colocam no interior das famílias, exigindo que por vezes que um dos conjugues exerça ambas as funções de provedor e cuidador.

Ainda referente ao grupo familiar, três (3) adolescentes informaram que seus grupos familiares são formados pelo pai, mãe e irmãos, indicando uma família nuclear tradicional (CANIÇO, et. al. 2010). Este tipo de família é mais comum e tido como ideal na sociedade capitalista. Possui como uma das características fundamentais a divisão dos papéis de gênero, centrada principalmente no homem como chefe e provedor do grupo, e a mulher como aquela pessoa responsável pelo bom andamento dos afazeres domésticos. Outro tipo de família, que se fez notar no relato dos(as) adolescentes, foi a reconstruída/combinada ou recombinação¹⁴ apresentada por Caniço (et.al. 2010), quando um (1) adolescente informou morar com sua mãe, seus irmãos e seu padrasto. Por último, um (1) adolescente informou que reside com seu tio e sua tia.

Também foram informados quais seriam os principais benefícios recebidos do Centro de Referência em Assistência Social. Dos dez (10) adolescentes, três (3)

¹⁴ Para Caniço (et. al. 2010) a família reconstituída/combinada ou recombinação seria aquela família em que existe uma nova união conjugal, com ou sem descendentes de relações anteriores, de um ou dos dois cônjuges.

indicaram que os principais benefícios recebidos do CRAS, são o recurso proveniente do programa federal de distribuição de renda chamado Bolsa Família e a cesta básica (aporte nutricional, caracterizado como um benefício eventual) simultaneamente. Três (3) adolescentes indicaram que sua família recebe apenas o aporte financeiro da Bolsa Família, enquanto que quatro (4) indicaram que recebem apenas as cestas básicas.

A amostra por variedade de tipos também buscou a variabilidade no que diz respeito à utilização ou não de álcool. Dos dez (10) adolescentes entrevistados, quatro (4) apontaram que costumam ingerir bebidas alcoólicas; dois (2) afirmaram já terem usado uma vez na vida, mas que não usam mais; e quatro (4) disseram não usar álcool e nem terem experimentado ainda.

A predominância dentre os(as) adolescentes que afirmaram o consumo de bebida alcoólica foi maior nos(as) entrevistados(as) com idades mais elevadas. Tal ingestão foi maior entre as meninas. Isso não quer dizer que elas estão bebendo mais que os meninos, pois embora as adolescentes que bebem sejam em maior número, a amostra também consta de mais adolescentes do sexo feminino. Porém esta indicação vai ao encontro da pesquisa nacional de saúde dos escolares (IBGE, 2016).

Segundo dados do IBGE (2016, p.60), a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar referente ao uso/abuso/experimentação de bebidas alcoólicas entre os alunos do nono ano demonstra que o consumo “feito nos últimos 30 dias anteriores à realização da pesquisa, foi de 23,8%, com as meninas (25,1%) com consumo atual superior ao observado para os meninos (22,5%)”. Também se verifica que “ao considerar somente os escolares que já experimentaram uma dose de bebida o consumo atual foi de aproximadamente 43,0%”. Dentre estes jovens, “as meninas, com 44,7%, apresentaram consumo superior aos meninos, com 40,9%” (IBGE, 2016, p.60).

Nos casos dos jovens aqui estudados, os(as) que afirmam já ter ingerido algum tipo de bebida alcoólica, mas que não bebem mais, predominam os adolescentes do sexo masculino. Em contrapartida, entre os que relatam nunca ter bebido, a predominância é feminina. Todos os meninos entrevistados afirmaram consumir ou, pelo menos, já ter experimentado álcool alguma vez na vida. No grupo feminino, quatro descrevem nunca ter bebido e apenas três afirmaram fazer uso do álcool.

Estes dados já demonstram aquilo que vêm sendo estudado no Brasil e em outros países americanos. Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool

(CISA, 2016), o consumo de álcool nas Américas é maior do que a média mundial. Além disso, estudos mostram que no Brasil os homens costumam beber três vezes mais do que as mulheres. Comparativamente, em países como a Guatemala os homens chegam a beber quinze vezes mais do que as mulheres.

A amostra em variedades de tipos foi contemplada neste sentido pelo fato de conseguir uma média de entrevistas de adolescentes que fazem uso de álcool e dos que não fazem quase que na mesma proporção. Isso proporcionou verificar as diferentes percepções a respeito do uso de álcool e envolvimento com casos de violências. Destaca-se ainda que, embora alguns adolescentes não costumem beber, todos os entrevistados apontam conhecer alguém, sejam eles amigos, parentes, vizinhos ou conhecidos que fazem uso da bebida alcoólica.

No que se refere a casos de violência associados ao consumo exagerado de álcool, dos dez (10) entrevistados, nove (9) possuem conhecimento de algum caso ocorrido na família - compreendendo pai, mãe, irmãos -, ou mesmo entre parentes, amigos ou colegas de escola. Relatam também casos ocorridos entre conhecidos, vizinhos, em festas ou mesmo em locais públicos e privados.

O roteiro de entrevista¹⁵ com os adolescentes também foi pensado com o intuito de encontrar respostas à questão norteadora no que concerne aos tipos de ações preventivas presenciadas pelo público alvo sobre o uso/abuso de álcool e sua relação com casos de violências. E, embora não relatassem com exatidão tais atividades, alguns identificaram palestras como sendo as principais práticas neste sentido.

Sobre tais ações preventivas, sete (7) afirmaram já terem participado de alguma atividade sobre o assunto na escola; dois (2) adolescentes informaram que já participaram tanto nas escolas quanto nos Centros de Referência em Assistência Social; e uma (1) pessoa apontou ter participado no CRAS.

No Quadro 1, que segue abaixo, podem ser vistos os dados gerais dos(as) adolescentes entrevistados pela pesquisa. Nele constam o número de jovens entrevistados, suas idades, renda, composição e benefícios recebidos pelo grupo familiar, bem como a relação daqueles que declararam usar ou não álcool, e ter participado de ações preventivas nos CRAS.

¹⁵ Os roteiros para as coletas dos dados, sejam eles, bibliográficos, documentais, ou para as entrevistas dos adolescentes e profissionais, podem ser consultados no apêndice desta dissertação.

Quadro 1 - Dados Gerais dos Adolescentes		
Adolescentes entrevistados	%	N
Masculino	30%	3
Feminino	70%	7
Total	100%	10
Idades		
Adolescentes com 12 anos	40%	4
Adolescentes com 13 anos	10%	1
Adolescentes com 15 anos	30%	3
Adolescentes com 16 anos	10%	1
Adolescentes com 17 anos	10%	1
Total	100%	10
Renda do grupo familiar		
Menos de 1 salário	50%	5
Igual a 1 salário	10%	1
Maior que 1 salário	10%	1
Não soube responder	30%	3
Total	100%	10
Composição do grupo familiar		
Com 5 pessoas	30%	3
Com 6 pessoas	20%	2
Com 3 pessoas	40%	4
Com 4 pessoas	10%	1
Total	100%	10
Benefícios recebidos pela família		
Bolsa família e aporte nutricional	30%	3
Apenas Bolsa família	30%	3
Apenas aporte nutricional	40%	4
Total	100%	10
Uso de bebidas alcoólicas		
Adolescentes que fazem uso	40%	4
Adolescentes que não fazem uso	40%	4
Adolescentes que já usaram	20%	2
Adolescentes que conhecem alguém que usa	100%	10
Conhecimento de algum caso de violências		
Adolescente que conhecem	90%	9
Adolescentes que não conhecem	10%	1
Total	100%	10
Ações preventivas		
Na escola	70%	7
No CRAS e escola	20%	2
No CRAS	10%	1
Total	100%	10

Quadro 1. Elaborado pelo autor, 2017.

Para responder à questão norteadora referente aos tipos de atividade preventiva que estão sendo realizados nos CRAS também se buscou, no universo dos trabalhadores das oficinas do grupo de convivência, descobrir como as políticas de prevenção ao uso de álcool por adolescentes estão sendo trabalhadas e qual a sua percepção sobre o tema. Assim, foram entrevistados seis (6) profissionais, um (1) de cada CRAS, que trabalham direta ou indiretamente nos grupos de adolescentes.

Sobre o perfil dos profissionais que estão realizando as atividades nos grupos de adolescentes dos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, referente ao gênero, apontou-se um total de quatro (4) profissionais do sexo feminino e dois (2) do sexo masculino.

Com relação à idade dos entrevistados, dois (2) possuem vinte e cinco (25) anos e os demais possuem vinte e um (21), vinte e dois (22), vinte e três (23) e vinte e quatro (24), respectivamente.

Sobre as funções que os profissionais que estão atuando nos grupos de adolescentes dos CRAS, dois (2) indicaram ser orientadores sociais; um (1) informou que é assistente social do CRAS e acompanha os grupos; e três (3) informaram que são estagiários em processo de formação de cursos superiores em Serviço Social, Ciências Humanas e Administração, e estariam exercendo as funções de orientador ou facilitador social. Veja Quadro 2, com as informações gerais dos profissionais entrevistados.

Quadro 2 - Dados Gerais dos Profissionais		
Profissionais entrevistados	%	N
Masculino	20%	2
Feminino	40%	4
Total	60%	6
Idades		
21 anos	10%	1
22 anos	10%	1
23 anos	10%	1
24 anos	10%	1
25 anos	20%	2
Total	60%	6
Função exercida nos CRAS		
Estagiários	30%	3
Assistente Social	10%	1
Orientador Social	20%	2
Total	60%	6

Quadro 2. Elaborado pelo Autor, 2017.

Estes dados foram apresentados de maneira geral para dar visibilidade aos procedimentos utilizados na pesquisa que possibilitaram a construção desta dissertação. Para tanto, se procedeu ainda a análise dos dados de forma mais profunda. Assim, após coletados os dados, foi realizada a análise e a interpretação do material. Esta etapa foi “[...] a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores” (LAKATOS; MARCONI 2003, p.167). Aqui se

buscou compreender quais as experiências e vivências dos adolescentes, bem como entender como eles percebem os casos de violências relacionados ao uso imoderado de álcool.

Para Minayo (et.al. 2007, p.79), o foco de análise e interpretação de dados qualitativos “é, principalmente, a exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar”. Assim, para este trabalho se decidiu previamente realizar a apreciação dos dados qualitativos por meio da análise de conteúdo temática de Roque Morais (1999) na expectativa de encontrar uma técnica que pudesse ajudar “[...] a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAIS, 1999, p.9).

Para Morais (1999, p.10), a “análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico”. Para tanto, entender o método procedimental de análise de dados foi de suma importância para o bom andamento dessa fase da pesquisa. De forma geral, a análise de conteúdo temática tem sido apresentada por alguns autores como Minayo (2007) em três fases: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

A Pré-análise, como ponto inicial, permitiu atingir “níveis mais profundos”¹⁶ na leitura do material coletado nos documentos referentes às experiências dos adolescentes a respeito do uso abusivo de álcool e sua relação com violências, bem como das iniciativas de prevenção praticadas nos CRAS. Buscou-se “uma visão do conjunto”¹⁷, apreendendo “as particularidades do conjunto do material”¹⁸, elaborando “pressupostos iniciais que serviram de baliza para a análise e a interpretação do material”, escolhendo “formas de classificação inicial”¹⁹ e determinando “os conceitos teóricos que orientaram a análise” (MINAYO, et.al. 2007, p.91).

Após a etapa da Pré-análise foi realizada a exploração do material. Tratou-se de “distribuir trechos, frases e fragmentos de cada texto de análise”, “fazer uma leitura dialogada com as partes dos textos da análise pelo esquema de classificação [...]”, descobrir “[...] os núcleos de sentido apontados pelas partes dos textos [...]” (MINAYO, et.al. 2007, p.92). Ao final se construiu uma sistematização e interpretação escrita que

¹⁶ Expressão usada por Minayo (2007).

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem.

dialoga, com os “objetivos, questões e pressupostos” da presente pesquisa (MINAYO, et.al. 2007, p.92).

Dentro destas fases, Morais (1999) apresenta a técnica de análise de conteúdo temática, dando ênfase em três pressupostos essenciais: a categorização, a descrição e a interpretação. Porém, antes destas três, indica que precisa existir o cuidado com mais duas etapas que, sendo anterior a estas, proporcionam uma boa condução do processo. Morais (1999, p. 15) propõe, então, cinco etapas no processo da análise de conteúdo: “1- Preparação das informações; 2- Unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; 3- Categorização ou classificação das unidades em categorias; 4- Descrição; 5- Interpretação”.

Na etapa de preparação do material, além de transcrição das gravações das entrevistas, foi realizado um processo de leitura flutuante de todo o material a fim de identificar qual deles “[...] efetivamente estavam de acordo com os objetivos da pesquisa [...], bem como se buscou fazer a codificação das falas dos sujeitos entrevistados de forma que possibilitassem “[...] identificar rapidamente cada elemento da amostra [...]” (MORAIS, 1999, p. 15). Para identificação dos dados coletados por meio das entrevistas, buscou-se realizá-la por meio de letras e números. Na identificação dos CRAS se utilizou apenas letras. Os números, que variaram entre um (1) e dois (2), foram utilizados para identificação dos adolescentes, segundo o centro de referência de origem (por exemplo: Adolescente A1 e A2; Adolescente B1 e B2....). Já para os profissionais buscou-se o termo “Profissional A B, C, D, E, F” segundo a codificação de cada CRAS.

No processo de unitarização foi reduzido o conjunto de informações coletadas nas entrevistas em unidades de análise. Nesta pesquisa decidiu-se por realizá-la por temas. Assim, também se procedeu de forma a isolar as unidades de análise “[...] de modo que pudessem ser compreendidas fora do contexto original em que se encontravam”, isso porque na análise de conteúdo temática as unidades de análise devem “[...] representar conjuntos de informações que tenham um significado completo em si mesmas” (MORAIS, 1999, p. 17). Além disso, buscou-se levar em conta as unidades de contexto que, segundo Morais (1999, p. 18), “é a unidade mais ampla que a de análise, a qual lhe serve de referência, fixando limites contextuais para interpretá-las”.

Posteriormente ao processo inicial de preparação do material e definição das unidades de análise, foi realizada a categorização, descrição e interpretação dos

dados. Na categorização, procedeu-se de forma a agrupar os dados “[...] considerando a parte comum existente entre eles” (MORAIS, 1999, p.18). Considerou-se ainda os critérios “[...] semânticos, originando categorias temáticas [...]” (MORAIS, 1999, p.18). No momento da descrição foi feito o primeiro movimento de comunicação dos sentidos atribuídos pelos adolescentes sobre suas percepções a respeito do uso de álcool e da violência. Para tanto, foi construído, segundo Morais (1999), um texto-síntese com o conjunto destes significados, fazendo uso de citações diretas das entrevistas. Por fim, realizou-se a interpretação do material. Nessa fase buscou-se ultrapassar a simples descrição num esforço de análise “[...] sobre conteúdos manifestos pelos autores, [...]” indo ao encontro do que foi dito por eles (MORAIS, 1999, p.25).

Cabe destacar ainda que não foram descartados por completo os níveis latentes de análise do material no percurso metodológico. “Os níveis manifestos e latentes estão relacionados às ênfases na objetividade e na subjetividade, entre as quais oscila a análise de conteúdo” (MORAIS, 1999, p.26). É importante destacar isso porque em qualquer análise sobre violências ou uso/abusivo de álcool, ou mesmo de drogas por determinado público, os processos objetivos e subjetivos das pessoas devem ser levados em conta.

O momento da análise dos dados, numa determinada pesquisa, é etapa de profundos movimentos intelectuais por parte do pesquisador. Neste procedimento, a “[...] análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis” (OLABUENAGA; ISPIZÚA, 1989, apud, MORAIS, 1999, p.9).

Para Lakatos e Marconi (2003, p.168), a análise dos dados “podem ser estabelecidas em função de suas propriedades relacionais de causa-efeito”. A análise e interpretação dos dados foi um momento de “atividade intelectual que procurou dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos”. Ou seja, por meio dos dados coletados em documentos, bibliografias e ainda nas entrevistas, reunidas durante o andamento da pesquisa, tentou-se solucionar o problema em sua particularidade local e temporal.

Por último, deve-se ressaltar que foram tomados os cuidados éticos com o andamento de todo o processo de pesquisa. Principalmente no que diz respeito ao sigilo e ao anonimato dos sujeitos entrevistados, resguardando seu direito de

participar ou não do questionário, bem como de garantir que os mesmos pudessem (se assim desejasse) desistir da participação em qualquer momento do processo, conforme a resolução 510/2016. Como descrevem Oliveira e Guedes (2013), estes cuidados na observação das resoluções dos comitês de éticas, embora traga mais especificações para as pesquisas clínicas, tem sido utilizada como ferramenta importante na busca da garantia dos direitos das pessoas na participação em pesquisas sociais.

Desta forma, o estudo passou por todos os procedimentos éticos exigidos para pesquisas com seres humanos segundo legislação em vigor e em conformidade com as normatizações estabelecidas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) por meio de seu Comitê de Ética em Pesquisas - CEPs, bem como inscrição e aprovação por meio da Plataforma Brasil, sobre registro nº CAAE 52246815.6.0000.5336.

Para a realização da coleta de dados primeiramente se buscou a apreciação da instituição, por meio da carta de aceite assinada pela Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Assistência Social e Cidadania (SMTHASC) de São Borja, na pessoa da secretária Maria Ilda Ribeiro Fagundes. Foram ainda elaborados e aplicados os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com os participantes da pesquisa que constavam dos profissionais dos Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, bem como da autorização dos pais e responsáveis pelos adolescentes entrevistados. Foi, ainda, assinado o Termo de Assentimento junto com os adolescentes.

Vale destacar ainda que se buscou o cuidado ético também no que se refere à veracidade e seriedade do pesquisador no manuseio das informações e na condução da pesquisa. O resultado da produção do conhecimento, em suas particularidades, está contido e sistematizado nesta dissertação de mestrado em Serviço Social. Os conhecimentos científicos adquiridos por meio desta pesquisa poderão contribuir para fortalecer a compreensão da temática do uso de álcool entre os adolescentes e sua relação com as violências no município de São Borja, bem como colaborar na busca do fortalecimento de estratégias de prevenção ao abuso de álcool.

6. Apresentação das experiências dos (as) adolescentes e dos (as) profissionais frente a temática álcool e violência.

Neste momento busca-se analisar as experiências dos adolescentes do município de São Borja (RS) que participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), no que refere aos usos de álcool e o possível envolvimento com casos de violências. Para tanto, apresenta-se três perspectivas básicas que dialogam com a questão problema da pesquisa e com os objetivos específicos, ou seja, as percepções e experiências dos adolescentes sobre bebidas alcoólicas, as violências decorrentes do consumo (quer seja entre eles mesmos, amigos, colegas, familiares ou conhecidos), e as práticas preventivas ofertadas no CRAS.

Também no sentido da prevenção do uso precoce de álcool pelos brasileiros, este trabalho vem apontando que os grupos vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dos CRAS se tornam locais privilegiados para a abordagem das temáticas sobre violências e uso de álcool, uma vez que podem visar a difusão de informações e prevenção destes riscos. Para isso ainda serão apresentadas algumas percepções dos profissionais de como estas atividades estão sendo desenvolvidas junto aos adolescentes, bem como suas compreensões sobre o envolvimento dos adolescentes com o álcool. Tudo isso a fim de apontar alternativas para enfrentamento dessas questões antes mesmo delas virem à tona.

As experiências dos jovens frente ao uso de álcool e as violências variam conforme o costume ou não de ingerir a bebida. Suas percepções do início do uso/abuso, bem como a relação que estes estabelecem com outras substâncias, compreendendo-as ou não como sendo drogas ilícitas, serão descritas a seguir.

O início da ingestão de bebidas alcoólicas, muitas vezes incentivadas por pessoas ligadas a famílias dos adolescentes, demonstra que frequentemente isso pode ser um agravante para a manifestação de algum tipo de violência doméstica ou intrafamiliares. Isso porque os próprios adolescentes descrevem que é perceptível a mudança de atitudes entre seus amigos, colegas, conhecidos e familiares, quando estão sob os efeitos do uso abusivo de álcool.

Desta forma, algumas falas vão ao encontro do que os adolescentes percebem a respeito do uso de álcool e as atitudes das pessoas frente ao trânsito automobilístico, sexualidade e diferenças de gênero. Destaca-se ainda que em alguns

momentos os adolescentes explicam que, em suas percepções, o uso abusivo de álcool pode deixar as pessoas mais violentas, mas que também há pessoas que são violentas sem o uso de álcool.

Diante disso, as compreensões sobre álcool e demais drogas, bem como das violências na escola, são apresentadas como indicadores da necessária intervenção nestas temáticas. Para isso, verificaram-se as formas como os adolescentes estão percebendo as atividades de prevenção. Estes indicam que já participaram de palestras na escola, mas raramente apontam os CRAS como espaço em que receberam informações sobre álcool ou violências.

Concernente às falas dos profissionais, buscou-se verificar como as atividades de prevenção do uso de álcool e envolvimento em casos de violências estão sendo realizadas nos CRAS. Mas, para isso descreve-se num primeiro momento a compreensão que tais agentes possuem sobre estas temáticas, que muitas vezes vão ao encontro de suas compreensões de quais seriam os causadores do envolvimento dos adolescentes com o álcool e com as violências.

Após fazer esta breve discussão descreve-se o que os profissionais apresentam a respeito do funcionamento dos grupos promovidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), indicando qual é o critério de participação dos adolescentes. Segundo os profissionais entrevistados, os adolescentes participam dos encontros porque suas famílias são acompanhadas pelo CRAS, por receberem algum tipo de benefício da assistência social, por terem sido encaminhados ou mesmo convidados para participarem.

No andamento das atividades os profissionais relatam não conseguirem perceber manifestações de violências entre os adolescentes, mas de certa forma, naturalizam alguns atos de violência verbal como sendo próprio da idade. Destacam ainda que os principais limitantes para o exercício de seus trabalhos estariam ligados à falta de investimento em recursos humanos, precarização, rotatividade, bem como à dificuldade de abordar as diversas temáticas de forma satisfatória.

Para o processo de intervenção nas temáticas dos usos de álcool e casos de violências afirmam não realizarem tais atividades. Mas, apontam possibilidades que vão ao encontro de articulações com outras políticas sociais, bem como no aumento da fiscalização dos estabelecimentos que vendem bebidas alcoólicas. Verificou-se que nos CRAS, no que refere ao binômio álcool e violências, não há trabalhos significativos no sentido da prevenção.

6.1 Experiências dos Adolescentes frente ao uso de álcool e a violência

Os adolescentes do município de São Borja-RS que na ocasião da coleta de dados estavam participando dos encontros dos grupos promovidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos dos CRAS, apresentaram inúmeras falas que vão ao encontro de suas percepções sobre o uso/abuso de álcool, seja entre eles próprios ou seus familiares, amigos e conhecidos. Embora nem todos os adolescentes entrevistados tenham relatado o consumo de bebidas alcoólicas, alguns apontaram que fazem ou já fizeram uso. Por exemplo, a adolescente F2 afirma consumir vários tipos de bebidas alcoólicas, entre as quais a cerveja - que foi inclusive, a mais citada entre os adolescentes – e a chamada Ace kislá²⁰.

Eu bebo, cerveja, kislá, vinho, mas agora no inverno tem bastante gente que bebe vinho. Mas, faz tempo que eu não sei o que é vinho. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Segundo o observatório do Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, o uso de bebidas alcoólicas por adolescente tem sido a principal causa de óbito, isso considerando todas as outras drogas juntas. Neste sentido, as causas de tais mortes relacionadas com o álcool seriam: álcool e trânsito, suicídios, violência e doenças sexuais, dependência e agravos à saúde e efeitos do álcool no cérebro.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), dentre os jovens brasileiros do nono ano escolar, 55,5%, ou seja, mais da metade dos entrevistados, já havia consumido pelo menos uma dose de bebida alcoólica na vida. O Rio Grande do Sul é o estado com maior percentual desses escolares, com 68,0%, sendo que na capital Porto Alegre esse índice sobe para 74,9%.

As bebidas com menor teor alcoólico têm aparecido como as preferidas daquelas pessoas que bebem antes dos dezoito (18) anos (como é o caso da cerveja). Estas tendem a ir sendo substituídas por outras com maior teor etílico, conforme a

²⁰ A bebida Ace Kislá, ou simplesmente Ace, ou Kislá, são misturas de bebidas “de marcas famosas de destilados (uísque, aguardente, rum ou vodca) com refrigerantes gaseificados, servidas geladas (ice = gelo). Tais bebidas têm um teor alcoólico ao redor de 5%, semelhante ao da cerveja. No Brasil essa classe de bebidas conta com cerca de quinze marcas. As vendas de bebidas "ice" cresceram 88% entre 2000 e 2001. A moda das bebidas "ice" é um fenômeno mundial, cujo foco são consumidores jovens”. Sobre isso ver: Site Álcool e Drogas sem Distorção (www.einstein.br/alcooledrogas) / NEAD - Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein

vida vai avançando e o costume de beber evoluindo, até que comecem a surgir alguns dos agravos citados acima. (CISA, 2016).

“A bebida preferida pelos brasileiros é a cerveja, ela é ingerida preferentemente por ambos os sexos e em todas as idades” (JESUS, 2014, p.15). Segundo a Associação Brasileira da Indústria da Cerveja (CERVBRASIL, 2016, s/p), o “setor cervejeiro é um dos mais relevantes da economia brasileira, com investimento próximo aos R\$ 20 bilhões entre 2011 e 2014”. Representa 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB). Estima-se ainda que o brasileiro consuma, aproximadamente 50 litros/ano/ por habitante. Pode se verificar, desta forma, que o setor cervejeiro é rentável para o sistema econômico nacional e que é uma das bebidas mais usadas no território brasileiro e geralmente a bebida preferida por aqueles que iniciam o costume de beber álcool antes dos dezoito anos de idade.

Os motivos citados pelos(as) adolescentes de São Borja para estarem ingerindo bebidas alcoólicas são diversos. Dentre eles, se destaca neste momento o uso como recreação, alívio de algum sentimento ou problema, ou mesmo para mudar um pouco a rotina. Ou seja, a percepção que os adolescentes indicam enquanto motivo para que eles mesmos façam uso de álcool ou o que acreditam serem motivos para outras pessoas ingerirem, está ligado a uma forma de fuga de situações que impedem com que se possa ter diversão ou mesmo a possibilidade de fuga de sentimentos considerados ruins.

Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, o efeito do álcool no organismo é diversificado, variando muito dependendo da pessoa que o ingere. Assim, a variação depende do tipo de metabolismo da pessoa, sua massa corporal, e o costume de beber. As mesmas doses podem provocar efeitos mais ou menos intensos em pessoas diferentes, dependendo de suas características. Nos(as) adolescentes, devido sua menor massa corporal, bem como seu organismo não preparado para a bebida, os efeitos tendem a ser mais significativos. No que se refere à dosagem, sabe-se que “[...] em pequenas quantidades, o álcool promove uma desinibição”, e assim, neste estágio seria um favorecedor dos momentos de diversão (CISA, 2016, s/p). Porém, com o “[...] aumento desta concentração, o indivíduo passa a apresentar uma diminuição da resposta aos estímulos” e uma depreciação do sistema nervoso (CISA, 2016, s/p).

Na fala da adolescente E1 pôde ser visto que o costume de beber álcool, dentre outras coisas, é praticado em datas festivas como natal, ano novo, carnaval em

momentos de diversão, comprovando a busca dos(as) adolescentes por um efeito capaz de desinibir e favorecer os momentos alegres. Ainda, no caso específico da adolescente E1, o beber também seria praticado para não se achar estranha perto da irmã que bebe.

Quando eu bebo é só para me divertir um pouco, no ano novo, natal, carnaval. Mas, assim, diariamente não. Eu penso que é para diversão, então eu vou lá, danço um pouco, converso um pouco, dou bastante risada (até demais) e vou dormir. Porque a minha irmã mora longe e quando ela vem, eu me sinto meio estranha perto dela, daí eu bebo um pouco com ela, aí eu consigo dar risada. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Existe ainda no imaginário das pessoas a crença de que o álcool teria a capacidade de ajudar a esquecer dos problemas. Frazão (2016, s/p) indica que um dos efeitos do álcool no organismo estaria relacionado às perdas da capacidade de raciocínio e de julgamento da realidade. Isso poderia estar indo ao encontro da sensação que as pessoas, de modo geral, sentem quando estão sob o efeito do álcool, ou seja, de proporcionar o esquecimento momentâneo das situações “ruins” vivenciadas. Porém, o álcool, como uma droga que causa a depressão do sistema nervoso, não pode ser utilizada como calmante, a fim de ajudar as pessoas a lidar com sentimento de perda ou frustração (CISA, 2016).

A recreação, ou seja, beber para se divertir, está no topo dos motivos atribuídos pelos jovens são-borjenses que participam dos CRAS, pelos quais se bebe. No caso da adolescente F2, ao referir-se aos seus amigos que bebem, também indica a diversão enquanto motivação para fazer uso do álcool. Mas, aponta também que “sofrimentos por amor” são motivações bastantes presentes, principalmente para esquecer ou sentir certo alívio destes sentimentos.

Meus amigos bebem um pouco para se divertir e o outro pouco porque estão sofrendo por amor, e no outro dia não lembram de nada, nem do amor. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Ficar mais solto também foi colocado por muitos(as) entrevistados(as) como um efeito positivo (bom) do uso de álcool em suas percepções. Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, um grande incentivador de consumo estaria ligado às expectativas com relação à ingestão de determinada bebida em ocasiões de diversão. Isso reflete a forma como os adolescentes veem o álcool, ou seja, “como um

elemento facilitador para que fiquem mais comunicativos, para terem mais sucesso na busca de parceiros e se divertirem mais” (CISA, 2016, s/p).

Quando eu bebo, eu fico bem mais solto. E os meus amigos também ficam bem mais soltos. Às vezes, a gente brinca mais, fala, se diverte mais quando estamos bêbados do que quando não estamos. Principalmente eu e meus amigos, nos soltamos mais. A gente fica mais na nossa brincando, sabe? A gente se solta mais. Até com as gurias, a gente se solta bem mais. Em geral este é nosso comportamento. Eu até agora não sinto a necessidade de beber para chegar nas gurias, mas as vezes ajuda. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos).

No estudo feito por Neves, Teixeira e Ferreira (2015, p.290), “[...] o consumo de bebidas alcoólicas tem a diversão, a companhia dos amigos e a fuga da realidade como as principais finalidades”, entre os (as) adolescentes. Embora os motivos de beber para fugir da rotina/realidade sejam mais comuns entre as pessoas com mais idade, este elemento também tem aparecido entre os mais jovens. Em São Borja, esta tendência também apareceu na fala de uma adolescente que indicou que o principal motivo para se beber seria sair da rotina, fugir de sua realidade.

Sem beber a gente fica normal, o dia, a rotina. A gente fica na rotina assim..., e para sair desta rotina, para mudar um pouco, a gente acha que tem que beber. Aí quando a gente bebe, tenta mudar um pouco a rotina, o que está no dia, a dia. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Frente ao que apareceu nas falas dos(as) adolescentes, percebe-se que eles possuem em seus imaginários a ideia que as pessoas usam álcool para diversos fins, porém o principal motivo ainda seria a mudança dos sentidos de inibição que proporcionaria a possibilidade de que, sob o efeito do álcool, as pessoas consigam se divertir mais, esquecer os problemas vividos (ao menos por alguns momentos) e mudar um pouco a rotina.

6.1.1 O início do uso de álcool

Um quadro preocupante, em âmbito mundial, segundo Neves, Teixeira e Ferreira (2015), é a precocidade cada vez maior do início do uso de substâncias psicoativas, bem como a quantia de bebida ingerida pelas pessoas. A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que o Brasil ultrapassou a média mundial no que refere ao uso de álcool (BRASIL, 2014). Tem-se ainda que considerar que os dados

da OMS, indicam que as classes mais pobres tendem a sofrer mais as dificuldades sociais decorrente do álcool, isso por estarem sujeitos a precárias condições no que diz respeito aos atendimentos em saúde, seja, pelos meios públicos ou privados (BRASIL,2014).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), entre os jovens de faixa etária de 16 a 17 anos, 73%, já tinham experimentaram uma dose de bebida alcoólica. Os indicadores apontam ainda que mais de 21% experimentaram a bebida alcoólica pela primeira vez com menos de 14 anos de idade. Referente ao conhecimento de alguém que faça uso regular de álcool, cerca de 60% dos jovens afirmaram ter algum amigo nesta condição.

No que refere ao público jovem, o Centro de Informação sobre Saúde e Álcool indica que no “ano de 2001, 48,3% dos (as) adolescentes entre 12-17 anos, já haviam feito uso, pelo menos uma vez na vida, de algum tipo de bebida contendo álcool, e 5,2% desses já tinham desenvolvido dependência”, e em 2005, “o uso de álcool por jovens de 12-17 anos cresceu para 54,3% e a dependência subiu para 7,0%” (CISA, 2016, s/p). Convém observar, que no caso do álcool, a adição leva mais tempo para se instaurar do que outras substâncias psicoativas e por isso a sua confirmação ainda na adolescência seria um indicador de início precoce situado até mesmo antes dos doze (12) anos de idade.

Em São Borja, dentre os(as) entrevistados(as) que afirmaram fazer uso de álcool ou já terem experimentado, apareceram comentários que vão ao encontro da maneira como percebem a primeira vez que experimentaram bebidas alcoólicas. Também apontaram alguns motivos que têm estimulado o uso de álcool entre eles(as), seus amigos, colegas, familiares e conhecidos. O exemplo indicado pela adolescente B2 mostra como a pressão do círculo de amizade tem a capacidade de influenciar o início da ingestão. A entrevistada relata certo efeito desinibidor associado ao consumo alcoólico.

Foi este ano que eu comecei a beber. Eu já tinha feito quinze anos. Eu tomei assim, porque todo mundo estava dizendo, vai toma, é bom. Fazendo pressão. Aí eu quis provar, né? Aí eu tomei, gostei. Aí a primeira vez foi assim..., nada a ver, mas depois a gente vai tomando e vai gostando. Aí a gente toma e vai fazendo algumas coisas que a gente não consegue, tipo..., se a gente não tivesse bebendo, a gente não faria. Mas quando a gente bebe, a gente tem coragem e faz as coisas. Mas também é só quando bebe. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Scheimann e Souza (s/d) descrevem que a dimensão do prazer buscado por meio do consumo de substâncias psicoativas tem levado as pessoas ao estado cada vez maior de seu uso abusivo. Para as autoras, “na fase da adolescência, a curiosidade é um dos fatores de maior influência na experimentação de substâncias psicoativas, o que estimula a experimentar novos prazeres e sensações. Porém, na busca destes prazeres, o abuso da bebida alcoólica pode provocar efeitos não esperados que trazem consigo a falta de limites nas brincadeiras ou mesmo na impulsividade que pode causar brigas ou algum tipo de violência.

Na sequência, a adolescente B2 afirma ainda que às vezes percebe que não deveria ter bebido por acabar fazendo coisas que não faria sem que estivesse sobre o efeito do álcool. Porém acaba sendo influenciada a beber por amigos(as).

Mas sabe que na hora ali, beber é bom, divertido. Mas depois eu penso, não deveria ter bebido. Porque eu penso sempre antes de agir, só que na influência do álcool eu vou e faço. Eu sempre penso depois, que não deveria ter bebido muito. Mas aí já não adianta mais. Aí eu já fiz isso. E ainda tem aqueles que ficam falando: bebe, que tu vais ver que vai melhorar. E aí acabo indo na onda, vou na influência. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, ao consumir a primeira dose antes dos 15 anos, o(a) adolescente estará aumentando “em cinco vezes o risco de desenvolvimento de dependência e em sete vezes o risco de se envolver em acidentes de trânsito ou luta física” (CISA, 2016, s/p). Para Neves, Teixeira e Ferreira (2015, p.289) “o início do consumo dessa substância ocorre em adolescentes de 14 a 17 anos”, e em relação ao costume de beber regularmente, esta atitude é adquirida “em média aos 14,6 anos”. Isso coloca em estado de alerta os órgãos de saúde, porque “em muitos países americanos a maior parte dos jovens consome a primeira dose aos 14 anos”. (CISA, 2016, s/p).

Também ficam evidentes as influências dos grupos de amigos no que refere “à motivação para o consumo do álcool”. Segundo o estudo realizado por Neves, Teixeira e Ferreira (2015, p.290), “isso se deve à necessidade do adolescente em se enquadrar em grupos, em que existem padrões pré-determinados para fazer parte do mesmo”. Na pesquisa realizada por Almeida (et. al. 2014) também se indica que o grupo de amigos é um dos principais motivadores no que refere ao início e desenvolvimento do costume de beber por parte dos (as) adolescentes.

Neste mesmo sentido, o adolescente E2 indica que a primeira vez que ingeriu bebida alcoólica foi numa festa de casamento onde amigos teriam incentivado o uso. Segundo sua fala, a bebida foi um motivador para que pudesse se enturmar. Após isso, mesmo não exagerando nas doses, continuou a beber.

Eu comecei a beber quando fui numa festa de casamento de uma amiga minha, aí eu estava com uns amigos também, e me ofereceram um copo e eu tomei aquele primeiro gole, depois eu continuei tomando assim..., foi bem normal. Sabe? Não teve nenhuma coisa maior. Foi bem normal, eu fui bebendo me enturmando, sem nada muito diferente. Isso há uns dois anos. E já faz uns seis meses que eu não bebo muito. Bebo sim, mas pouco. (ADOLECENTE E2, 17 Anos)

O álcool tem se mostrado como a “droga de maior disponibilidade e aceitação pela sociedade, sendo a substância que os jovens têm o primeiro contato”, isso por ser de fácil obtenção, e pela liberdade “que o adolescente tem para entrar em festas” onde a bebida é usada livremente (BARROS, et.al. 2016, p.190). Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e álcool, a “aceitação por amigos e pelo grupo: fazem parte dos fatores ambientais que podem influenciar no desenvolvimento do hábito de beber”. (CISA, 2016, s/p). Para Alves, Barroso e Cavalcante (2008, p.556) é na fase da adolescência que “o conceito de interação grupal é perceptível”, e os jovens muitas vezes buscam “pertencer a um grupo com o qual se identificam”. Estes grupos terão “a capacidade de influenciar suas ações e fará com que adotem atitudes as quais serão a prova de sua aceitação [...]” (ALVES; BARROSO; CAVALCANTE, 2008, p. 556). O adolescente C2 também é outro exemplo de como a influência de amigos tem aproximado os(as) jovens do uso de bebidas alcoólicas

Não sinto vontade de usar álcool. Mas, sobre aquela questão de experimentar, eu já tentei experimentar. Falaram, se eu bebia, e eu disse que não. Daí meus amigos disseram para experimentar. Aí experimentei e achei ruim. O gosto é ruim. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

Sobre o início do consumo de álcool por outras pessoas, o adolescente E2 relata que entre seus amigos isso se deu precocemente, por volta dos quatorze (14) anos. E que começou a beber mais tarde que eles devido ao receio de sua mãe que o proibia. Sua fala indica uma possível faixa de idade para se iniciar a trabalhar estratégias de prevenção.

A maioria começou a beber cedo, lá pelos quatorze anos. Eu comecei a beber quando já ia fazer dezesseis anos. Isso pelo receio da minha mãe, que não me deixava beber. A minha família sempre pôs limite ao uso de álcool. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

Os familiares, quando não sofrem os infortúnios da dependência ou da cultura do beber, podem ser um poderoso instrumento de informação e prevenção do contato precoce dos(as) adolescentes com as bebidas alcoólicas. Porém, quando a sua ingestão ocorre no núcleo familiar, a tendência é que aconteçam abusos, uma vez que se estabelece um ambiente facilitador para iniciação ao consumo entre seus membros mais jovens (CISA, 2016, s/p). O estudo de Ouriques (2013) também apontou que muitas vezes são os familiares os primeiros fornecedores de bebida para os menores de dezoito anos.

Um elemento interessante que surgiu na fala de uma adolescente e que vai ao encontro do descrito acima foi o fato de um primeiro contato com a bebida alcoólica ter sido proporcionado pela própria mãe da entrevistada. Além disso, o relato da adolescente cita dores de estômago, caracterizando aquilo que Abraham e Twerski (1990) indicam como efeitos do álcool no sistema fisiológico, tais como a irritação da mucosa gástrica ou do revestimento do estômago. Além do que, “a exposição continuada ao álcool [...]” resultaria ainda “em gastrite alcoólica, com dor, náuseas e vômitos”.

A primeira vez que eu bebi, eu estava lá com a mãe no centro e eu pedi para ela comprar, daí ela pegou para minha irmã. Na verdade, ela comprou e nós estávamos bebendo. E me deu uma dor assim no estômago. Mas depois passou. Porque era a primeira vez. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Ao verem uma sociedade consumista de bebidas alcoólicas, os(as) adolescentes acabam também sendo seduzidos por valores que colocam o álcool como parte integrante dos eventos recreativos. Neste sentido, Michel (2002, et. al, CABRAL, s/p, p.180), descreve que o álcool nas sociedades contemporâneas, “[...] é uma droga subestimada [...]”, pois, nestas culturas, a bebida é encarada “como fonte integrante de uma vida ‘normal’”. Esta vida normal tem feito os adolescentes afirmarem, por vezes, uma tendência de beberem para se enturmar ou não se acharem estranhos junto aos seus grupos de amigos, conhecidos, colegas e familiares.

Além disso, algumas características próprias dos(as) adolescentes tendem a fazer com que eles assumam “riscos e testar limites: a tendência de procurar situações novas e potencialmente perigosas, em geral de forma impulsiva, típica dos adolescentes, pode incluir experiências com álcool” (CISA, 2016, s/p). Cabral (2016, p.184) indica alguns dos motivos que estão levando os (as) adolescentes, em geral, “à ingestão de bebidas alcoólicas são: a curiosidade, a imitação, a sugestionabilidade e também, a brincadeira por parte do grupo”. A adolescente F1 apresenta estas questões descritas anteriormente, quando aponta em sua fala que possui vontade de tomar bebidas alcoólicas quando sai para festas, por curiosidade e pelo fato de que todos bebem.

Às vezes quando eu saio para festas dá vontade de tomar. Porque todo mundo toma, aí dá aquela curiosidade. Será que é bom? Todo mundo toma, deve ser bom, né? É mais por curiosidade mesmo. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Neves, Teixeira e Ferreira (2015, p. 288), também indicam que “dentro os lugares onde os adolescentes” costumam consumir bebidas alcoólicas, ou tenham feito o uso pela primeira vez, são “em festa de amigos, [...] casa dos parentes durante festas familiares [...] festas de rua como carnaval ou bailes [...] e na casa de amigos [...]”. Entre os(as) adolescentes do município de São Borja que fazem uso do álcool, o consumo parece ocorrer em qualquer lugar. Mas, as festas também aparecem como locais preferenciais.

Meus amigos bebem em festas, em todos os lugares. Onde tenha movimentação bastante é motivo para eles beberem. Quando tem festinha, coisas assim. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Embora as ocorrências de uso de álcool entre os(as) adolescentes seja mais predominante em momentos de festas e diversão geralmente fora das residências, estas últimas também aparecem como local de consumo, confirmando a pesquisa feita por Neves, Teixeira e Ferreira (2015) referenciada anteriormente. A adolescente B2 conta ser mais comum marcarem festinhas com bebidas em casa.

Se meus amigos ou colegas marcam uma festinha, assim, sempre tem que ter bebida. Aí, um paga um pouco, outro paga outro pouco. Assim vai surgindo a bebida. Mas, é mais comum ser em casa (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

O álcool, como substância socialmente aceita, é parte integrante dos rituais festivos. Desde a antiguidade, em cerimônias religiosas e ritos de passagem, foi usado e aceito pelas tribos e comunidades humanas em todo o mundo (OURIQUES, 2016). Na contemporaneidade a aceitação da cultura do beber aparece nos momentos festivos privados e comunitários. Cada momento festivo inclui um tipo de bebida alcoólica de preferência, como é o caso do champanhe no final de ano, a cerveja no carnaval, o vinho na quaresma e semana santa, cachaças, ou quantões nas festas juninas, dentre outros. (FLACSO, 2012)

O apelo social para o consumo do álcool em momentos das festas atinge os jovens de forma a naturalizar a cultura do beber. Nesta perspectiva, se cria um perigo constante dos(as) jovens exagerarem. O adolescente E2 descreve as festas como locais de uso de álcool pelos amigos e indica uma ocorrência em que exagerou na dose e ficou bêbado.

Antes eu até saía bastante. Mas, eu beber junto com meus amigos, assim, eu bebia pouco. Só uma vez mesmo que eu fiquei bêbado. Até eu me impressionei comigo mesmo, porque eu nunca fui de beber tanto. E os meus amigos, pelo menos os que andam comigo, sempre controlam isso, sabe? Foram poucos os que eu vi realmente bêbados. Eles bebem mais em festas assim, para relaxar, para se soltar. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

Desta forma percebe-se que o início do uso de álcool pelos(as) adolescentes não tem seguido um padrão único no município de São Borja-RS. Porém, pode ser observado que existe uma predominância dos grupos de amigos como os principais proporcionadores do contato com as bebidas alcoólicas. Este motivador é seguido por apelos sociais ao consumo, bem como a convivência com pessoas da família que bebem e/ou permitem que se beba.

6.1.2 O uso de bebidas alcoólicas e de outras substâncias

As discussões sobre o momento certo de se iniciar a consumir bebidas alcoólicas têm motivado vários estudos sobre os potenciais perigos da ingestão precoce, seja no que refere aos agravos na saúde e violências, quanto à ocorrência de experimentação de drogas mais pesadas. Alves, Barroso e Cavalcante (2008) confirmam essa realidade ao destacar que aceitabilidade social do álcool tende a ser um fator de risco para o uso de outras substâncias psicoativas, ilícitas e mais potentes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), ao se tratar dos estudantes do nono ano, indica que subiu de 7,3% (230,2 mil) em 2012, para 9% (236,2), o índice de jovens que já experimentaram alguma substância entorpecente. No que diz respeito ao consumo de álcool, 23,8% (626,1 mil) dos jovens entrevistado pelo IBGE tinham feito o uso nos últimos 30 dias anteriores à realização da pesquisa. Em relação às drogas ilícitas, a porcentagem foi de 4,2% (110,5 mil).

As legislações que tratam sobre o álcool no Brasil colocam a bebida como legal em determinadas situações, mas excluem a população com idade inferior a dezoito (18) anos (BRASIL, 2010) e também os casos previstos nas leis nº 11.705/2008 (BRASIL, 2008) e nº 12.760/2012 (BRASIL, 2012), conhecidas como Lei Seca. Desta forma, esta droga é ao mesmo tempo lícita e ilícita. Para não haver confusão em relação à ilegalidade do uso de álcool, costuma-se atribuir o termo “uso indevido de álcool”, que diz respeito a todos os atos impróprios, sejam eles ilegais ou abusivos.

Alguns(mas) adolescentes do município de São Borja demonstraram uma certa compreensão dos fatores descritos acima. O adolescente A2 afirma que irá esperar a vida adulta para beber, indicando conhecer o impedimento legal do álcool para sua faixa etária, muito embora não elabore uma reflexão acerca disso. O entrevistado demonstra a compreensão de que deverá ter um controle da quantidade de bebida ingerida com fins recreativos e sua fala ajuda a compreender melhor a expressão “uso indevido”, uma vez que o abuso estaria diretamente relacionado com o desperdício de dinheiro, perda de equilíbrio, quedas e sujeira.

Se eu beber, será depois dos dezoito anos. Eu vou esperar a vida adulta para ver, para beber. Mas não antes. Quando eu for adulto, eu irei tomar. E não vou beber muito, porque gasta muito dinheiro, porque sai trambolhando, cai se suja tudo. Se for só para se divertir ainda dá, mas bastante não.
(ADOLESCENTE A2, 12 Anos)

Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2007), dentro das consequências do uso abusivo do álcool estão a falta de coordenação motora, mudanças nas atitudes frente a situações distintas e alterações de humor. A adolescente C1 demonstra ter vivência de exemplos ruins dentro da família que a motivam a não beber. Percebe que seus familiares tendem a ficar alterados quando bebem. Segundo ela, a bebida altera, ainda que temporariamente, a personalidade das pessoas.

Eu acho que beber é ruim. Porque muda completamente a personalidade da pessoa. E quando fazem festa, a primeira coisa que vão comprar no mercado é cerveja. E bebem, dá estas “loucuradas”, podem até se matar por causa da bebedeira. Eu sei porque os meus parentes gostam muito de fazer festas, de bebedeiras. Mudam de humor, brigam. (ADOLESCENTE C1, 12 Anos)

É ponto pacífico que a ingestão imoderada de bebida alcoólica pode promover a perda do controle emocional. Para Andrade (2016, s/p) “a dependência do álcool causa grande impacto na vida do indivíduo e também daqueles que estão ao seu redor”. A perda do domínio dos mecanismos de inibição pode tornar algumas pessoas potencialmente perigosas enquanto outras experimentam tão somente picos de tristeza ou alegria. É claro que isso depende de vários fatores associados, bem como o grau de embriagues. O adolescente C2 relata que seus amigos, quando estão sob o efeito do álcool, ficam perigosos.

Eu acho meio ruim quando meus amigos estão bebendo, meio perigoso. Eu procuro não sair com eles quando eles estão bebendo. Quando eles estão fazendo uma junção (nome disso é junção), aí ali rola tudo e eu não gosto disso. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

Os malefícios são visíveis. Historicamente a bebida foi usada como elemento de recreação e desinibição social (CABRAL, s/p). Segundo Masur (2004), desde a antiguidade a humanidade vem sofrendo com os prejuízos decorrentes do uso do álcool. Ações como a proibição total já chegaram a ser implementadas em alguns países do mundo. O exemplo apontado por Seibel (2001, p.11) foi o dos Estados Unidos, onde a chamada Volstead Act (Lei Seca) vigorou entre 1920 e 1932 proibindo o consumo de bebidas alcoólicas. Segundo Masur (2004), tal ação restritiva não surtiu o efeito desejado, uma vez que a mortalidade relacionada à ingestão do álcool continuou entre aqueles que se dirigiam até as regiões de fronteira para consumir bebidas em grandes quantidades e acabavam vítimas de acidentes no trânsito ou mesmo problemas de saúde. Além disso, o tráfico e a formação de quadrilhas especializadas no comércio ilegal de bebidas alcoólicas provocou o aumento da violência e da criminalidade.

Neste sentido, a adolescente F1 demonstra preocupação com as proporções dos agravos que o uso de álcool tomou na sociedade, bem como com os problemas decorrentes disso. Bastante emocionada, a entrevistada aponta a necessidade de ações restritivas, tendo em vista a própria experiência familiar.

Eu não sei, eu não entendo. Porque o uso de álcool em alguns casos é legal, né? Mas, eu queria que não fosse legal de nenhuma forma. Porque está destruindo muitas vidas. É menor de idade bebendo, fumando. Até na televisão aparece. Eu digo para o meu irmão: “não vou dizer para você não fazer, mas você tem exemplo em casa, na escola, na rua, você tem exemplos em todos os lugares”. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos).

A cultura do beber já está tão enraizada no imaginário das pessoas que é naturalizada por muitos. Como os(as) adolescentes buscam fazer parte de algo maior também a acabam internalizando a ponto de não mais questionarem o motivo pelo qual ingerem álcool. A falta de moderação é tão negligenciada por alguns que acaba se tornando algo considerado inofensivo. Nesta perspectiva, tem-se a fala de uma jovem que afirma não usar outras formas de drogas, somente o álcool. Ela parece não perceber o uso/abuso de bebidas alcoólicas como algo nocivo à saúde, ao contrário de outras substâncias.

Sabe? Estas coisas, tipo cigarro outras coisas para mim, não. Não gosto. Só bebida. Mesmo tendo amigas assim, que pensam de outro jeito que eu. Eu não, só bebida. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Para Barros (et.al. 2016, p. 190), “a droga que ocupa o primeiro lugar na preferência dos adolescentes é o álcool”. Porém, os(as) adolescentes do município de São Borja demonstram ter contato e vivências com inúmeras pessoas, sejam eles(as) os(as) próprios(as), amigos(as), colegas, vizinhos(as), conhecidos(as) e familiares que utilizam diversas substâncias, dentre elas, bebidas alcoólicas, tabaco, outros tipos de drogas.

As drogas mais pesadas também são problemas de saúde pública no território Brasileiro e os(as) jovens mais pobres frequentemente são os mais atingidos pelos mecanismos governamentais de combate e repressão do tráfico e pela falta de investimento em saúde pública.

Preocupa o fato de que alguns(mas) adolescentes ouvidos durante a pesquisa não percebem o álcool como uma substância psicoativa que chegue a acarretar algum tipo de problema mais grave, como acontece com outras drogas classificadas como ilícitas. A licitude da bebida, tanto penal como socialmente, seria respaldo suficiente para o consumo e a própria ideia de prejuízo estaria unicamente associada ao teor alcoólico. O adolescente A2 exemplifica esse fato ao contar que já viu colegas de aula sob o efeito de drogas, mas não embriagados.

Nunca vi meus colegas embriagados, mas já sob o efeito de droga. Porque depende, tem bebida que é mais forte que outra, acho que aí é que seria uma droga, né? Mas, bebida alcoólica mais fraca acho que não seria droga. Acho que não. (ADOLESCENTE A2, 12 Anos)

Segundo Ouriques (2016, p. 4), a terminologia “droga”, dentre outros significados, tende a indicar atualmente a definição de “entorpecente (também se pode classificar como substâncias recreativas e de alteração dos comportamentos), indica ainda coisa ruim, sem valor, indicação de frustração ou desanimo”. Para o autor, o significado do termo droga, varia no tempo histórico, e espaço (local geográfico). Assim, em alguns lugares droga pode significar fármacos (produtos farmacêuticos, remédios). O álcool, por exemplo, já foi utilizado como remédio (SEIBEL, 2007).

O adolescente E2 diz que considera o álcool como droga, porque assim como as demais substâncias psicoativas, tem a capacidade de transformar as pessoas, “de mexer com o psicológico”. Assim, a percepção do que seria ou não droga para os(as) adolescentes de São Borja, estaria intimamente ligado à capacidade da substância em causar alterações psicotrópicas.

Considero o álcool como uma droga, porque para ser chamada de droga, ela tem que mexer com teu psicológico. E o álcool mexe com teu psicológico, te transforma, transforma a pessoa tanto para o bem, tanto para o mal. Então acho que seria uma droga. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

A adolescente F2 indica que droga seriam aquelas substâncias que estragam a vidas das pessoas. Isso estaria ligado ao imaginário produzido historicamente pelas condutas governamentais restritivas, que buscam na guerra contra as drogas uma possibilidade de conseguir soluções para os problemas decorrentes do uso de substâncias psicoativas de grande potência. Ao se envolver com as drogas, as pessoas irão conviver com a dependência química, com a criminalização e com aparelhos estatais de saúde que não dão conta das situações dos usuários. Para ela, o álcool também pode ser considerado uma droga, porque tem a características da dependência (vício) e causar problemas de saúde.

Droga para mim seria cigarro, maconha, tudo o que estraga a vida da gente, poderia ser uma droga. O álcool também pode ser uma droga, ele vicia ele pode causar problemas por dentro da pessoa, isso é uma droga também. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Os (as) adolescentes também indicaram em suas falas o que entendem sobre a relação entre álcool e drogas. Para a adolescente B2 aqueles que usam drogas seriam “pessoas desesperadas”, que “querem resolver algum problema”. De fato, Ouriques (2016) demonstra que na contemporaneidade algumas pessoas tendem a usar drogas indiscriminadamente em decorrência de um sistema que gera opressões. Segundo o autor, vive-se hoje “sobre uma ‘série de frustrações dos anseios humanos’, tais frustrações, advêm de uma sociedade de consumo que gera crises ‘existenciais ou espirituais’ onde ‘os cidadãos sofrem uma massificação indiferenciada” (SEIBEL, 2001, p. 13, apud. OURIQUES, 2016, p.12). Para a adolescente B2 quem bebe álcool é por motivos de gosto.

Droga para mim é usada por uma pessoa que está desesperada. Que tenta resolver o problema e acha que para resolver tem que usar isso. Na verdade, isso não resolve nada. Já o álcool, beber é bom, mas se tem que controlar. Para mim tem que se controlar, né? (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

O adolescente C2 indica que o álcool é uma droga mais branda, mas que pode ser o início para se utilizar outras substâncias mais nocivas. Esta fala vai ao encontro do que Alves, Barroso e Cavalcante (2008, p.557) afirmam, ou seja, “o consumo de álcool em excesso pelo adolescente”, além de trazer consequências graves para sua saúde, “esta droga socialmente aceita é a porta de entrada para o consumo e o vício em outras drogas, ditas ilícitas”. Além disso, a relação entre uso de droga e efeito desejado costuma provocar um efeito de migração para substâncias cada vez mais potentes, a fim de garantir as sensações anteriormente sentidas. Para o entrevistado, devido à necessidade de se obter efeitos psicoativos mais fortes, seus amigos acabam se aproximando de outros tipos de drogas. Assim, o álcool estaria relacionado a um propulsor para o envolvimento com outros tipos de drogas mais pesadas.

Meus amigos têm esta consciência, eles também têm a consciência das drogas, que as drogas podem ser piores do que as bebidas. A bebida é o início para poder ir para a droga. Porque eles tomam e estão sempre com o mesmo efeito, e eles querem mais efeito, e aí eles acabam indo para a droga. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

As intoxicações também aparecem como fatores de riscos entre os(as) adolescentes de São Borja. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, a intoxicação aguda, “caracteriza-se pelo consumo de uma ou mais substâncias em quantidade suficiente para produzir mudanças no funcionamento normal do indivíduo,

incluindo alterações comportamentais mal adaptativas”, bem como aparecimento de “sinais de comprometimento neurológico” (SBP, 2007, p.11). Neste sentido, outro adolescente relata ter utilizado simultaneamente bebidas alcoólicas com outro tipo de psicoativo mais potente. Aponta como uma atitude perigosa. Conta que perdeu os sentidos e a memória.

A relação álcool e droga é bem perigosa. Uma vez que eu usei, eu dei a PT, como chamam, Perda Total, eu perdi totalmente os meus sentidos, eu perdi a memória no outro dia, eu não sabia o que eu tinha feito. Teve uma hora que me disseram que eu apaguei. Então pode ser bem perigoso. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

O desabafo da adolescente E1 demonstra que o tema das drogas está presente no cotidiano de muitos jovens em São Borja. A vivência com pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas faz com que eles atribuam ao álcool uma forma não perigosa. A entrevistada descreve que todas as pessoas que conhece costumam usar álcool e que isso não tem problema algum. Porém, aponta que usar outras substâncias pode ser um problema.

Álcool é uma coisa que todo mundo usa. Todo mundo. Não tem ninguém que diga: “ah, eu não bebo”. Só que droga é um pouco diferente [...], pó, pedra, quem entra nunca mais sai. Pode até dizer: “não estou viciado”. Mas, daqui meia hora vai querer mais. Não adianta [...] outras drogas, você diz que vai parar e não consegue, nunca vai conseguir parar. Um amigo meu se atirou nas drogas e ele diz que não é viciado. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos).

“Um dos motivos legítimos e primordiais que explicam a motivação para o uso prevalente pelos mais jovens e, por mais da metade da população, seria o fato do álcool ser uma droga com lugar no espaço” social em geral, ou seja, como afirma a fala da adolescente acima, álcool é uma coisa que todo mundo usa (FLACSO, 2012, p.89). A compreensão do uso de álcool ou de outros tipos de substâncias psicoativas, seja pelos(as) adolescentes ou outras pessoas, precisa de maiores cuidados. Isso porque alguns não possuem a clareza de que o álcool é uma droga que, embora lícita em alguns casos, continua se encaixando numa classificação de substância psicoativa.

6.1.3 O uso/abuso de álcool e violência na família

Para o Centro de Informação sobre Saúde e Álcool, a ingestão de bebidas pode ser considerada um fator de risco nos casos de violência interpessoal (CISA, 2016, s/p). Não quer dizer que o uso de álcool, por si só, seja uma expressão de violência, mas sim de que o costume de beber, além de caracterizar uma forma de violência alto infligida geradora de agravos à saúde, é favorecedor de inúmeras formas e tipos de violências, dentre elas, a doméstica e a intrafamiliar.

Para uma melhor abordagem, pode-se retornar às orientações do Ministério da Saúde sobre a distinção entre estas duas tipificações de violência. A violência doméstica estaria ligada a agressões físicas, psicológicas, sexuais, entre outras restritas ao âmbito doméstico, podendo os envolvidos (agressor e vítimas) serem membros da família, amigos, colegas, conhecidos, parentes, funcionários, bem como outras pessoas que não sejam ligadas diretamente ao grupo familiar. Já a violência intrafamiliar, ao contrário, não estaria restrita ao âmbito doméstico, podendo ocorrer em outros ambientes também. A relação agressor/vítima geralmente se dá por membros da própria família (BRASIL, 2001).

Partindo do exposto, neste momento apresentam-se as experiências relatadas pelos(as) adolescentes entrevistados(as) sobre o uso abusivo de álcool por membros da família isoladamente e entre os familiares. De fato, as ocorrências de ingestão imoderada repercutem no cotidiano familiar como um todo mesmo que se restrinjam a apenas um ou a alguns de seus integrantes.

Filho e Teixeira (2011, p.8) apontam que “a formação de expectativas em um indivíduo, pode se dar a partir da exposição [...] de pessoas de sua família”, ou mesmo de outras que sejam próximas que acabam assumindo o papel de incentivadores.

A pesquisa realizada por Almeida (et. al. 2014, p.70), demonstra que “os familiares são os que mais oferecem álcool aos adolescentes, seguido por amigos, considerando o primeiro uso [...]”. No caso dos jovens de São Borja, uma adolescente relata desconforto em beber com pessoas que não são conhecidas, mas aponta mais tranquilidade quando bebe entre pessoas da família. Segundo ela, ao tomarem bebidas alcoólicas, todos se divertem, conversam e contam histórias. A fala parece servir para caracterizar bem certo costume relacionado à cultura do beber em família.

Uma vez eu bebi, eu..., é que quando chega mais gente que não é muito conhecida, não dá certo. Mas, quando a gente está entre a família, assim, não tem nada a ver. A gente bebe, conversa, se diverte, assim..., a gente conta histórias, assim. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Os fatores de risco gerados pelos costumes ou episódios de abuso do álcool podem se manifestar nos momentos de diversão entre os familiares em suas residências. Isso vai necessitar maiores cuidados nos processos de orientação dos(as) adolescentes, uma vez que atos violentos podem aparecer no âmbito privado de seus lares e momentos de diversão podem se transformar em casos de violência doméstica. Neste sentido, a adolescente F2 aponta que não vê problema em beber com pessoas da família para se divertir. Porém, reconhece que às vezes o uso abusivo de álcool faz com que o lazer seja comprometido.

Em família, beber para se divertir, assim, não tem problema nenhum. Mas, sempre tem um para estragar tudo. Aí fica ruim isso. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Ouriques (2013) indica uma tendência de que em muitas famílias brasileiras são os próprios familiares que conduzem os(as) adolescentes ao uso ou à expectativa de usar bebidas alcoólicas. A adolescente F1, neste mesmo sentido, conta uma situação em que o seu padrasto teria oferecido cerveja para sua irmã mais nova. Sua reação foi de indignação com o ocorrido, pois acredita que tal atitude pode acabar levando sua irmã para o “mau caminho”.

Estes dias eu ia chamar a polícia porque meu padrasto estava oferecendo cerveja para minha irmã. E eu peguei a minha irmã bebendo. Aí eu perguntei: “quem te ofereceu isso aí?” Aí ela falou: “o pai que me ofereceu, ele disse que era bom”. Eu cheguei e falei para mãe: “ele tomar a dele ali quietinho, tudo bem, agora ele oferecer para minhas irmãs e levar para o mau caminho ainda..., não, não”. Eu disse que ia chamar a polícia e a minha mãe disse que não, que ia conversar com ele. Por que sabe, né? O mau caminho... você incentivar os outros que estão no caminho do bem, incentivar a andar nestas coisas de beber e dizer que isso faz bem para a vida, para a saúde. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Iniciar precocemente na prática da bebida não é algo observável somente do município de São Borja, no âmbito de famílias pobres ou nos dias atuais. Segundo Cabral (s/d, p.175), em décadas anteriores “o vinho do Porto e os champanhe eram reservados a famílias com elevado poder econômico e era dado, em festas, [...] às crianças” [sic]. Entretanto, essa prática ainda ocorre em todas as camadas da

sociedade, podendo se manifestar quando os familiares oferecem às crianças e jovens provas da espuma da cerveja ou misturas de vinho com refrigerante, etc.

Outra situação descrita pelos(as) entrevistados(as) foram as orientações dadas pelos pais sobre a bebida alcoólica. Ao invés de proibir o consumo, os pais têm procurado aconselhar os(as) filhos(as) no sentido do controle e da moderação. Por isso preferem que o consumo dos filhos se dê em casa ao invés de outros lugares. A adolescente B2 descreve que seus pais dizem para ela beber pouco e se cuidar. Isso vai ao encontro do que descreve Masur (2004) quando se refere à busca de soluções para os agravos decorrentes do uso de álcool. Para a autora, ao invés de se investir em políticas cerceadoras, deveriam ser empregadas ações educativas que ensinassem as pessoas a beberem e facilitassem o acesso a informações que assegurem aos indivíduos a possibilidade de conhecer os benefícios e os perigos que envolve o álcool. Neste sentido, Oliveira (et. al, 2016, p. 5) indica “que uma família que consegue administrar bem os percalços do dia-a-dia mantendo uma relação de respeito e compreensão centrada no afeto e no diálogo entre seus membros minimiza a probabilidade de seus jovens serem seduzidos pelas drogas”.

É que meus pais sempre falam: “bebe pouco, te cuida, se quiser eu peço para o teu irmão te pegar”. Assim..., se a festa for fora de casa, né..., para se cuidar, não se meter em briga..., mas eles sempre estão de olho, para não passar da medida, por isso eu geralmente bebo em casa. Eles não deixam sair muito. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Ao permitir o uso em casa, alguns pais acreditam estar protegendo os filhos de algumas manifestações de violência que podem ocorrer nas ruas, bem como impedir o acesso a drogas mais pesadas. Mas o consumo da bebida no âmbito doméstico e familiar, mesmo proporcionando maior controle sobre os(as) adolescentes, não é totalmente seguro, pois o abuso pode ser encorajado justamente pela sensação de proteção com relação aos potenciais perigos externos. O Ministério da Saúde também aponta que “a relação entre o uso do álcool, outras drogas e os eventos acidentais ou situações de violência, evidencia o aumento na gravidade das lesões e a diminuição dos anos potenciais de vida da população (BRASIL, 2004a, p.15). A adolescente F1 aponta que seu padrasto é um “dependente do álcool”²¹ e quando está sob forte efeito

²¹ Preferiu-se utilizar neste trabalho o termo “dependente do álcool”. Cabe lembrar que o processo de dependência se dá no organismo da pessoa, que de tanto fazer uso da bebida, ou de determinada droga, a química corporal e hormonal se modificou a ponto de que, para o organismo funcionar adequadamente irá precisar de doses diárias da substância a qual é dependente. No caso de uma

O desabafo da adolescente E1 indica sua indignação com relação às agressões físicas que sua mãe sofreu por parte do padrasto e com a conivência ou aceitação da sociedade frente a este tipo de violência. Segundo a entrevistada, a embriagues acaba sendo usada como argumento para relativizar más condutas e agressões. Bezerra, Haas e Leite (s/d, p.11), descrevem que muitas vezes o uso de “drogas ilícitas e o álcool também são usados como desculpas para diminuir a responsabilidade pessoal ou para proporcionar um estado emocional que facilite o envolvimento em atos infracionais”. Neste caso a violência doméstica contra a mulher é clara manifestação de ato criminoso.

Às vezes eu acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra, a bebida com a violência. Isso porque bate quem quer. Muitos dizem que quem está bebendo não sabe o que está fazendo. Eu digo que sabem sim. Tem gente que diz: “ah, o coitadinho não sabe o que fez, ele está bêbado”. Ele sabe sim. Porque às vezes tem muitos homens que chegam bêbados e batem na mulher. Eu sei, porque tenho a experiência do meu padrasto. A gente vendo que ele estava batendo na minha mãe e eu não podendo fazer nada. Isso quando eu era pequena. E ele sabia o que ele estava fazendo. Dava para ver que ele estava sabendo. Isso me dá uma raiva. Ele sabia o que estava fazendo. A mãe sempre foi tão boa para ele. Porque ele fazia aquilo para ela? (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

“No que se refere à relação entre álcool e violência, tão presente no imaginário coletivo, não se pode estabelecer um nexos causal, havendo muita mistificação relacionada ao tema” (FLACSO, 2012, p.55). Outrossim, pode-se dizer que o uso da bebida aumenta as possibilidades de agressões entre os pares. Os(as) adolescentes descrevem experiências e situações de violência que envolvem membros da família ou parentes que possuem o costume de fazerem o uso abusivo de álcool. A adolescente B2 descreve uma experiência em que presenciou a briga de sua mãe e de sua madrinha por motivos aparentemente insignificantes, após terem bebido muito. Mesmo relatando agressão física, não considera violência, pelo fato de a briga não envolver nenhum tipo de arma.

Uma vez a minha mãe brigou com a madrinha do meu irmão porque não tinha lembrado do aniversário dele. Nem de dar feliz aniversário, assim. Tudo porque tinham bebido bastante e sempre acontece isso por causa da bebida. Bebem bastante e querem brigar, querem fazer as coisas. Nesta ocasião chegou a ser agressão física. Mas, não violenta, tipo de faca e coisa. Foi com as próprias mãos. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

As pessoas se encontram tão acostumadas com atos de violências cometidos por pessoas alcoolizadas que por vezes tomam atitudes de minimização ou banalização dos casos. Os relatos acompanhados até aqui demonstram que os (as) entrevistados(as) não conseguem perceber a violência se ela não se expressar de forma trágica.

Outro caso de brigas entre parentes motivados pelo abuso do álcool é descrito pela adolescente C1.

Nas festas de final de ano meus parentes se reúnem e eles bebem. Meu pai não pode beber e minha mãe não bebe, aí a gente ficou meio longe. Quando meus parentes bebem, eles se descontrolam e meu pai não é homem de levar desaforo para casa, mesmo sendo parente dele, ele não gosta de bêbado. Ele mesmo não se gosta quando está bêbado. Eles brigam por causa de coisas bobas. Igual no casamento da minha tia, que o guri do som colocou uma música diferente que eles não conheciam, aí já deu briga e acabou a festa. (ADOLESCENTE C1, 12 Anos)

Porém, o álcool não tem promovido apenas casos de violência na família protagonizados por adultos. Embora seja mais comum que pais e/ou padrastos sejam os agentes desencadeadores, há eventos em que, quando alcoolizados, os mais jovens agredam os parentes mais velhos. A experiência vivenciada pela adolescente E1 é um exemplo disso. Segundo a entrevistada, um amigo seu teria agredido a própria mãe ao chegar embriagado em casa.

Um dia a gente estava lá na pista bebendo. Aí a gente veio para casa. Aí ele bateu na casa dele e a mãe dele não deixou ele entrar, porque ela tinha medo de que ele batesse nela. Aí eu voltei lá e conversei com a mãe dele e a mãe dele deixou ele entrar. Depois que eu saí de lá, ele bateu na mãe dele, e veio dormir aqui no porto. Daí eu não entendi porque ele bateu na mãe dele. Eu ainda falei para mãe dele abrir a porta para ele dormir, porque ele prometeu que ia dormir. E eu não entendia porque a mãe dele tinha tanto medo dele. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Os problemas decorrentes do uso abusivo de álcool na família ou entre familiares têm feito alguns(mas) adolescentes de São Borja criarem certa rejeição ao costume de beber. Estes, quase em sua maioria, já vivenciaram experiências difíceis em consequência dos excessos praticados por parentes. No caso descrito pela adolescente C1, nota-se que a aversão desenvolvida se fundamenta em exemplos ruins advindos de seu pai.

Sabe, meu pai não pode beber porque ele fica fora do comum. Minha mãe não bebe. E meu pai já me deu exemplo assim, que acontecem coisas ruins quando ele bebe. Então eu não tenho esta vontade de beber, mesmo quando eu crescer eu acho que isso aí não vai levar a nada. Não é porque eu estou aqui na tua frente falando isso, mas eu sempre falei até para minha mãe, eu disse que eu nunca vou fazer isso. Eu não sinto a mínima vontade de fazer isso, porque eu não preciso disso para ser espoleta, como dizem, alegre, feliz. (ADOLESCENTE C1, 12 Anos)

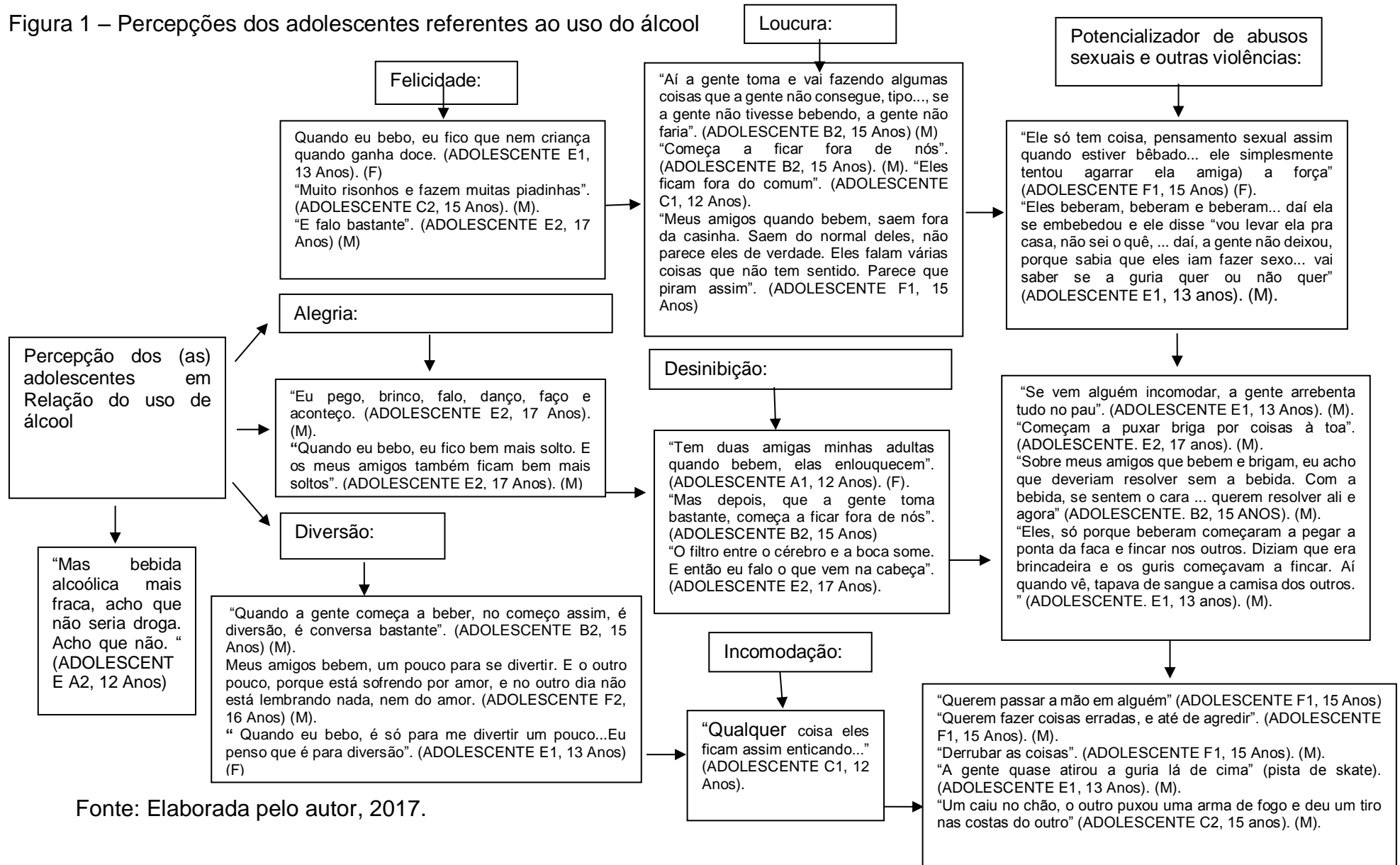
Nas experiências descritas anteriormente percebe-se que os usos de álcool, também são motivados pelos membros das famílias em suas reuniões festivas. Nessas ocasiões, os (as) entrevistados(as) têm observado ainda os efeitos nocivos da ingestão prolongada ao observarem a mudança de atitudes das pessoas que evoluem não poucas vezes para variados casos de violências.

Nesta perspectiva, os CRAS poderiam criar, em suas áreas de abrangências, algumas estratégias preventivas de forma permanente, articulando os jovens dos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e as demais faixas geracionais, afim de atingir o maior número de integrantes das famílias da comunidade, uma vez que muitos dos membros familiares dos jovens frequentam algum serviço ofertado pelo CRAS. Além disso, poderiam ser criados cartilhas explicativas informando os deveres dos pais ou responsáveis, perante os cuidados com seus filhos, e indicando os perigos que as bebidas alcoólicas incidem sobre a saúde do (a) adolescente e os prejuízos sociais relacionado ao uso abusivo.

6.1.4 Percepções a respeito do uso/abuso de álcool

Neste momento serão apresentadas de forma esquemática as percepções que os adolescentes têm sobre a relação estabelecida entre o álcool e seus usuários. A visão pretendida aqui deixa ainda mais evidente as ideias antitéticas construídas de forma empírica pelos grupos adolescentes ouvidos. As falas revelam a associação com momentos de festas, felicidade e alegria, mas também com desentendimentos, incômodos e possíveis ocorrências de abusos de toda ordem, inclusive sexual. Em todos os casos se sublinha o efeito desinibidor. A figura 1 procura sintetizar os temas que serão problematizados na sequência.

Figura 1 – Percepções dos adolescentes referentes ao uso do álcool



Pinheiro (2016) indica que o álcool é uma droga que pode causar diversos problemas no organismo humano, destacando o estômago, fígado e o cérebro. Porém, segundo o autor, o problema está no abuso, sendo que em adultos a ingestão responsável pode trazer alguns benefícios, como a redução de doenças cardíacas. Entretanto, ele chama a atenção para o fato de que ainda “não existem grandes trabalhos científicos sobre os efeitos benéficos do álcool”, pois, “a maioria consiste em pequenos estudos a curto prazo e com número pequeno de pacientes” (PINHEIRO, 2016, s/p).

“O grande problema é que não existe uma dose ideal de álcool para todo mundo (PINHEIRO, 2016, s/p). E, além disso, para o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA, 20116, s/p), o uso abusivo dessa substância está relacionado com uma “série de comportamentos de riscos” e isso não é diferente para muitos(as) adolescentes do estudo. A adolescente A1 percebe que as atitudes de algumas amigas se aproxima da loucura quando estas bebem.

Tem duas amigas minhas adultas quando bebem, elas enlocam.
(ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

A fala acima retoma algumas características já observadas anteriormente que parecem comuns aos usuários de álcool e que não são intrinsicamente más, como é o caso da alegria e da desinibição. Porém, quando exacerbadas, essas manifestações podem também aparecer juntamente com “perdas de controle e persistência de comportamentos violentos” (FLACSO, 2012, p.56).

Já, a adolescente B2 indica alguns estágios no processo de beber. Segundo ela, no começo do uso do álcool acontece uma espécie de desinibição para a conversa e para a diversão, porém depois de tomar mais doses, percebe que começa a ficar diferente do que costuma agir sem o uso.

Quando a gente começa a beber, no começo... assim, é diversão, é conversa bastante. Mas, depois que a gente toma bastante, começa a ficar fora de nós.
(ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

O álcool, como uma droga psicotrópica, possui a capacidade de atuar no sistema fisiológico e no sistema nervoso. Segundo Alves, Barroso e Cavalcante (2008) ao “atuar no psiquismo, as denominadas drogas psicotrópicas”, pode provocar “alterações do humor, percepção, sensações de prazer e euforia, alívio, medo, dor”.

Em São Borja, os(as) adolescente que não possuem o costume de consumir álcool com seus amigos, afirmam ficarem sem graça perto deles quando estes estão alcoolizados. Ao perceberem alterações nas outras pessoas, a tendência geral é a de não saber como lidar com as situações apresentadas. Isso pode gerar conflitos entre os pares ou incentivar a ingestão por aqueles que não consomem, a fim de não mais se sentirem estranhos ao grupo de amigos.

Meus amigos sem o uso de álcool eles são normais. Sem o uso de álcool, eles são mais sérios. Mas, com o uso de álcool, eles ficam mais alegres. Eles bebem, se chegam de viagem, nos fins de semana, em datas comemorativas. Quando eles bebem, eu fico sem graça, porque eles ficam muito risonhos e fazem muitas piadinhas. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

Cunha (2016) aponta como principal alteração comportamental causado pela ação do álcool no sistema nervoso a impulsividade. Tal reação faria com que os adolescentes tivessem respostas instantâneas frente a diferentes situações, que pode ser brincadeiras ou circunstâncias que possam levá-los a desafiar regras, sem se importar com as causas destrutivas de suas atitudes. A adolescente C1 indica que seus colegas, quando estão sobre o efeito do álcool, ficam alegres e começam a fazer brincadeiras que podem incomodar “enticando com os outros”.

Meus colegas quando bebem ficam meio alegriinhos. E começam a incomodar um pouco, por brincadeira. Eles agem de forma diferente. Eles ficam mais atentos as coisas, qualquer coisa eles ficam assim enticando..., eles ficam fora do comum. (ADOLESCENTE C1, 12 Anos)

De fato, o álcool como principal droga psicotrópica utilizada na sociedade, possui pelo menos dois períodos de ação no sistema nervoso. Para Araguaia (2016), no primeiro período, onde geralmente as dosagens etílicas são menores, o usuário da bebida teria sensações de euforia e desinibição. Já no segundo período, quando existe o exagero, ocorreria “descontrole, falta de coordenação motora e sono” (ARAGUAIA, 2016, s/p). Tudo dependeria da quantia ingerida e as características fisiológicas dos consumidores. A adolescente E1 indicou que se sente feliz ao beber, utilizando a expressão: “que nem criança quando ganha doce”. Aponta que alguns de seus amigos ficam alegres, outros ficam sem energia.

Quando eu bebo, eu fico que nem criança quando ganha doce. Meus amigos têm uns que ficam alegriinhos, tem uns que se apodrecem, ficam atirados num

canto, sentados viajando. Sei lá. Me sinto alegre às vezes. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Abraham e Twerski (1990) já indicavam que o cérebro é um órgão de extrema complexidade, e ao mesmo tempo, muito sensível aos efeitos intoxicantes do álcool. Além disso, os seres humanos são compostos “entre outras coisas, de um feixe de impulsos e emoções”. “Amor, ódio, ganância, inveja, impulsos sexuais, ânsia de poder, desejo de reconhecimento, e de ser amado”, dentre outros sentimentos, são constituintes dos desejos humanos de uma forma geral (ABRAHAM; TWERSKI, 1990, p.34). O uso prolongado do álcool, para tentar alcançar satisfação de alguns anseios, pode levar as pessoas a estágios de dependência química e desordem de suas emoções. O adolescente E2 indica não sentir muita alteração quando bebe. Aponta que a principal mudança é ficar mais solto, favorecendo o diálogo, conversas, brincadeiras, bem como a desinibição. Parece indicar ainda que há certa diminuição dos processos de raciocínio.

Quando eu bebo, na realidade eu me sinto normal, não altera em nada meu comportamento. A única alteração que eu sinto é que eu fico bem mais solto. Se eu estou numa festa que eu não conheço ninguém assim, eu fico bem mais retraído. E quando eu estou bêbado, não. Eu pego, brinco, falo, danço, faço e aconteço. A única alteração é ficar bem mais solto. E falo bastante. O que me vem na cabeça eu falo. Digamos que o filtro entre o cérebro e a boca some. E então eu falo o que vem na cabeça. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

Algumas pessoas quando ficam sob forte efeito alcoólico seriam “incapaz de exercer a plena capacidade de seu julgamento” (ABRAHAM; TWERSKI, 1990, p.34). A ação do álcool, como descreve Pinheiro (2016, s/p), traz consigo um grande problema, que é a não existência de “uma dose ideal de álcool para todo mundo”, e em geral, “mulheres são mais susceptíveis aos danos do álcool que os homens”. E os adolescentes são ainda mais vulneráveis no que refere à diluição do álcool na corrente sanguínea. A adolescente F1 descreve sua percepção a respeito daqueles que beberem em festas. Conforme ela, as pessoas começam a querer aparecer, “passar a mão”. Deve-se esclarecer que tal expressão significa “bolinar”.

Quando a gente chega numa festa e a pessoa está sã, ela está normal, aí de repente ela começa a beber e a mudar, começa a querer aparecer mais, querer passar a mão em alguém, se achar, alguma coisa assim. A gente começa a notar que aquela pessoa não está legal. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Outra descrição de mudanças das atitudes aparece na fala da adolescente F1. Segundo a entrevistada, quando estão sobre o efeito do álcool seus amigos ficam querendo fazer “coisas erradas” e agredir quem pede para que parem de beber. No estudo realizado por Cunha (2016), a impulsividade provocada pela ingestão prolongada entre adolescentes provoca o aumento da delinquência. A falta de limites em suas brincadeiras, a agressividade e o desafio das regras são resultantes de um processo de descontrole.

Meus amigos quando bebem, saem fora da casinha. Saem do normal deles, não parecem eles de verdade. Eles falam várias coisas que não têm sentido. Parece que piram assim... Eles querem fazer coisas erradas, e outras coisas assim. Derrubar as coisas. Às vezes eles querem até mesmo agredir os outros quando vão pedir para não beber mais. Eles mudam bastante. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Existe ainda a manifestação de conflitos entre pessoas que usam álcool e as que não usam. A adolescente E1 relata que faltou à aula para ir até uma praça conhecida popularmente entre os jovens como Pista²² com o intuito de consumir bebidas alcoólicas. Na ocasião, estando com seus(suas) amigos(as), foi confrontada por outros jovens crentes²³ que procuraram dissuadi-la estabelecendo um conflito de opiniões.

Quando eu não estava namorando ainda, eu estava andando na Pista com as gurias, a gente foi matar um pouco de aula. Fomos lá na Pista tomar kiska e coisa. E um dia chegou umas crentes, sei lá, começaram a falar não sei o que lá, aí a gente quase atirou as gurias de lá de cima. Porque elas não têm nada que ver com o que a gente faz, se elas não gostam, a gente gosta. Se a mãe, que é mãe, não fala nada, porque que qualquer uma que aparece vai falar. Não tem que falar. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Pode-se verificar nas falas dos(as) adolescentes uma polarização de sentidos atribuídos pelos(as) que bebem e pelos que não o fazem, isso no que refere aos conflitos decorrente da mudança de atitudes frente a determinadas situações entre aqueles(as) que estão embriagados(as). Diante da percepção de que as pessoas que fazem uso de álcool estão alteradas ou mesmo demonstrando atitudes agressivas, o procedimento dos adolescentes que não costumam beber é o de ficar atento e manter uma distância segura. Abraham e Twerski (1990) descrevem que muitos dos usuários

²² Denominação associada à existência de uma pista de skate no local.

²³ Denominação utilizada para aqueles que frequentam e praticam as religiões cristãs pentecostais e neopentecostais.

da bebida podem ficar com sua capacidade de autocontrole comprometido. Além da perda da capacidade cognitiva, podem se tornarem incapazes de julgar o que acontece no entorno. A este respeito, a adolescente entrevistada, que não faz uso do álcool, afirma que suas atitudes frente ao confronto com outros jovens alcoolizados podem variar entre “não dar bola”, sair de perto ou pedir para que alguém possa levar a pessoa para casa.

Se as pessoas que beberam vêm para nosso lado com intenção de incomodar, a gente sai de perto deles, liga para alguém para que levem eles para casa. (ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

Já para os(as) que fazem uso do álcool, a atitude pode ser hostil e permeada de uma possível manifestação violenta. A adolescente E1 afirma que se alguém vier incomodá-los(as) poderá ocorrer brigas. Isso vai ao encontro do que Cunha (2016) descreve como um dos motivadores para atitude transgressora, ou seja, o jovem exposto às ações prolongadas do álcool pode se tornar agressivo ou violento.

Quando a gente bebe, se vem alguém incomodar, a gente arredonda tudo no pau. Ninguém tem nada a ver com o que a gente faz. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Percebe-se, assim, que os(as) adolescentes possuem clareza de algumas transformações nas atitudes deles próprios ou de pessoas que utilizam bebidas alcoólicas. Mas são incapazes de julgar os momentos em que o abuso de álcool provoca alterações que vão em direção de situações de riscos. Os estágios de desinibição e euforia são mais percebidos por aqueles que costuma ingerir a bebida, enquanto que os efeitos de perda da capacidade cognitiva e do julgamento da realidade quase sempre são percebidos pelos adolescentes que não bebem. Em relação a atitudes agressivas, constatou-se que os (as) adolescentes que fazem uso da bebida tendem a ser um pouco mais violentos em situações de conflito.

6.1.5 Pessoas alcoolizadas, direção de veículos automotores, sexualidade e gênero

Em se tratando das vivências dos adolescentes com relação a pessoas alcoolizadas, aparecem falas que indicam conhecerem certos perigos. Os entrevistados sabem que muitas se transformam e podem ser potencialmente

violentas, porém atribuem mais a sujeitos desconhecidos seu medo de sofrer alguma violência. A adolescente A1 descreve uma situação em que ela e sua mãe foram perseguidas por um “borracho”. Convém destacar que esse termo é utilizado popularmente na região para designar uma pessoa que se encontra sob forte efeito do álcool. Algumas vezes esta terminologia pode ser utilizada de forma pejorativa.

Eu já vi muitas pessoas sobre o efeito de álcool. Uma vez eu e minha mãe estávamos indo na frente do mercado e tinha um borracho que estava lá, e queria pegar minha mãe e a gente. Mas daí saiu um homem e tocou o borracho, e aí saímos correndo. (ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

Como já descrito anteriormente, o álcool tem a capacidade de provocar inúmeras mudanças no sistema fisiológico e neurológico das pessoas. Ele pode ser um fator de risco para a ocorrência de diversas formas de violência, mas depende, para isso, de outros fatores inerentes a personalidade daquele que bebe. (FLACSO, 2012, p.56). A experiência que relata a adolescente F2 diz respeito à sua vizinha. Ela indica que esta pessoa tem o hábito de fazer uso de cachaça e, ao estar sobre o efeito desta bebida, teria ações agressivas de querer machucar outras pessoas. Nestas situações, a entrevistada também descreve que sua mãe fica com medo, ao ponto de fechar a casa para evitar incômodos.

Minha vizinha... ela bebe muito. Ela é muito cachaceira. Ela bebe e quer bater nos outros. Ela quer bater de facão. Teve estes tempos que ela bebeu. Não sei o que eles estavam comemorando. Mas, teve uma mulher cobrando um dinheiro que ela devia e ela tocou a mulher a facão de lá da casa dela, para não precisar pagar. Ela fica muito louca. A mãe chega a fechar a porta da casa para ela não ir lá em casa incomodar. Ela sai na rua, bate boca com todo mundo, bate no marido dela, quando ela bebe ela fica louca. Os filhos dela usam drogas e ela, eu não sei se não usa. Mas os filhos dela parecem que ficam incentivando ela a beber, incentivando que ela use drogas junto com eles. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Não é difícil encontrar pessoas que vivem intimidadas ou com medo das possíveis atitudes violentas de outros sujeitos que fazem uso abusivo de álcool. O medo de sofrer algum tipo de violência, como indicam Abraham e Twerski (1990), é mais comum naqueles que já sentiram ou presenciaram os prejuízos decorrentes de algum tipo de violência²⁴ por parte de alguém alcoolizado. Este medo também

²⁴ A expressão popular: “onde há fumaça, há fogo”, caberia para descrever o que Abraham e Twerski (1990) indicam sobre as pessoas que vivem com medos de sofrerem algum tipo de violência, seja de seus parceiros, ou de outras pessoas. Segundo eles, geralmente quem tem medo são aquelas pessoas que já foram alguma vez agredidas.

apareceu na fala da adolescente B2. No caso dela, sua irmã e amigo presenciaram uma experiência de medo quando foram assediados para entrar no carro de pessoas desconhecidas que possivelmente estariam sob efeito de álcool. A perseguição por parte de pessoas desconhecidas, bem como não saber qual são suas intenções, provocaram momentos de apreensão.

Uma vez, era uma sexta-feira, eu, minha irmã e um amigo estávamos vindo de noite. Aí vieram uns dois rapazes de carro e eles disseram para subir no carro, mas a gente não quis. E então eles vieram umas duas esquinas perseguindo a gente. E a gente ficou com muito medo assim. Aí, a gente começou a andar mais rápido e eles começaram a dizer “eu vou descer em...”. Eles provavelmente estavam alcoolizados. Mas a gente não chegou a pegar carona com eles. E nós não tínhamos tomado nada aquele dia. Mas a sensação foi de muito medo, porque poderiam estar armados e descer do carro. Eles começavam a dizer para a gente entrar no carro, chamar a gente de bonita. Mas a gente não dava bola para eles, até que eles desistiram. A gente também fingiu que iria entrar numa casa lá, aí eles foram embora. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

No que se refere ao trânsito, os(as) adolescentes também indicam em suas falas a percepção de que pessoas que fazem uso de álcool e conduzem veículos automotores. Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA, 2016, s/p), “dentre os prejuízos sociais associados ao álcool, os acidentes de trânsito são um problema de preocupação mundial que acarretam um número excessivo de mortes e prejuízos por ano”, e dentre a população mais preponderante a sofrer acidentes, estão os mais jovens. No Brasil, a relação entre o uso de bebida alcoólica e a direção é uma das maiores manifestações de violência que envolve o uso de álcool pelos indivíduos. Segundo dados do ano de 2012, “estima-se que 18% e 5,2% dos acidentes de trânsito entre homens e mulheres, respectivamente, no Brasil foram causados pelo uso de bebidas alcoólicas” (CISA, 2016, s/p).

Cabe destacar ainda que à cultura do beber, neste caso, se junta a cultura do dirigir, onde o carro pode ser considerado como forte fator de status social e econômico. “Desde o seu surgimento, o automóvel foi um bem de consumo acessível financeiramente às camadas mais privilegiadas, fato que contribuiu para que se tornasse símbolo de *status* social, apesar de continuar sendo fascinante a todas as outras camadas” (LUCHEZI, 2010, p.6-7). Criava-se, assim, o modelo idealizado de que para dirigir basta se ter dinheiro para comprar o veículo, não importando muito com as condições psicomotoras do motorista. O código brasileiro de trânsito de 1997 buscou regular uma série de irregularidades. Foi ao longo do século XXI tornando-se

mais rigoroso a fim de coibir a mistura do álcool com a direção. Tais leis, segundo o Centro de Informação sobre Saúde e Álcool (CISA, 2016, s/p), dizem respeito à conhecida “Lei Seca” lei nº 11.705 de 2008 e a Lei nº 12.760 de 2012, que reforça a primeira.

A lei 12.760/2012 incluiu alteração no código brasileiro de trânsito que, “além de aumentar o valor” da multa administrativa, amplia as possibilidades de provas da infração de dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer substância psicoativa, as quais foram disciplinadas pela Resolução nº 432 de 23 de janeiro de 2013 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Estas leis mais severas, juntamente com um esforço de fiscalização, podem, segundo o Centro de Informação sobre saúde e álcool (CISA, 2016, s/p), diminuir os acidentes de trânsito em até 20%. Porém, a impulsividade no perfil de muitos(as) adolescentes em desafiar as regras, juntamente com a curiosidade em fazer uso de substâncias psicoativas como o álcool, e ainda o apelo social do status, coloca-os(as) em condições de vulnerabilidade e riscos constantes.

No perfil dos(as) adolescentes entrevistados(as), o dirigir veículos automotores sob o efeito de álcool não é significativo, pois a maioria - por suas características socioeconômicas – não possuem contato com a “direção”. Porém, pegar carona com alguém que tenha bebido se torna um importante risco a ser evitado.

A adolescente B1 indica ser perigoso e errado pegar carona com alguém que esteja sobre o efeito de álcool, mas entende que isso não seria uma forma de violência. Na prática, a entrevistada parece ver o perigo intrínseco à situação apenas como uma forma de negligência.

É errado estar pegando carona com alguém que está bêbada. Seria perigoso. Mas isso não é uma forma de violência. (ADOLESCENTE B1, 12 Anos)

O adolescente E2 aponta que quando sai de festas juntamente com seus amigos(as), procura chamar um taxi para evitar ter que pegar carona com pessoas alcoolizadas. O entrevistado indica não conhecer ninguém que tenha sofrido algum tipo de acidente de trânsito por estarem dirigindo ou acompanhando alguém que dirigia sob o efeito de alguma bebida alcoólica.

Sempre quando a gente sai de alguma festa, nós procuramos chamar um taxi. A gente tem esta consciência de sempre chamar um taxi. Eu, particularmente, nunca saio com alguém dirigindo bêbado, sempre quando

eu saio de uma festa eu chamo um taxi, ou até mesmo volto para casa de a pé com os amigos, quando não estou tão alterado. Meus amigos também sempre foram assim. Eu nunca tive o conhecimento de alguém que eu conheça tenha sofrido algum acidente, ou coisas assim, por estar bêbado. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

Em outros casos, estes em maior número, aparecem relatos de alguns(mas) adolescentes que indicam experiências no que refere a terem pegado carona com pessoas próximas que estavam sob o efeito do álcool. A adolescente F1 conta uma experiência neste sentido envolvendo seu padrasto.

Eu já andei de carro com meu padrasto e ele não enxergava um palmo na frente dele, ele estava bêbado. Eu já andei com ele, meus amigos também, porque meus amigos não dirigem. Foi horrível. Aquele dia eu rezei para todos os santos dentro do carro enquanto ele estava dirigindo. Horrível, até parece que ele nunca tinha aprendido a dirigir. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

A questão principal destas falas seria que usar álcool e dirigir equivale a violência ou é um fator de risco para causar mais tipos de violência? O uso de álcool por adolescentes pode ser considerado apenas como uma violência autoinfligida (BRASIL, 2010), ou também poder ser classificado como fator de risco para o envolvimento dos adolescentes em ocasiões de violência? A adolescente F2 indica uma experiência em que pegou carona com um conhecido que estava sob o efeito de álcool. Para a entrevistada, sua sensação foi de que iria morrer. Isso porque a pessoa que estava na condução do veículo, dentre outros fatores, parecia não estar respeitando as regras de trânsito, numa visível perda de sentidos. Pelo relato, o motorista andava acima do limite de velocidade e os caronas estavam sem cinto de segurança.

Peguei carona uma vez. Foi uma experiência péssima. Eu achei que ia morrer. Nesta ocasião, foi com um amigo do meu irmão. Que não tinha tirado a carteira também. Nós estávamos vindo do porto, estávamos eu, meu namorado, minha irmã..., eram uns cinco dentro do carro. Todos sem cinto. Quando a gente vinha vindo ele quase pechou o poste, e vinha muito ligeiro, parecia que ele não enxergava nenhum buraco na rua. Mas também nunca mais andei de carro com ele. Tá louco, é muito ruim. A minha irmã, chegou passar mal dentro do carro. Ninguém tinha bebido, a não ser os dois, o meu irmão e o outro, e só eles sabiam dirigir, aí ele trouxe nós, só que a gente não tinha visto que ele tinha bebido de mais. Aí ele deu carona para nós..., nossa foi muito louco aquilo. Quase matou nós todos. Ele quase pechou umas mulheres que estavam na rua. E uns guris que estavam juntos na rua ele também quase pechou. Muito ruim isso. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Outro relato de perigo ao se dirigir alcoolizado aparece na fala da adolescente F2. A entrevistada conta ter presenciado o acidente de um parente próximo, que ao dirigir alcoolizado, teria batido em um poste. Nesta ocasião, havia inclusive crianças dentro do carro sem o uso da cadeirinha de segurança. O que ela diz demonstra que os processos de violência no trânsito transpassam todas as classes sociais, mesmo as mais pobres.

O meu tio uma vez foi em uma festa lá em casa e ele tinha bebido. Ele tinha uma guriuzinha, minha prima que tinha três para quatro anos de idade. E outro que era bebê de colo ainda, ia fazer um aninho. E ele inventa de sair com as crianças e a mulher dele, minha tia. E saiu, e pechou o poste dali da minha rua. E nos tudo preocupada mais era com as crianças chorando assim. E não estavam de cadeirinha. Nossa a preocupação era de mais. Nesta ocasião eu não estava no carro com eles. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

O preocupante, neste caso, é a percepção de alguns de que o álcool não seria capaz de influenciar nos processos de condução do veículo. Na verdade, o “álcool apresenta efeitos tóxicos sobre o cérebro e diversos órgãos do corpo humano, sendo por esse motivo, uma das substâncias psicoativas com maior efeito nocivo à saúde [...]”, pode afetar ainda “diversas funções cerebrais como a cognição, a coordenação psicomotora, o comportamento e o discernimento, além da respiração e da sexualidade” (RIGONI et al., 2013, SOTILI, 2016, p. 27).

Neste sentido, o adolescente C2 indica que possui um parente que, mesmo consumindo grandes quantias de bebidas alcoólicas, não teria seus sentidos alterados.

Tenho um parente, ele é caminhoneiro. Ele toma mais de dúzias e caixas de cerveja. Ele toma. Mas, quando ele pega no volante, ele faz tudo direitinho. Ele segue as normas, normal, mesmo tendo usado álcool. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

O uso abusivo de bebidas alcoólicas parece estar também tendo efeito nas questões que envolvem a sexualidade dos(as) adolescentes. O Ministério da Saúde (BRASIL, 2004a) confirma essa realidade. A iniciação sexual pode ser afetada pelo consumo de álcool uma vez que atua na diminuição dos sentidos de inibição e raciocínio na busca do parceiro. “Estudos demográficos apontam para a crescente tendência de redução da faixa etária de início de vida sexual (em torno de 13 anos), refletida em altos índices de gravidez na adolescência, o que coincide com um início igualmente precoce do uso de bebidas alcoólicas (BRASIL, 2004a, p.19). Almeida

(et.al. 2014, p.66) aponta que no Brasil o “comportamento sexual de risco (doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada)”, também está associado ao uso de álcool pelos adolescentes. O grupo que respondeu ao questionário desta pesquisa reflete o dado nacional ao indicar ter conhecimento de casais de namorados que ficam sexualmente mais dispostos quando bebem.

Sabe que falar em sexo não é muito normal. Entre amigos não. Mas, entre namorados sim. Tem uns que quando usam álcool se apodrecem, tem uns que ficam bem mais ativos, que fazem. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Para o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA, 2016, s/p) “o comportamento sexual é influenciado pelo consumo de álcool”, onde “vários fatores influenciam na forma como esta relação é estabelecida, entre eles o sexo do indivíduo, personalidade, cultura, expectativas em relação ao sexo, quantidade de álcool ingerida e número de anos que a pessoa bebe”. Entre os(as) jovens entrevistados, os meninos parecem ficar mais sugestivos sexualmente.

Embora não seja comum, os(as) adolescentes afirmarem que ao ingerir álcool entre os amigos sejam influenciados a realizarem ou falarem sobre sexo, a entrevistada E1 ilustra de forma significativa o caso com seu relato. Segundo ela, seu amigo de 21 anos teria intenções de fazer sexo com uma amiga embriagada. O uso abusivo de álcool neste caso, aumenta muito o risco de violência sexual e estupro. Para Baltieri (2005, p. 7), “o consumo de bebidas alcoólicas é frequentemente considerado um importante fator associado à violência sexual”.

Uma vez a gente estava lá no campo do Polí..., Polivalente, eu acho. Estávamos todos ali sentados nas gramas, debaixo das árvores. Tinha uma amiga minha, que tem uma deficiência numa das pernas, é assim, meio tortinha, e veio um amigo meu, mas ele tem 21 anos, e ele é grande, não é gordo, ele é bombadão, e a guria é bem magrinha. Aí eles tomaram cachaça com suco de morango. Daí eles beberam, beberam, beberam..., daí ela se embebedou. Daí ele disse: “vou levar ela para casa..., não sei o que, não sei o que”. Daí a gente não deixou, porque sabia que eles iam fazer sexo. Daí um ex-namorado dela pegou e levou ela para casa, para mãe dela. Porque a gente não queria que ele fizesse isso, porque ela estava bêbada. Mas ela já tinha ficado com ele. E ela se fresqueia muito para ele, aí ele achou que ela queria também. Só que eu não sabia se ela queria, aí a gente pegou ela e levou, porque vai se saber se a guria quer ou não quer. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Para o Centro de Informações Sobre Saúde e Álcool, o uso dessa substância deixa os homens mais sugestivos à sexualidade. “O aumento da excitação sexual está

relacionado à crescente quantidade de doses ingeridas, sendo que esta relação deixa de existir no momento de intoxicação alcoólica, quando o indivíduo se torna incapaz de responder a estímulos sexuais” (CISA, 2016, s/p). Além disso, deve-se lembrar de que o “assédio, estupro, atentado violento ao pudor, pornografia” ou mesmo insinuações, podem ser considerados como violência sexual (OLIVEIRA, et. al. 2016, p.4). Na perspectiva do assédio ou insinuação ao ato sexual, a adolescente F1 indica o conhecimento de uma agressão sofrida pela sua amiga, cometida pelo seu tio ao estar alcoolizado. Baltieri (2005, p.7) explica que aliado ao álcool, outras características são determinantes no que refere a violência sexual, ou seja, “personalidade do agressor, bem como às atitudes ou crenças a respeito da violência”. Tais atitudes e crenças podem incluir machismo e dominação do parceiro. A adolescente explica que seu tio quando está sob o efeito de álcool, ficaria bem sugestivo sexualmente, capaz de consumir o ato com qualquer pessoa que aceite.

Meu tio, Deus que me perdoe. Ele só tem coisa, pensamento sexual, assim, quando está bêbado. Ele faria sexo com a esposa e com quem mais der bola para ele. Ele tentou uma vez com minha amiga. Só que eu não acreditei, achei que era mentira, mas depois eu percebi que ele não era santo. Ele tentou agarrar ela uma vez, lá em casa. Ela tinha ido passar a noite lá na minha casa, e era de noite, ele chegou bêbado lá, falando que queria falar com meu padrasto. E daí ela tinha saído do banho, estava no quarto se vestindo. Aí ela se vestiu, e estava penteando o cabelo, e ele entrou no quarto dizendo que estava me procurando, perguntando de mim. E ela disse que eu tinha saído, ido no armazém comprar..., e ele simplesmente tentou agarrar ela a força, começou a falar as coisas para ela, e ela ficou com medo, e ficou quieta assim no canto, e ele entrou no quarto e tentou agarrar ela. Só que aí ela chegou, empurrou e saiu correndo e disse que ele estava tentando agarrar ela. Aí eu achei que ela estava mentindo, porque ela não é nem um pouquinho santa. Eu cheguei lá e ele estava bêbado lá. Aí eu perguntei para ele: “tu tentou agarrar ela?” E ele: “não, capaz, ela que veio aqui”. Aí, naquela noite eu fiquei braba com ela. No outro dia ela falou para mim: “eu juro para ti, por Deus, ele tentou me agarrar a força”. Aí eu fui falar com ele, e ele estava são (sadio), e ele disse: “é que eu bebo e saio fora de mim..., mas se eu fiz, desculpa”. Aí eu vi que ele tinha feito, porque quando ele fica nervoso e começa desculpa, desculpa, é porque ele fez mesmo. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Outro elemento a ser destacado é referente a algumas questões de gênero, envolvendo a permissividade no consumo de álcool pelos(as) adolescentes. Cabe destacar que as discussões sobre gênero na atualidade são amplas e englobam vários pontos de vistas. Porém aqui, apresenta-se este termo como apontado por Guedes (1995, p. 7), ou seja, como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Neste caso, não se baseia

apenas em condicionantes biológicos de macho e fêmea, mas transpassa para o âmbito da construção social do que se define como papéis assumidos entre homens e mulheres. Neste sentido “o gênero” também “é uma forma primária de dar significado às relações de poder” do homem sobre a mulher (GUDES, 1995, p.7).

“As relações sociais definidas conforme o gênero especificam manifestações próprias: a mulher deve ter condutas de evitação, permanecer na esfera privada da vida, ser passiva”, enquanto que “o homem deve manter postura de enfrentamento e atuar à luz da arena pública”. (FLACSO, 2012, p.100). Estas visões de gênero na sociedade colocam as meninas em condições diferenciadas dos meninos, uma vez que a educação que recebem vai moldando as relações sociais diferenciando-os entre homens e mulheres. As mulheres, desde que nascem, são conduzidas e ensinadas para o cuidado e, no âmbito privado, para as atividades domésticas, devendo abster-se de condutas impróprias. Mesmo que atualmente exista uma tendência para diminuição destas diferenciações de gênero, em São Borja isso apareceu em uma fala e de forma subjetiva, interiorizada como verdade pelo(a) adolescente.

O consumo de álcool pelos adolescentes do sexo masculino está, em geral, mais ligado ao grupo de amigos em locais fora da residência, demonstrando esta tendência de que o homem participa das atividades extrarresidenciais, enquanto que entre adolescentes do sexo feminino, está mais ligado ao âmbito doméstico. No caso da adolescente F1, sua mãe permitia que seu irmão saísse para festas, enquanto que não deixava sair, por ser menina. Porém, indica não ter diferença no modo como foram criados, ou seja, teria recebido a mesma formação que o irmão.

O meu irmão tem uns probleminhas na cabeça, sabe? Então minha mãe sempre foi mais liberal com ele, porque ele fazia chantagem com ela, tipo: “ah, porque eu tenho problema, por isso que você não me deixa sair”. Então ela sempre foi liberal com ele. Eu, como não tenho nada na cabeça, eu pedia para sair e ela dizia que não: “não, você não pode, você é menina, tem que ficar em casa, não pode estar andando na rua, bebendo”. Mas eu não vejo diferença na nossa criação, nós fomos criados da mesma maneira. Tudo que a mãe dava para mim dava para ele. A única coisa que era diferente é quando eu pedia para sair que ela não deixava, e ele saía. Mas fomos criados igual. Eu tenho a cabeça mais no lugar e ele não. (ADOLESCENTE F1, 15 anos)

Experiências como estas que aparecem nas falas dos(as) adolescentes do município de São Borja vão ao encontro da necessidade de esquivar-se de pessoas alcoolizadas para evitar casos de evidente risco com relação ao trânsito, à sexualidade e a questões de gênero. Demonstrem também a existência de conflitos

que ultrapassam a ideia de simples recreação. Trabalhar nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com estes pontos pode proporcionar um preparo para que estes jovens enfrentem estas situações com mais maturidade.

6.1.6 Experiências a respeito do uso/abuso de álcool e as violências

A relação entre o uso de bebida alcoólica e questões de violências foi verificada junto aos(as) adolescentes de São Borja. Isso porque, como afirma Matsumoto (2013, p.238), “no que diz respeito à violência e suas diferentes manifestações, o uso abusivo de álcool pode ser considerado um dos principais combustíveis para o aumento dos índices de violência urbana”. Além disso, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2007, p.11), o uso de álcool pelos(as) mais jovens resultam em “maior vulnerabilidade para acidentes de trânsito, violência física, suicídios e homicídios, entre outras intercorrências”.

Além disso, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), aponta que entre os jovens estudantes do nono ano, com idades entre 16 e 17 anos, cerca de 37% já havia tido algum episódio de embriaguez, e dentre estes, cerca de 12% tiveram problemas na família ou com amigos porque haviam feito uso abusivo de bebida alcoólica.

Os(as) adolescentes que frequentavam os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos CRAS de São Borja demonstram saber que o álcool consumido de forma abusiva pode ser um fator desencadeador de ocorrências de algum tipo de violências. Mas, as brigas foram citadas por todos os(as) entrevistados(as) como uma consequência direta desta relação. Embora também apontem que nem todos que bebem se tornam “briguentos”. A fala da adolescente F2 demonstra isso.

Tem gente que bebe e fica no seu controle próprio. Mas, tem gente que bebe e já quer brigar. É muito ruim isso, porque as pessoas não se controlam, brigam, saem de carro e acontecem acidentes inesperados.
(ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016, p.68) indica que, dentre os estudantes do nono ano, 23,4% respondeu “ter tido, pelo menos uma vez, envolvimento em brigas”, ou luta física nos últimos “12 meses anteriores à pesquisa”.

Embora os dados, neste caso, não demonstrem uma relação com o uso/abuso de bebidas alcoólicas, demonstram a agressividade própria dos jovens que pode ser agravada com o hábito de beber abusivamente.

Isso também pode ser explicado, segundo Almeida (et.al. 2014, p.69), pela junção do fator desinibidor do álcool com os “altos níveis de impulsividade e agressividade que podem de certa forma” fazer parte das características de alguns adolescentes. As brigas decorrentes da associação de características comportamentais e etárias com o consumo ilegal também aparecem na fala da entrevistada A1.

Não gosto dos amigos que bebem muito, porque podem causar uma briga muito feia, podem até se matar. É ruim, porque usar álcool já é ruim, porque pode gerar briga. As pessoas que bebem de mais ficam briguentas (ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

A percepção acerca da relação álcool e violências descrita pelo adolescente E2 é de que uma coisa tem a ver com a outra. Segundo ele, quando estão sob o efeito de álcool, as pessoas costumam sair fora do controle e começam a puxar briga por motivos aparentemente insignificantes. Cabe lembrar o que o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA, 2016, s/p) explica quando diz que as atitudes assumidas pelos sujeitos dependem da expectativa que o bebedor faz sobre o álcool, bem como as vivências das pessoas que o ingerem. Além disso, alguns podem se tornar violentos porque vivem em ambientes violentos e o álcool produz um processo de motivação para que a pessoa faça aquilo que não faria sem o uso.

O álcool e a violência têm alguma coisa a ver uma com a outra. Porque às vezes, quando as pessoas bebem assim..., beber socialmente, assim, é uma coisa, a pessoa saber beber. Mas, agora ficar bêbada e se alterar, aí já é outra coisa. Porque isso mexe com o psicológico da pessoa, e ela já se transforma em outra. Começam a puxar briga por coisas à toas. Eu mesmo já tive amigos que brigaram por coisas mínimas por estar bêbados. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

Almeida (et.al. 2014), em seus estudos sobre a relação do álcool com as violências, agressividade ou impulsividade, aponta que há uma maior propensão daqueles que consomem álcool, de ficarem agressivos. A adolescente B2 descreve justamente esse quadro.

Às vezes acontece de algum amigo que bebeu demais querer puxar briga sem motivo. Eu sou mais calma. Mas, meus amigos são de puxar brigas. Tipo, quando passa uma pessoa assim, perto de nós, eles começam a enticar. Já puxar briga. Ali perto de casa acontece muito. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Segundo a percepção da adolescente F2, a propensão ao envolvimento com brigas se dá pelo fato das pessoas geralmente não conseguirem perceber a evolução do efeito do álcool no próprio organismo. Para Hoffmann, Carbonell e Montoro (1996, p. 35), é exatamente isso que acontece, mas “esta evolução é esquemática e variável de um indivíduo para o outro em função do grau de adaptação”, e diluição do álcool no organismo. Conforme a entrevistada, o exagero na quantidade de bebida alcoólica seria um dos possíveis motivadores para que as pessoas briguem.

A gente vê que está mais abusivo na bebida. E poderíamos até pensar, “bom vou parar agora..., eu sei que já bebi demais do que devia”. Aí a pessoa deveria ter o seu controle. E não continuar bebendo. Daí é que acontecem as brigas. Porque a gente não se define. Não consegue saber a hora e nem pensar que vai parar agora, porque está passando da conta. Mas tem gente que bebe, bebe, bebe e não sabe o tempo de parar. Para mim é fácil. Porque eu sei o meu limite. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Os(as) adolescentes demonstram ainda uma certa compreensão dos motivos de alguns amigos quererem brigar quando estão sob o efeito do álcool. A adolescente B2 descreve não gostar deste tipo de atitude. Para ela, as pessoas deveriam resolver suas divergências sem que estejam embriagadas. Isso porque o álcool inibiria a capacidade de se pensar nas consequências e estimularia certa coragem para fazer coisas erradas. Sobre isso, Cunha (2016) explica que se trata mais da impulsividade dada pelo efeito do álcool motivada pela aceitação subjetiva do desafio, seja de regras ou de situações perigosas.

Sobre meus amigos que bebem e brigam, eu acho que eles deveriam resolver sem a bebida. Porque as pessoas bebem e se sentem corajosas. Aí eu fico me perguntando por que não fazem isso são? Sem a bebida não tem coragem, mas com a bebida se sentem o cara. Eu não gosto disso. Eu penso, eu não vou bater boca quando estou bêbada. Parece que as pessoas começam se achar. Elas não se ligam. Bêbada, a maioria das pessoas não pensa nisso, querem resolver ali e agora. Mas, não sei, no meu caso eu teria um controle para não brigar. Mesmo que eu esteja motivada para brigar, eu não iria. Tem pessoas que, pela influência do álcool, não pensam, elas vão e fazem, agora tem outras que pensam antes de fazer. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Uma experiência vivenciada pela adolescente B2 também indica um incentivo por parte dos amigos que usam álcool para que ajudem nas ocasiões de brigas. Segundo a entrevistada, ao preferir não participar de uma briga, algumas pessoas começaram a ridicularizar e a provocar. Neste sentido, fica clara a percepção alterada dos adolescentes que usam álcool, ficando mais propensos a se envolverem em brigas do que aqueles que não ingerem. Estes últimos percebem os momentos perigosos e tendem a se controlar ou pensar nas consequências.

Uma vez a gente estava indo assim para casa e tínhamos bebido bastante, estávamos vindo do baile. E tinha umas gurias que não gostavam das outras e começaram a brigar. Aí eu falei que não ia me meter. Aí, começaram a me dizer: “tu é fraca, tu não bate em ninguém”. Por causa disso comecei a me afastar um pouco deles, beber só com as pessoas mais próximas de mim. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Os(as) adolescentes também descrevem que presenciaram ou tomaram conhecimento de alguns outros casos violentos cometidos por indivíduos alcoolizados. A adolescente A1 relata já ter visto um caso de violência contra idoso, onde o agressor teria bebido muito. Deve-se destacar também que os idosos, mulheres, juntamente com as crianças e adolescentes, são os que mais sofrem os processos violentos da sociedade, e sendo assim, necessitam ser protegidos. No caso do exposto pela entrevistada, seu relato vai ao encontro de uma violência física caracterizada pela atitude do agressor de bater e ameaçar com intuito de provocar dor e sofrimento (SÃO PAULO, 2007). Segundo a Secretaria Municipal de São Paulo, além de ser um fator de risco, o uso de álcool está presente na maioria dos casos que envolvem violências contra o idoso.

Beber muita cerveja e saírem se batendo. Eu já vi isso acontecer. Eu estava numa festa de aniversário, eu e minha prima. E um borracho bebeu muito e entrou na casa do velhinho e começou a bater nele e quebrar tudo, e ameaçá-lo com um pau. Aí chamaram a polícia e ele saiu. Uma mulher foi cuidar do velhinho. (ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

Porém, os principais tipos de violências que os(as) adolescentes admitem perceber em seus amigos, colegas e conhecidos que estão sob o efeito de algum tipo de bebida alcoólica estariam ligados a brigas e agressões verbais ou físicas. A adolescente E1 descreve que estes casos também podem iniciar por “brincadeiras impróprias”. No seu relato, a entrevistada utiliza o termo “brigar” como sinônimo de luta corporal ou violência física cometida por pessoas embriagadas.

Meus amigos, quando bebem, às vezes têm motivos para brigar, porque tem situações que dá raiva até em quem não tem nada a ver. E às vezes é por nada, por uma brincadeira, aí um dá um soco forte, o outro já começa também. Aí já se botam. Ou outras vezes só estão brincando, dali um pouco já estão brigando. Ou quando alguém se mete no que eles estão fazendo. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Outro processo, segundo Almeida (2014), que pode advir do uso de álcool são expressões de violências e ferimentos não intencionais, mas que acabam sendo agravados pela incapacidade de prever ou antever seus próprios movimentos. A adolescente B2 relata uma situação em que um dos amigos utilizou um pedaço de pau para separar uma briga. Segundo ela, esta atitude teria sido capaz de machucar o agredido. Pode-se notar que neste caso o termo “briga” também está sendo utilizado para designar uma violência física com a utilização de uma ferramenta capaz de provocar ferimentos.

Uma vez, para separar uma briga, um amigo pegou um pedaço de pau e separou a briga, acabou machucando a pessoa. Estavam brigando, aí ele chegou e deu uma paulada, e separou a briga. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

A adolescente E1 conta uma história que presenciou quando estava em uma das praças da cidade onde (na ocasião) ocorria um show. O relato demonstra que seus amigos banalizam a violência, pois acham divertido ficar furando uns aos outros com facas. Segundo a entrevistada, isto seria um tipo de brincadeira entre eles²⁵.

Tem vários amigos que vão lá para Pista de cano, de facão, de faca. Daí um dia tinha show, aquelas coisas lá. Eles, só porque beberam, começaram a pegar a ponta da faca e fincar nos outros. Diziam que era brincadeira e os guris começaram a fincar. Aí, quando vê, tapava de sangue a camisa dos outros. E eu ficava pensando qual é a graça de ficar furando os outros. Eles estavam bêbados. E aí eles ficavam escutando as músicas e dali um pouco pegavam a faca na mão, assim, e deixavam só a pontinha para fora. Daí dançavam um pouco e fincavam. Olhavam para outro e fincavam, e assim iam se machucando. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

O adolescente E2 indica ter o conhecimento de um de seus amigos que acabou brigando com outra pessoa por estar alcoolizado e sendo “provocado”. Neste caso, a história contada demonstra que o álcool foi um fator determinante para o envolvimento

²⁵ Além disso, cabe destacar que a adolescente indica que seus amigos costumam se dirigir até a praça munidos de armamentos, sejam facas, facões e ainda de “cano”, este último sendo uma gíria entre os adolescentes locais para denominar arma de fogo, revolver.

dos dois adolescentes na briga. Além disso, ilustra uma questão de gênero, pois a briga, ainda que motivada pela impulsividade e perda do controle, também indica uma rivalidade masculina estimulada pela sensação de posse, no caso, de ser “dono da ex-namorada”.

Um amigo meu, uma vez brigou porque estava bêbado numa festa. Mas, ele tentou relevar no máximo. Ele chegou no limite dele e acabou brigando. Eu não cheguei ver a briga, mas os que viram contam que eles estavam lá na festa de um outro amigo dele. E tinha um guri que não gostava dele por causa da ex-namorada dele. Aí o guri ficava enticando, ficava mexendo, provocando, até que no final da festa meu amigo não se conteve, aí partiram para a briga. Nesta ocasião, os dois estavam bêbados. Até que separaram, mas brigaram feio. Foi difícil até de separar os dois. Mas depois disso, nem se olharam novamente. Continuaram aquelas provocações, aquelas farpas assim, mas não foram mais para a violência de novo. Mas, acredito que se os dois não estivessem bêbados não teriam brigado. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

O adolescente E2 indica as formas de violências cometidas pelos seus amigos como agressões físicas, mas percebe muito mais casos de discussões. “A violência verbal normalmente se dá concomitante à violência psicológica”, ou seja, é uma das formas da violência psicológica e pode se expressar por meio de “xingamentos, palavrões, ofensas” dentre outros (BRANCO, s/d, p. 4).

Quando estão bêbados, meus amigos cometem mais violência verbal. Poucos eu vi com agressão física, mas é mais a verbal mesmo. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

A adolescente F1 indica que seus amigos ficam muito violentos quando estão sob o efeito de bebidas alcoólicas. Apontam que entre os meninos, as brigas têm ocorrido com a utilização de algum armamento, como faca e estiletes. Aponta ainda que existem até mesmo as provocações com arma de fogo. Dentre as amigas, as brigas ocorrem por agressões com as próprias mãos. Para Torres (2002, p. 12), as “brigas físicas são o mais importante fator de risco para homicídios que ocorrem entre adolescentes, principalmente homens”. Deve se destacar ainda que são as pessoas do sexo masculino que mais se envolvem em atos violentos com utilização de armas brancas ou de fogo.

Além disso, outro fator importante a ser observado é a facilidade com que estes adolescentes estão tendo contato com armas de fogo, demonstrando a necessidade da articulação dos órgãos governamentais para aumentar o controle de registros e

coibir a aquisição ilegal. Isso porque, como descreve Torres (2002), estar em posse de uma arma, além de aumentar os riscos de ocorrências violentas que podem levar a morte, provoca sentimentos de superioridade naqueles que as possuem, facilitando o desencadeamento de brigas.

Às vezes meus amigos bebem e brigam, mas entre os meninos. Tipo, se tem um parado aqui que bebeu e ele enxerga outro na esquina, aí ele já fica achando motivo para brigar. Aí ele vai lá e se alguém vai se meter ele já agride também. Ele acaba agredindo todo mundo que está perto dele. Quando brigam, é só com armamento. Ninguém vai agora assim, sem nada. Eles usam faca, arma de fogo, estilete, o que tiver que corte e machuque. Já vi se ameaçarem e apontarem armas uns para os outros na rua. Minhas amigas, de vez enquanto, eu vejo algumas briguinhas, mas não usam facas, só a própria mão. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

As ameaças também aparecem como atitude violenta entre os adolescentes quando estão brigando sob o efeito de álcool. Costumam agredir emocionalmente os amigos. Cabe destacar que estes tipos de violências descritas pela adolescente F1 indicam uma clara manifestação de violência psicológica exercida entre os adolescentes de São Borja. Esse caso, conforme Branco (s/d, p.4), pode ser caracterizado por condutas que visem causar “diminuição da autoestima, [...] degradar ou controlar ações, comportamentos, crenças e decisões”. Para o autor, as ameaças são demonstrações diretas de violência psicológica, cometida por alguém, que visa causar depreciações e danos emocionais.

Meus amigos quando brigam gostam muito de envolver a família. Eles ameaçam. Às vezes bêbados, contam segredos, coisas que não eram para contar, tudo que for para atingir os outros, eles falam. Tipo uma agressão emocional, sabe? Geralmente eles falam coisas assim para rebaixar a pessoa. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

A adolescente F1 descreve ainda uma situação em que um grupo de familiares e amigos começou uma confusão que resultou em briga. Nesta ocasião tiveram que envolver os serviços policiais. Baltieri e Cortez (s/p) indicam que o uso intoxicante de álcool também pode estar relacionado com muitos dos atos criminosos que necessitam de algum tipo de intervenção judicial ou institucional. Os policiais muitas vezes são chamados para manter a ordem entre os indivíduos que perdem o controle por motivo da agressividade dispendida pelos efeitos impulsivos e desinibidores do álcool. Além disso, em casos de violência doméstica e intrafamiliar envolvendo

peças alcoolizadas, os policiais têm uma importante contribuição na condução e cumprimento das legislações.

Uma vez nós fomos no aniversário da minha vó (vó que eu digo, é a mãe do meu padrasto que me criou), e estavam lá alguns amigos e parentes. Meu padrasto e o irmão dele estavam bêbados. Os primos do meu padrasto também estavam bêbados. Estavam todos bêbados. Aí estava uma tia minha bêbada também, aí ela chegou no meu pai e falou algumas coisas para ele. Falou que não gostava dele. Aí ele levantou a mão para ela..., aí um amigo meu foi lá porque ele não gosta de ver ninguém bater em mulher né..., e empurrou meu padrasto. Aí veio o irmão dele e empurrou minha amiga, aí começou uma brigalhada, se empurravam e se batiam assim... Aí foi..., chamaram a polícia, aí todos fizeram queixas. Os meus amigos também..., alguns não bebem, e eu sempre procuro não andar com quem bebe. E os outros que bebem, gostam de uma briguinha. Puxar uma intriga assim. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Outras formas violentas que apareceram nas falas dos(as) adolescentes, que vão para além do uso de álcool e agressões físicas e verbais, apareceu na experiência descrita pelo adolescente C2. De fato, para a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2007) o consumo de álcool por adolescentes está fortemente associado a risco de mortes violentas, sejam elas decorrente de brigas leves ou aquelas que envolvem armamento. Segundo o relato do entrevistado, seus amigos se envolveram numa briga com outro grupo de jovens estando também sob o efeito de drogas. Nesta ocasião, a agressão foi por briga generalizada e pela utilização de arma de fogo.

Dentro do grupo sempre é só um que quer brigar. E sempre tem um mais atento que não deixa. Mas, eu não gosto de briga. Eu não gosto porque depois na rua, se a gente estiver sozinho? Podem vir para cima da gente. Uma vez meus amigos brigaram com outros guris. Eles chegaram assim, e começaram a se botar a boca. Aí eles começaram a se agredir. Daí saltou um do outro grupo para apartar e aí o outro grupo se veio também. Aí começou um monte de briga. Aí um saiu correndo, e como fomos sair correndo também, um caiu no chão e o outro puxou uma arma de fogo e deu um tiro nas costas do outro. Mas, ele conseguiu se recuperar porque o tiro foi no ombro. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

Existe um relato ainda mais sério a respeito dos perigos da ingestão precoce de bebidas alcoólicas por causar um tipo de violência que também atenta contra a vida das pessoas, mas que não está relacionado com os efeitos de mudança nas atitudes que favoreça brigas e outras agressões. Trata-se dos agravos na saúde dos indivíduos e o desenvolvimento de dependência do álcool. Este tipo de agravo tem colocado o Ministério da Saúde em constante alerta, pois o álcool acarreta vários

problemas de saúde por agir diretamente sobre o sistema nervoso central e diversos órgãos (BRASIL, 2004a).

Abraham e Twerski (1990) descrevem que o estado de dependência causada pelo álcool tem a capacidade de levar à deterioração de diversos órgãos, sendo que o fígado é geralmente o mais afetado. A adolescente F1 descreve o caso de um amigo que foi a óbito. Segundo a entrevistada, esta experiência fez com que ela construísse certa aversão à bebida.

Um amigo meu faleceu. Ele iria fazer dezoito anos agora, no mesmo dia do meu aniversário. Eu estava no aniversário dele. Ele estava completando dezessete. Estava cheio de gente. Tipo estas festinhas, que fazem, sabe? Cheio de gente. E a minha mãe estava junto, mas ela ficou conversando com outras mães. E ele bebia muito, ele era alcólatra, bebia desde pequeno, o pai dele dava para ele. Só que ele estava em tratamento. E no dia do aniversário dele, não tinha álcool. Só que os amiguinhos, entre parênteses, né? Levaram bebida. E ele teve uma recaída. Aí, eu peguei ele bebendo e perguntei: “você está bebendo”? Ele falou: “é só um pouquinho”. Aí eu falei que ia no mercado comprar mais pão para cachorro quente. Quando eu voltei, ele estava duro já, bêbado, bêbado e eu disse: “você disse que ia tomar só uma?” E ele falou tudo bem engrolado. Aí eu disse vamos lá eu vou te pôr na cama, para descansar um pouco. E ele teve uma reação, ele vomitava sangue, e sangue, assim. E eu falei para todo mundo o que estava acontecendo com ele. Aí, levaram ele para UTI. Quando ele chegou lá, os médicos examinaram ele e levaram ele para UTI, porque começou a faltar o ar e coisa..., aí ele acabou morrendo. Ele tinha algum problema no fígado. Acho que o fígado dele estava desgastado demais. Ele não comia nada, só bebia. Isso é bastante triste, ele era o meu melhor amigo. Eu, quando vejo alguém bebendo assim, eu me revolto, porque eu já perdi um amigo. E trago para mim também, porque eu sempre lembro, se eu perdi um amigo por causa da bebida, porque eu vou beber. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool (CISA, 2016, s/p) “o Brasil apresenta, entre os países das Américas, o maior índice de mortes relacionadas ao consumo de álcool por adolescentes com idades entre 15 e 19 anos, seguido por Guatemala e Venezuela”. O caso é preocupante, pois estudos demonstraram que “os jovens das Américas costumam ingerir uma ou duas doses a mais por ocasião, quando comparado aos adultos” (CISA, 2016, s/p).

É interessante notar que dentre os(as) adolescentes que compõem a amostra trabalhada nesta dissertação, aqueles(as) que possuem experiências desagradáveis de violências envolvendo algum conhecido, amigos, parentes ou familiar que estava sob o efeito de álcool, parecem ter uma maior compreensão dos prejuízos que o álcool pode ocasionar na vida das pessoas.

A adolescente F2 descreve sua experiência com as violências cometidas por seu pai. Segundo Martins (2010), são inúmeros os fatores que levam a precipitação da violência familiar, mas o álcool aparece muitas vezes relacionado com casos de agressões físicas e verbais dos pais contra os filhos e do marido contra mulher ou mesmo de algum dos membros da família contra os outros.

Quando eu tinha uns oito anos de idade. Meu finado pai, bebia muito, e agredia minha mãe. Teve um tempo que ele quase tentou matar meu irmão, lá na minha outra casa. Nós, por várias vezes, tivemos que sair de casa, para fugir dele. Sabe, ninguém chamava mais a polícia, porque todo mundo sabia que isso iria acontecer: - sempre que a gente chamava a polícia, nunca dava em nada. Meu pai sempre ia preso, mas no outro dia ele já estava solto em casa. E como nós morávamos todos juntos, e a casa era pequena, um dia pegou fogo, por causa que minha mãe acendeu um espiral. Aí nós tivemos que ir embora, e meu pai vendeu lá, e aí nós não tínhamos onde morar. Por causa dele, isso tudo aconteceu. Aí o meu irmão mais velho tentava agarrar o meu pai, para ele não bater na minha mãe. E eu via tudo aquilo. Hoje a gente olha assim e nem diz que minha mãe foi agredida. Porque ela já sofreu muito. Eu sei que ela já sofreu por causa do meu pai. É muito ruim isso. Por causa da minha mãe. E quando eu vi ele ali morto, eu disse: até que enfim isso vai parar. Por Deus isso parou. Senão continuaria a agredir minha mãe. Por causa disso. Sei lá, dá uma tristeza. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

As experiências que os(as) adolescentes descreveram demonstram que frequentemente o álcool, que deveria ser usado para fins meramente recreativos, acaba por se tornar um potencial motivador para a ocorrência de brigas e agressões físicas e verbais. É preocupante o fato de aparecerem ocorrências mais graves envolvendo brincadeiras com facas e agressões com armas de fogo. Além desses principais tipos de violências, os(as) entrevistados(as) também relatam experiências de pessoas próximas que cometem violência intrafamiliar e um caso de óbito relacionado diretamente com o abuso de álcool. Os episódios descritos até aqui demonstram a necessidade urgente de abordagens mais eficazes junto aos usuários dos CRAS.

6.1.7 Álcool, drogas, violência na escola, e o desafio da prevenção

Nas falas dos(as) adolescentes aparecem ainda relatos de uso de álcool, drogas e violência nas instituições escolares. Cabe destacar que a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP, 2007, p.8), informa que o uso de álcool pelos (as) adolescentes também está relacionado com o “mau desempenho escolar, a dificuldades de aprendizado, a prejuízos no desenvolvimento e na estruturação das

habilidades emocionais, cognitivas e comportamentais”. A dificuldade de se barrar o uso de bebidas entre adolescentes, seja no âmbito escolar ou nos arredores das escolas, é um desafio urgente, uma vez que tem se tornado realidade também no município de São Borja. Neste sentido a adolescente F1 aponta que:

É proibido levar bebida para a escola, mas os guris levam escondido mesmo assim. Ou senão eles tomam fora da escola e entram na escola depois.
(ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Além da fiscalização mais rigorosa dos estabelecimentos onde se vendem bebidas alcoólicas, a atenção constante dos profissionais da educação também deve ser parte integrante dos processos de prevenção (JUNQUEIRA, et. al, 2013). Os(as) adolescentes descrevem que em alguns eventos escolares, como saraus, alguns costumam fazer uso do álcool. A entrevistada F1 conta que seus colegas já levaram bebida numa festa da escola e, ao ficarem bêbados, começaram a se bater e derrubar alguns objetos.

No começo do ano eu fui num sarau da escola. E estava tudo legal, porque não entrava bebida. Só que meus colegas levaram bebida escondida. Aí, estava tudo parado e quando vê chegaram tudo bêbado lá, se batendo nas coisas, derrubando. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

O uso de álcool entre o público juvenil é um fenômeno preocupante também no que refere ao rendimento escolar. Para Neves, Teixeira e Ferreira (2015, p.190), “o consumo excessivo leva à queda acentuada no desempenho do processo ensino-aprendizagem”, além de que, “os adolescentes que fazem uso abusivo se ausentam com maior frequência das aulas, perdendo a totalidade do processo pedagógico”. Os autores destacam ainda que os alunos que costumam beber ficam mais sonolentos em aula e possuem maior dificuldade em entender o que lhes é passado.

Isso tudo mostra a influência do acesso ao álcool também no que se refere ao aumento dos riscos de violência na escola. O seu uso no próprio estabelecimento de ensino ou mesmo em suas proximidades é um exemplo nítido da atitude de desafio de regras presente nas características da adolescência. Segundo o relato da adolescente C1, houve uma ocasião em que seus colegas levaram cachaça para o colégio e beberam no banheiro. A situação causou a retirada dos jovens dos domínios da escola pela força policial, mas a atitude desafiadora persistiu posteriormente acompanhada de atitudes violentas.

Uma vez meus colegas levaram cachaça para o colégio e tomaram no banheiro. Meus colegas guris, homens. E as gurias ficaram de fora. E eles foram bem questionados sobre isso. Porque eles beberam. Eles chegaram na sala de aula meio, assim, balançando. Ficaram bem arteiros e incomodativos. Eles beberam e passaram do limite. Mesmo a professora chamando a atenção, eles continuavam com estas brincadeiras de mau gosto. [...]. Eles saíram no penúltimo período com a polícia e voltaram querendo brigar. Eles ficavam, assim, porque agora, tinham ido para a delegacia, agora ninguém iria ter coragem de brigar com eles. Eles chegaram violentos, eles não chegaram calmos. Chegaram empurrando a porta, dando chute em coisas, fazendo e acontecendo. (ADOLESCENTE C1, 12 Anos)

Um estudo sobre “drogas na escola, realizado em 14 capitais brasileiras chama a atenção para a compreensão ambígua do termo droga quando aplicado ao álcool”, isso porque a “substância de uso lícito integrada ao comportamento social” é respaldada numa tradição do beber e coloca no imaginário dos(as) adolescentes uma ideia de que é permitido, considerando a bebida “como menos nocivo que outras drogas”. (ABRAMOVAY, 2005, apud. FLACSO, 2012, p.47)

A escola é um dos principais locais de convívio e socialização dos(as) adolescentes. Por isso os professores e funcionários também precisam estar atentos para que situações de violência não sejam reproduzidas indiscriminadamente pelos(as) adolescentes que fazem uso de álcool ou de drogas. O adolescente A2 relata que presenciou seu colega ir à escola nitidamente afetado por algum tipo de droga.

Tem um colega meu que usa droga e um dia ele foi bem louco na escola, chegava a estar bem vermelho. (ADOLESCENTE A2, 12 Anos)

A adolescente A1 narra que já presenciou momentos de violência após o término da aula, nas proximidades da escola. Segundo a entrevistada, na ocasião, em meio ao tumulto, existiam algumas pessoas com armas brancas que se dispersaram com a chegada da Brigada Militar. Santana, Santana e Lima (2008), apontam que muitas vezes as escolas precisam da intervenção policial, seja em seus estabelecimentos ou nas proximidades para fazer o controle de situações de risco de violência por parte de jovens.

[...] no colégio, uma vez na hora da saída, tinha um monte de gente brigando e uns com faca. Aí, veio a polícia e eles pararam e foram para casa. E até hoje a polícia fica de plantão lá. (ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

Diante destes relatos, verifica-se existir a necessidade de processos interventivos juntos aos adolescentes que assegurem melhores formas de convívio e segurança contra situações que os colocam em contato com riscos constantes. Para isso, entender como os adolescentes vêem o binômio violência e uso de álcool pode ser o ponto de partida para as atividades de prevenção. Entretanto, nem sempre essa junção tão prejudicial parece ser percebida como tal. O adolescente E2 contribui para exemplificar esse fato.

Violência para mim é agressão física, moral, psicológica, brigas. Já bebida é diversão. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

Cabe destacar que nas falas acima, a palavra agressão é por vezes, usada como sinônimo de violência. Porém, possui um significado mais específico que aponta para estados de perpetuação ou formas de risco de ocorrência da violência. Já a violência é mais ampla e sua categorização não implica em apenas “[...] uma teoria, ou definição única [...], considerando sua complexidade e características peculiares nos diferentes tempos e espaços”. (CAVALLI, 2009, p.3). Além disso, a literatura que problematiza sobre esta temática costuma afirmar que a violência “[...] faz parte da natureza do Homem [...]”, sendo ainda fenômeno, que envolve, fatores biológicos instintivos, psíquicos, emocionais, e sociais conflituosos.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) caracteriza a violência como sendo a utilização da “[...] força física ou do poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade [...]”, podendo resultar em “[...] grande possibilidade de [...] lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”. (OMS, 2002, apud. ASSIS; NASCIMENTO, 2013, p.2).

Cavalli (2009), ao descrever os principais tipos de violência, irá afirmar que existem pelo menos três tipos, “[...] as quais se pode classificar em violência autoinfligida - contra si mesmo; a interpessoal - feita por uma pessoa um grupo; e a coletiva – feita por terroristas, Estado, organizações” (PINHEIRO; ALMEIDA, 2003, apud. CAVALLI, 2009, p.2-3). No caso dos adolescentes do município de São Borja, a violência autoaflicta não intencional já aparece no momento da intoxicação, pois ao beber exageradamente o adolescente está provocando um tipo de desgaste fisiológico dos órgãos que pode leva-lo à morte.

As atitudes de risco da violência interpessoal também são expressões preocupantes quando potencializadas pelos processos de uso/abuso de álcool. Pois,

como descreve Jesus (2014) “outro aspecto a se considerar é que o consumo de álcool estimula a violência e deixa as pessoas mais agressivas’, e em ‘ambos os casos, o álcool pode ocasionar a morte’[...]”. (JESUS, 2014, p.18). Trabalhar esses fatores pode proporcionar maior segurança na identificação de casos e contribuir para aperfeiçoar as estratégias de proteção.

Um exemplo da necessidade de se trabalhar estas compreensões apareceu na fala da entrevistada A1. Ela aponta as formas manifestas de violência, mas não sabe informar realmente o que seja. Isso vai ao encontro do que Minayo (1990) diz quando assevera que o senso comum costuma interpretar a violência enquanto suas formas. Pode-se dizer que a adolescente, neste caso, compartilha apenas da interpretação do senso comum referente à temática.

Em sua fala a adolescente A1 ainda deixa margem para se pensar o papel da mídia na elaboração das formas de interpretação das violências. Sousa (2003, p.85) diz que “[...] além de a televisão instaurar a experiência virtual, oferecendo ao telespectador o acesso indireto a situações e eventos, ela também oferta uma interpretação única dessas situações, estimulando o telespectador a assumir como seu o discurso proferido”. Quase sempre este discurso possui ideias subjacentes cuja “[...] interpretação oferecida acerca de uma situação [...] vem corroborada pela verdade das imagens, dificultando a possibilidade de construção de outros enunciados sobre elas”. Isso faz com que as pessoas acreditem fielmente na informação passada, sem que possam refletir que este pode ser apenas um dos lados do fato, desconsiderando a grande profundidade interpretativa do que se está vendo.

Agressão. Maria da Penha. Facada, bater..., derrubar da escada. Eu vejo isso muito nas novelas e nas notícias. (ADOLESCENTE A1, 12 Anos)

Às vezes, as compreensões das violências expressas pelos(as) adolescentes estão intimamente imbricadas em suas experiências pessoais. Este seria o caso da adolescente F2, que aponta seu pai como sinônimo de violência e, enquanto formas, indica as brigas e “agressividade”. Deve-se destacar ainda, que a agressividade se manifesta como reações a “[...] fatos que aparentemente induzem o indivíduo à disputa e ainda a sentimentos”, seja de perda, medo ou traumas (CABRAL, s/d, s/p).

A agressividade induz a estados violentos, mas não pode ser considerada como a própria violência. Também não pode ser considerado como algo instintivo, pois mesmo que se manifeste muitas vezes na primeira infância, trata-se de um

fenômeno mais propriamente relacionado com grandes concentrações de estresse motivadas por fatores ambientais. Na fala da entrevistada se percebe que o álcool seria compreendido como um fator de risco, mas também demonstra que pessoas podem ser agressivas ou violentas, mesmo estando sem a influência de qualquer efeito intoxicante.

Quando penso em violência, o que vem na minha cabeça é meu pai. Violência para mim é uma pessoa que bebe e não tem seu controle próprio, e vai bater nos outros. Mas, a violência não estaria sempre vinculada à bebida. Por exemplo, quando uma pessoa está normal sem beber e mesmo assim, de repente, já briga, sem mais nem menos fica bravo e já quer bater nos outros. Algumas pessoas, quando bebem, querem brigar e fazer coisas que nunca fizeram. Tem algumas pessoas que sabem o ponto de parar e tem aqueles que antes de beber já são loucas. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

A ação preventiva de orientação junto aos jovens deve levar tudo isso em consideração. Mas, também seria interessante descobrir o que estariam buscando nas bebidas alcoólicas. Já foi visto anteriormente em suas falas que a maioria busca diversão, mudar a rotina ou simplesmente se enturmar. Pode-se questionar se eles realmente estão encontrando isso e se os efeitos do álcool teriam efeitos controversos.

Segundo o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool, “em casos graves, os jovens podem apresentar outras consequências negativas decorrentes do uso de álcool, como não cumprir obrigações importantes e até ter problemas legais, sociais ou interpessoais”. (CISA, 2016, s/p). Neste sentido, o adolescente E2 indica que os efeitos da ressaca chegaram a atrapalhar algumas atividades no dia seguinte.

Depois que eu bebo sinto uma dor de cabeça infernal, uma moleza no corpo, parece que a cabeça vai explodir por qualquer barulhinho e um sono enorme. Uma ressaca típica. Isso chega a atrapalhar as minhas atividades no outro dia. Se eu tenho aula no outro dia, por exemplo. Mas, eu nunca fui de ir em festas ou estas coisas, quando sei que vou ter aula no outro dia. Mas, tarefas, assim, no dia a dia, a bebida atrapalha. (ADOLESCENTE E2, 17 Anos)

A adolescente F1 indica que um dos efeitos observados nos seus amigos é o de não lembrarem as coisas erradas que fizeram. Segundo a entrevistada, isso poderia estar sendo usado como desculpa. Na pesquisa realizada por Almeida (2009), muitos dos jovens afirmam não se lembrarem de episódios ocorridos no momento em que estão sobre fortes efeitos de bebidas alcoólicas. Abraham e Twerski (1990) afirmam que o álcool prejudica de tal forma o cérebro que, em momentos de intensa

embriagues, o mau funcionamento pode acarretar perdas da consciência e, conseqüentemente, da memória. Embora algumas pessoas digam, (como desculpa para a minimização das conseqüências dos atos transgressores), não lembrarem o que fizeram quando embriagados, o usuário da bebida que realmente teve algum lapso de memória é alguém que está em extremos riscos de saúde.

Meus amigos, depois que bebem, não lembram de nada. Eu acho que é desculpa deles. Porque eles fazem bastantes coisas erradas, aí a gente vai falar com eles e eles dizem: "não me lembro de nada, não me lembro de ter feito aquilo". Mas, eu acho que é mentira. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Isso pode indicar dois pontos críticos. Se os episódios de bebedeiras de alguns adolescentes do município de São Borja estão causando perda de memória, isso poderia significar que o uso do álcool chegou ou está muito próximo da dependência. Ou ainda, provocando altos riscos de episódios de coma etílico e morte. No outro ponto, significaria que estão se envolvendo em algumas situações perigosas ou cometendo atos transgressores e utilizando o esquecimento como desculpa.

Este elemento deve ser observado, pois diz respeito às obrigações da família, da comunidade e do Estado em proteger criança e adolescente dos agravos que o álcool pode causar. Os episódios de uso de álcool por adolescentes nesta proporção só podem ser concebidos sob o não cumprimento dos mecanismos protetivos referente à venda e aquisição de bebidas por pessoas com idades inferiores a dezoito anos, bem como a falta de informações e formações sobre seus malefícios. Isso porque as formas como os adolescentes estão adquirindo as bebidas alcoólicas também devem ser vigiadas nos programas preventivos. A adolescente B2 indica que seus colegas maiores de idade são os compradores das bebidas alcoólicas que ela costuma ingerir. Eles seriam os fornecedores para suas festas particulares.

Sabe, eu tenho colegas maiores de idade que podem comprar e eles compram. E nas junções, nas festinhas, nas casas dos amigos, geralmente são eles que levam. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

A adolescente F2 revela que são os seus amigos trabalhadores que compram a bebida para os demais. Souza, Areco e Filho (2005), em seus estudos, também demonstram estas características, pois descrevem que o consumo de álcool em jovens trabalhadores costuma ser mais elevado do que entre aqueles que não trabalham. Os

motivos envolvem a independência financeira dos pais (liberdade) e a disponibilidade de recursos para a compra. A opinião da entrevistada corrobora esse ponto de vista.

Tem alguns dos meus amigos que trabalham. Aí eles compram. Muitos já sabem que tem que guardar dinheiro para festa e coisas assim, aí eles já guardam para a bebida. Os outros que não trabalham conseguem o dinheiro com os pais e compram no bolicho normalmente. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Cabral (s/d) indica que muitas vezes é na família dos adolescentes que os perigos com o álcool se fazem mais evidentes. A cumplicidade dos familiares contribui para o início precoce e para o uso abusivo. O financiamento das bebidas alcoólicas pelos pais aparece como prática comum. A adolescente B2 revela conhecer um colega que pede dinheiro para os pais para comprar a bebida. Afirma, entretanto, que nunca gastou dinheiro comprando e que bebe porque os outros amigos oferecem.

Eu sei de um colega de aula que pede dinheiro para a mãe dele e ela dá o dinheiro para ele comprar bebida. Daí ele e meus outros colegas dividem os custos, metade, metade. Mas, eu nunca gastei dinheiro comprando bebida alcóolica. Eu bebo porque me oferecem. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

Para aqueles que não são financiados pelos seus pais a falta de dinheiro pode proporcionar um estado inibidor do uso da bebida. A adolescente B2 observa que seus amigos compram se têm dinheiro, sendo a questão financeira o único indicativo de limite para o consumo. Isso pode indicar o início de um problema maior, podendo prejudicar o convívio e as formas de diversão.

Se tiver que comprar e tiverem dinheiro, eles vão tomar, agora se não tiverem aí, não. Para mim, teria um limite, mas para a maioria dos meus amigos, se eles tivessem como comprar, eles não teriam limites. (ADOLESCENTE B2, 15 Anos)

A adolescente F1 acredita que pessoas com idades abaixo de dezoito (18) anos adquirem bebidas facilmente em diversos estabelecimentos comerciais de São Borja sem que haja qualquer restrição ética da parte dos vendedores ou a realização de procedimento padrão para o caso. Ela refere-se a uma experiência envolvendo sua irmã.

E fácil comprar bebida. Nos bares e nos armazéns, diz que não pode vender cigarro e cerveja para menor, mas nem todos os bares respeitam isso. Chega

um menor ali, pede e vendem. Meu padrasto é um que estes dias pediu para minha irmã ir lá para comprar uma garrafa de cachaça. Eu fiquei olhando para ela para ver se iam vender, e venderam. E ela tem nove anos. Ninguém obedece. Os lugares vendem bebida. Sem mais nem menos, vendem. Não tem problema disso. Tipo, a gente vai no bolicho e compra. Eles não falam nada, não pedem a identidade, não pedem nada, não querem saber se é de menor. (ADOLESCENTE F1, 15 Anos)

Fica evidente que as instituições que trabalham com adolescentes necessitam estar mais atentas. Seja nas escolas ou nos grupos de convivência dos Centros de Referência de Assistência Social, estas temáticas devem ser introduzidas como um processo preventivo. É importante que as intervenções não sejam realizadas de formas impositivas e alarmistas. Segundo os(as) adolescentes, estas atividades de prevenção já acontecem tanto nas escolas como nos CRAS.

Já vi atividades que falassem sobre o álcool na escola e no CRAS. Teve palestra bastante no CRAS. Eles dizem o que acontece quando se bebe. Eu acho que eles estavam tentando explicar que o álcool era ruim, que não era para beber. Que álcool é tudo droga. (ADOLESCENTE A2, 12 Anos)

Alves, Barroso e Cavalcante (2008) apontam ser de fundamental importância proporcionar aos adolescentes informações que ajudem no entendimento “[...] dessa fase de transição para a vida adulta, valorizando-os como sujeitos da sua história, destacando a família e a escola como espaços primordiais para formar” suas opiniões “no sentido de promoção da saúde” e da vida. Referindo-se à importância deste tipo de atividades, a adolescente C1 aponta uma experiência que teve no colégio a este respeito.

Têm pessoas com a cabeça mais fraca. Que qualquer coisa que oferecerem eles vão estar usando. É importante estarem mostrando e prevenindo eles de usar. Vão estar mostrando os sintomas que acontecem. No colégio fizeram uma palestra muito interessante onde mostrou o que a droga faz e cada um tomou um susto. Eu achei que eles se envolveram bem e acho que pegar a droga assim tão cedo eles não vão. (ADOLESCENTE C1, 12 Anos)

Junqueira (et.al, 2013, p. 141) explica que “a escola se apresenta como um excelente espaço de atividades de prevenção ao consumo de álcool”. Também indica que por ser um espaço de socialização, torna-se ainda um ambiente privilegiado para reforçar as normas sociais. O adolescente C2 confirma que já assistiu algumas palestras na escola e acredita que este tipo de ação é importante.

Já vi palestra sobre uso de álcool só na escola. Mas, é importante discutir, porque o álcool dá os efeitos e se a pessoa está braba, e vai e ingere álcool, daí não dá boa coisa. E tem gente que, se está bebendo, do nada acaba, fica querendo puxar briga. (ADOLESCENTE C2, 15 Anos)

É claro que os processos interventivos também dependem de prévio conhecimento do assunto e do perfil daqueles que estão à frente destas atividades. Ao contar sua experiência no CRAS e na escola, a adolescente E1 denota certa frustração a respeito das abordagens. Segundo ela, há a utilização de materiais com forte teor religioso doutrinador, mas sem qualquer ligação direta com as atividades preventivas relacionadas ao álcool e aos casos de violências.

Participei de uma atividade no colégio, na aula de ciências. A professora nos levou na sala de vídeo para ver uns vídeos, assim, das pessoas que bebem e saem por aí, estupram. Estão drogados, assim, se injetam, assim, e ficam tudo podre assim. Aqui no CRAS não. Eles só brincam com a gente. Porque vídeo que preste não passam. É só filminho de coisa de Jesus, assim. (ADOLESCENTE E1, 13 Anos)

Outro elemento que aparece nas falas dos(as) adolescentes diz respeito às justificativas que fundamentam as ações preventivas relacionadas às drogas, violência, abuso sexual, doenças sexualmente transmissíveis e, é claro, ao consumo de álcool. A adolescente F2 diz que já participou de atividades desse tipo, mas não reconhece nelas uma utilidade prática.

Já participei de palestras no CRAS e na escola sobre drogas e violência. Na escola dão poucas palestras sobre isso. É mais sobre abuso sexual. Também doenças sexuais. Mas, não dão só para uma turma. Quando eles fazem é para toda a escola. Mas eles não falam para que serve isso, estas palestras. (ADOLESCENTE F2, 16 Anos)

Estas experiências demonstram que o álcool e a violência estão presentes no cotidiano de todos, sejam jovens, adultos ou velhos. Neste sentido, a prevenção se faz necessário porque “são muitos os efeitos negativos nos âmbitos familiar, social, escolar, econômico e é visível a redução na qualidade de vida tanto do usuário quanto dos familiares” (VELOSO; MONTEIRO, 2012, apud, SOTILI, 2016, p.28).

Os significados atribuídos variam dependendo do hábito ou não de se ingeri-lo. Porém, no que refere ao envolvimento em ocasiões de violência, tanto os jovens que bebem quanto os que não o fazem, possuem em sua compreensão muito daquilo reproduzido pelo senso comum predominante na sociedade.

Neste sentido, as atividades de prevenção ao uso de álcool e a violência decorrente daí, devem ser instigadas e aperfeiçoadas no âmbito de todas as instituições que trabalham com adolescentes, especialmente nos CRAS.

6.2. A Prevenção realizada com adolescentes junto aos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos CRAS

Neste momento, busca-se fazer uma relação entre o que está disposto nas principais legislações e políticas brasileiras a respeito do uso de álcool e violências experienciadas pelos adolescentes e as atividades exercidas pelos profissionais que trabalham nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos CRAS. Para tanto, trabalha-se com a categoria prevenção, por ser entendida como o principal objetivo dessas instituições. Sobre esse aspecto, os profissionais ouvidos durante a pesquisa fazem o seguinte relato:

O CRAS tem que estar pronto para prevenir e orientar. Porque, após o adolescente estar num estado de dependência do álcool, estar passando por dificuldades na família, já deixa de ser preventivo, e o usuário passa a ser encaminhado para o CREAS, que é especializado para atuar nestas áreas mais críticas da vida familiar. Então, o CRAS é peça fundamental para orientar, para mostrar quais são as consequências. Tentar orientar e passar as consequências e dando conhecimento aos usuários, e indicando quais os direitos que eles têm. E o que mais eles buscam, no caso, seria esta questão dos direitos. (PROFISSIONAL E)

Para tanto, uma série de fatores acompanham a percepção desses profissionais com relação a essa faixa geracional. Estes fatores emergentes serão destacados convenientemente a seguir. Dentre eles, a compreensão de família e sua relação com o contato dos adolescentes com o uso/abuso de álcool, uma vez que os CRAS possuem como um de seus objetivos a execução do Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF). Também serão descritas as formas de funcionamento dos grupos de adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), as principais formas de violência ou atitudes que vão ao encontro de costumes de beber álcool por parte dos adolescentes, alguns limitantes na execução deste tipo de trabalho dentro dos CRAS, e as formas de abordagem na prevenção ao uso de álcool e envolvimento em ocasiões de violência.

6.2.1. Família: entendendo os processos de compreensão/incompreensão na perspectiva dos profissionais.

Apresenta-se brevemente agora uma discussão acerca da concepção de família que se encontra enraizada no imaginário do senso comum. Também se indica a necessidade de se vencer estas compreensões para que se conquiste uma melhor abordagem junto ao público usuário dos CRAS.

Para isso, deve-se entender as novas configurações familiares que se apresentam na contemporaneidade. A família tradicional, que tem se tomado como base na sociedade, deve ser compreendida como uma construção histórica e idealizada pela classe burguesa e não deve ser tomada como a única forma presente ou como único arranjo possível, sendo que as demais configurações também devem ser observadas para que os profissionais que trabalham diretamente com elas não comentem erros que levem a fragilizar os usuários.

Este movimento apareceu nas falas de alguns profissionais dos CRAS. Ao serem interrogados sobre como percebem o envolvimento dos adolescentes com o uso abusivo de bebidas alcoólicas, os entrevistados, em sua maioria, apresentaram compreensões que vão ao encontro das formas idealizadas existente na sociedade. Muitos atribuíram o fato de que o envolvimento dos adolescentes com o uso de bebida alcoólica resulta das “famílias desestruturadas”, “desleixadas” ou mesmo “complicadas”.

Por exemplo: o profissional A descreve o temor de que os adolescentes que não usam álcool possam acabar se tornando usuários por serem membros de uma “família desestruturada”. Este discurso é semelhante às formas moralizadoras da questão social. Neto, Barros e Santos (2014) indicam que isso decorre de ideologias que acentuavam o conservadorismo moral e o positivismo burguês.

Mas, eu temo que devido ao convívio familiar, eles sejam influenciados. Porque assim: claro que tem crianças ali que possuem uma estrutura familiar boa, só tem uma carência econômica financeira, mas a estrutura é boa. Assim como tem umas que tem a estrutura deteriorada e a carência financeira e tudo mais, então penso eu que se deixar de assisti-los possam acontecer de os adolescentes fazerem uso de álcool e drogas. (PROFISSIONAL A)

Para entender essa dinâmica é de crucial importância buscar informações sobre a categoria família, uma vez que os grupos familiares na contemporaneidade têm passado por transformações. As novas configurações e tipos devem ser

compreendidos de forma a dar maior profundidade nas interpretações dos motivos do uso/abuso de álcool e dos casos de violência, seja estrutural, doméstica e/ou intrafamiliar. O profissional B, ao relatar uma ocorrência de que tomou conhecimento no CRAS, apontou a família como “um pouquinho desestruturada”. Segue a fala:

Já tivemos situações de filhos que já tinham problema na família, já um pouquinho desestruturada, e o filho deixava de ir à escola para beber. Veio só notícia, as vezes que fomos fazer a visita lá, não encontramos nada, não encontramos ele embriagado, só vimos zunzuns, as pessoas falando para nós que ele não ia à escola para ficar bebendo, ele tinha uns 12 ou 13 anos. (PROFISSIONAL B)

Embora se possa apontar, em uma segunda leitura, que a compreensão dos profissionais sobre o envolvimento dos adolescentes com o uso/abuso de álcool ou em casos de violências, seja decorrente da família, algumas falas se somam num processo de moralização. Ou seja, as “famílias desleixadas” e “as famílias complicadas” são as únicas responsáveis pelos problemas observados e se desconsideram os múltiplos fatores de vulnerabilidade que extrapolam o âmbito familiar.

As questões moralizantes se resumem ao enfoque meramente estrutural devido à ideação de uma família nuclear, constituída pela união estável dos pais e seus descendentes. O processo de moralização aparece nas falas dos profissionais como mera culpabilização, como bem exemplifica o comentário do profissional B.

Quando, às vezes, tem problema com o adolescente, isso já vem da família. Vem do pai, vem da mãe, às vezes, vem do tio, da avó, de algum parente, ou amigo, porque, às vezes, a gente encontra várias situações tanto fora do CRAS, quanto no CRAS, mas isso já vem da família, o pai alcoólatra. Aí você vai falar com o pai, vai falar o que? Se não é exemplo para o filho. Vou cobrar do pai, para ele não beber, se ele é o primeiro a alcançar a bebida, o primeiro que incentivou. Aí já tem que ter um trabalho com a família, já não é com o adolescente, é a família em si, o espelho daquela criança, que está vindo. Então, esta é a dificuldade que nós temos, aí já chamamos a atenção do pai também para vir para cá, e tentar trabalhar e achar um meio, um método de chamar a atenção daquele pai daquela família, para que comecem a se preocupar com o filho. Porque a descendência dele está crescendo aprendendo e seguindo o que o pai está fazendo. Se não for bem instruído por um professor, por um colega, que está vendo aquela situação caótica, a tendência da criança é seguir o pai. Ele vai achar que o melhor caminho é aquilo ali, as drogas, a prostituição, coisas assim. (PROFISSIONAL B)

Naturalmente, ao se discorrer sobre determinado tema, em especial ao que se refere à família, corre-se o risco de reproduzir determinados conceitos que não condizem com a realidade atual. Por isso, ao estudá-la é necessário se desprender

das concepções de senso comum. Busca-se, assim, embasar um ponto de vista que se distancia da ideia de desestruturas ou estruturas para tratar de arranjos que refletem a maneira como as pessoas interagem em suas sociabilidades. Essa mudança de paradigma se justifica a partir da percepção de que, ao longo da história e também no presente momento, as famílias tornam-se alvo de inúmeras metamorfoses que produzem novas configurações.

A história da humanidade prova que o homem é um ser social e como tal, é nos processos de produção que produz e se reproduz socialmente (LESSA 1996). Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a sociedade se organiza em torno do trabalho ou de seus modos de produção. Este movimento é mais nítido quando Netto e Braz (2006) explicam que no modo de produção primitivo (escravista) as pessoas, para protegerem-se de possíveis interferências climáticas ou da invasão de seus territórios por inimigos que ameaçavam sua sobrevivência, viram a necessidade de criar os primeiros exércitos, ou seja, grupos cuja função não era a de produzir bens, mas protegê-los (NETO; BRAZ, 2006).

Nesta perspectiva, como já vem sendo trabalhado nesta dissertação, entende-se que as relações entre os indivíduos são estabelecidas em torno de seus sistemas de produção que, como afirmam Netto e Braz (2006), buscam satisfazer as necessidades humanas criando novas necessidades conforme estas são satisfeitas. Isso vai também produzindo subjetividades e os processos de sociabilidade tornam-se cada vez mais complexas conforme o percurso da história avança.

Após avançado este percurso histórico e atingido o atual modo de produção capitalista, percebe-se que é este quem têm ditando a maneira como a proteção de seus recursos, tanto alimentares como de pertença (propriedade privada), são organizados. As leituras dos autores citados anteriormente dá uma dimensão de que a instituição familiar também sofre profunda influência do sistema econômico-social e que é algo socialmente construído, afirmando a teoria de Marx e Engels (1998), que contemporaneamente concebem-na enquanto propriedade privada e de relações de poder entre um indivíduo sobre outros.

As concepções familiares que a maioria das pessoas possui foram construções objetivas e subjetivas do modo de produção capitalista. Trata-se daquilo que Neder (2000, p.27) chama de “Famílias-padrão”²⁶, ou seja, aquela que toma por “base a

²⁶Sobre isso ver Neder (2000). “Ajustando os focos das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias do Brasil”, Livro Família Brasileira Base de tudo 4ª ed p.26-46. Cortez, 2000.

família tradicional, patriarcal” aquela “família burguesa de inspiração vitoriana”. Assim, Szymanski (2002 p.10) irá afirmar que mediante as profundas transformações nos padrões sustentados historicamente sobre a organização familiar e que atualmente ganham novas configurações, se exigirá a mudança do “foco da estrutura da família nuclear [...]”, “[...] para a consideração das novas questões referentes à convivência entre as pessoas na família”.

Ariés (1981) demonstra que a própria concepção dos papéis dos sujeitos na família eram diferenciados durante a idade média. A criança, por exemplo, era tratada como um adulto em miniatura, além do que, também não existia uma definição clara sobre as diferentes faixas etárias. Para o mesmo autor, os diferentes momentos da vida foram sendo definidos posteriormente e suas concepções vinham atreladas não somente a idade, mas também às funções sociais dos indivíduos. Alguns registros medievais dão conta de sete etapas de vida: infância, pueritia, adolescência, juventude, senectude, velhice e, por último, senies (ARIÉS, 1981, 26).

As Crianças e os adolescentes, enquanto sujeitos integrantes das famílias, durante a história foram alvos de negligência e tutela. Para Donzelot (1986) a família foi alvo de ações higienistas e muitas vezes a culpa dos problemas foi sendo posta sobre ela. É lamentável que mesmo após séculos o senso comum continue atribuindo as dificuldades enfrentadas pelas pessoas aos próprios sujeitos sociais e a seus grupos familiares. A interpretação equivocada dos processos de pobreza faz com que alguns recorram a rótulos simplistas como “famílias complicadas” ou mesmo “famílias desleixadas”. Neste sentido, vale destacar aquilo que o profissional B aponta sobre seu trabalho.

Quando eles praticam alguma coisa, automaticamente, a gente fala alguma coisa e eles já saem balbuciando, dizendo, já saem falando. Se a gente fala de bebidas, cigarros ou drogas, sobre deixar de estudar, do desleixo da família, do cuidado da atenção. (PROFISSIONAL B)

Foi com o advento do capitalismo que as famílias da classe trabalhadora foram obrigadas a garantir seu sustento vendendo sua força de trabalho nas fábricas. Posteriormente, foram sendo organizadas sobre a autoridade doméstica da mulher, pela inclusão das crianças e adolescentes em internatos escolares e pela centralização da figura masculina enquanto chefe da família. Nos dias atuais, esta

família nuclear, construída sobre fortes incentivos capitalistas e morais, tem sofrido certas metamorfoses que colocam o conceito de família ideal em xeque.

Para Szymanski (2002 p.10), a nova análise referente à família deve passar pela concepção de que a mesma é um local onde os indivíduos se unem em primeiro lugar por “razões afetivas”..., e “em que compartilham um cotidiano”, mesmo que sua organização não esteja baseada na autoridade paterna em relação aos demais. A fala do profissional C foi a única que demonstrou uma compreensão mais ampla neste sentido. Ele define:

Família, para mim, remonta aos laços familiares, à composição que une as pessoas num mesmo local, que estão morando junto. São aqueles que estão unidos compondo uma família. São aqueles que estão dividindo as tarefas, os afazeres, ou seja, é um laço de convivência, o vínculo que une as pessoas e que estão morando juntas. (PROFISSIONAL C)

Ampliando esta ideia de família, pode-se destacar ainda os nove (9) tipos identificados por Szymanski (2002): nuclear, extensas, adotivas, só o casal, monoparentais, casais homossexuais, reconstituídas, e também aquelas onde várias pessoas vivem juntas sem laços legais, mas com forte compromisso mútuo.

Caníço (et. al, 2010), por sua vez, aponta pelo menos dezessete tipos de família, demonstrando, assim, que reduzir a compreensão a apenas um modelo é, no mínimo, ignorar os aspectos históricos que construíram a família contemporânea. Busca-se, então, não atribuir o termo “estruturas familiares”, mas sim “arranjos” ou mesmo “configurações familiares”, que na contemporaneidade tem se mostrado cada vez mais adequadas.

Caníço (et. al. 2010) reconhece as famílias por tipos, por relação conjugal e por relação parental. Neste sentido, para além das configurações tradicionais, também considera aquelas constituídas por uma única pessoa (Família Unitária); as Modernas, onde a igualdade de gênero é a base da união; Coabitação, quando formada por pessoas que convivem na mesma habitação sem laços conjugais ou objetivos em comum (estudantes, amigos, imigrantes); Homossexuais, onde existe a união conjugal de pessoas do mesmo sexo; entre outros.

No ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Constituição Federal de 1988, em seu artigo 226 apresenta basicamente dois modelos de família considerados como base da sociedade e merecedores de proteção do Estado. Neste artigo da legislação se reconhece, para efeito da proteção do Estado, no parágrafo 3º, a união estável

entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento, numa nítida noção de concepção de família tradicional. Também em seu parágrafo 4º é entendida como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

Mesquita (2011), ao se debruçar sobre o estudo da centralidade na família, dada pela política pública brasileira de assistência social, reconhece que “o conceito de família que apesar de ter sido ampliado na PNAS e na NOB/SUAS no cotidiano da efetivação dos programas ainda se tem como referência um modelo tradicional de família contrapondo os diversos arranjos familiares presentes na sociedade”²⁷ (MESQUITA, 2011, p.6). A Política Nacional de Assistência Social - PNAS, embora não indique tipificações claras a respeito da família, aponta que ela “é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social” (BRASIL, 2005, p.17). Esta perspectiva aponta a família não sob concepções de tipificação entre os integrantes, mas dá uma orientação sobre o convívio e formas de sociabilidade entre os membros, não indicando quem seriam estes. A política social pública tem se baseado na Constituição Federal de 1988 para indicar suas formas de ações, porém outra questão relevante a ser considerada diz respeito às políticas macroeconômicas de inspiração neoliberais.

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, no desenrolar dos anos 1990, a política brasileira sofre profunda influência das orientações internacionais de inspiração neoliberais. “Para tanto, o neoliberalismo assume uma tendência [...] que reedita o Estado mínimo e se coloca como o conjunto de alternativas e soluções disponíveis (*policy stream*), transferindo para a família a responsabilidade do bem-estar de seus membros” (MESQUITA, 2011, p.2). Isso representa um reforço a políticas que priorizam modelos idealizados de família.

As influências ideológicas dominantes que incidem sobre as políticas públicas brasileiras e, por conseguinte, sobre as famílias têm transferido para esta última e para a sociedade a responsabilidade do enfrentamento da questão social. Mesquita (2011) explica que isso tem se colocado como uma roupagem de “modernização

²⁷ Mesquita (2011) ao afirmar que o modelo de família tradicional ainda é o modelo de referência, não está negando os avanços conquistados na compreensão da instituição familiar dada pela Política Nacional de Assistência Social - PNAS, mas sim o reconhecimento de que os profissionais e pessoas que estão a frente destas políticas ainda possuem pouca inclinação ao rompimento de concepções idealizadas de família, onde colocam a família tradicional como uma estrutura ideal e a família monoparental, por exemplo, como desestruturada.

conservadora em que as demandas das classes subalternas são submetidas ao mercado, há uma responsabilização individual em que volta à cena a benevolência, a caridade, a ajuda, a solidariedade” (MESQUITA, 2011, p. 6). As novas configurações familiares, nesta perspectiva, devem ser observadas para que, pelo menos, na condução dessas políticas com inclinações conservadoras, não se transfira maior responsabilização às pessoas pelos seus problemas.

Também se deve destacar que os processos de subalternidade e o aprofundamento da pobreza que se acirra devido às políticas de inspiração neoliberal, têm colocado sobre as famílias uma forma de violência que surge da estrutura da sociedade. Ou seja, a violência estrutural incide sobre as famílias brasileiras e conduz a um processo que se desdobra em mais fragilidades e outros tipos de violência (MINAYO, 1990). Isso também aparece nas falas dos profissionais, porém apontam que as “famílias são complicadas” e não conseguem garantir recreação para os adolescentes.

Às vezes uns tem a família meio complicada e assim a vinda deles para o CRAS é um momento, talvez, de deixar para traz, esquecerem pelo menos uma hora aquela vida complicada. É uma maneira de eles fugirem um pouco da realidade e vem para cá. A gente vai à pracinha, fizemos brincadeira, sempre estamos procurando fazer uma atividade para envolver eles, aprender alguma coisa nova, até mesmo auxiliar no estudo no colégio e também tem a questão do lanche, muitos não têm em casa. Nós temos o padeiro que faz bolo, lanche, cachorros quentes, se faz festinhas em momentos como a páscoa, são coisas que eles não vão ter em casa. Acredito que é importante isso para eles, essa questão. (PROFISSIONAL A)

Disso tudo resulta que na maioria das falas dos profissionais entrevistados existe um processo de compreensão/incompreensão de que os males que as famílias enfrentam seriam decorrentes delas próprias. Porém, como lembra Szymanski (2002 p.17), ao “pensar na família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem na sociedade”, pois as relações estabelecidas pelos sujeitos e as relações que eles estabelecem na atualidade devem ser consideradas. A família, enquanto espaço de convívio e socialmente produzida, não está dissociada da realidade social onde ela se encontra. Pois, como escreve Szymanski (2002 p. 17) “as mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição, histórica e pertencimento social”.

Isso se torna importante para romper com a errônea ideia de que a violência na família ou o uso/abuso de álcool pelos adolescentes é decorrente de desestruturas

familiares. A violência estrutural, enquanto advinda do próprio sistema econômico-social, é por excelência a impulsionadora das demais formas de violência que podem se desdobrar na doméstica e na intrafamiliar, sendo estas duas as principais tipificações que incidem no cotidiano de muitas famílias brasileiras. O uso e abuso de álcool por alguns adolescentes também deve ser visto nesta perspectiva de totalidade, pois os apelos para o consumismo existente na sociedade atingem mais diretamente o público jovem. Por isso, não se deve atribuir todos os males sociais à causa da existência ou ausência das figuras paternas ou maternas (base dos discursos da família desestruturada).

De fato, parece que os profissionais dos CRAS de São Borja que trabalham direta ou indiretamente nos Grupos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com a faixa geracional dos adolescentes possuem uma compreensão de família que não tem ultrapassado o senso comum. Porém, não se deve generalizar, pois existiu o caso de uma resposta que demonstra conhecimento profundo dos aspectos do trabalho junto às famílias usuárias, onde o profissional destacou o Programa de Atendimento Integral a Família (PAIF) e uma interpretação que vai além das concepções moralizantes e tradicionais. Assim, conclui-se que investir em capacitação profissional se mostra relevante, já que é nítida a deficiência no que se refere à compreensão da categoria família.

6.2.2. Funcionamento e atividades do Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Dentre as atividades mais gerais executadas nos grupos pode-se destacar, por exemplo, as formas de abordagens que vão ao encontro dos destinatários dos serviços assistenciais e a disponibilidade de recursos humanos no andamento e na execução dos trabalhos. Sobre as formas de participação nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), por parte dos adolescentes, os profissionais indicam que a adesão é voluntária.

Eles vêm se quiserem participar e se eles têm tempo. Não vão deixar de ir na escola para vir no CRAS. Depois da escola eles fazem os eventuais trabalhos deles de casa e depois eles participam do CRAS. (PROFISSIONAL B)

Deve-se destacar que os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realizados na “proteção básica que são desenvolvidos no território de abrangência do centro de referência em assistência Social (CRAS), devem ser a ele referenciados, bem como manter articulação com o PAIF” (BRASIL, 2015, p.20). Possui objetivo de complementar os trabalhos sociais com os usuários e seus familiares. Busca prevenir a ocorrência de situação de risco social e fortalecer a convivência familiar e comunitária. Assim, as adesões se tornam voluntárias e complementares aos demais serviços prestados nos CRAS.

Porém, em um dos CRAS a interpretação de um dos profissionais indica que, às vezes, a adesão dos adolescentes é decorrente da obrigatoriedade imposta pelos pais que necessitam da colaboração de um dos familiares para manter o vínculo com a instituição e assim poderem fazer uso do benefício eventual da cesta básica. No caso, devido à impossibilidade dos pais ou responsáveis estarem frequentando as atividades propostas, a responsabilidade desta participação recai sobre o filho.

Muitos vêm só por vir, porque a mãe obriga. Por causa da questão da cesta, que eles têm que ter... Muitos têm Bolsa Família. E a questão da cesta básica, tem que ter uma frequência, uma participação deles para poder ganhar o benefício. (PROFISSIONAL A)

De fato, isso acontece em decorrência da incompreensão da legislação municipal. Como visto anteriormente nesta dissertação, a lei 4978 de 19 de dezembro de 2014 dispõe sobre a regulamentação dos benefícios eventuais no município de São Borja. Indica que o benefício eventual de manutenção cotidiana da família referente à cesta básica será concedido às famílias em situação de vulnerabilidade social, tendo uma validade estimada de seis meses, podendo ser prorrogada. A família beneficiada é encaminhada para outros serviços do âmbito do CRAS que visam o desenvolvimento pessoal e profissional. A legislação indica ainda que a recusa a participar de oficinas e programas, comprovadas ausências reiteradas, abandono de atividades ou a não colaboração com o acompanhamento realizado pela equipe do CRAS acarretará em suspensão do benefício. Isso pode ser uma possível explicação para a percepção por parte dos usuários de que estão sendo obrigados a participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento dos Vínculos.

Outro dado importante a se destacar é que a maioria dos(as) adolescentes que participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos afirmam que o

principal benefício buscado nos CRAS é a cesta básica. Isso demonstra que os usuários desses grupos são provenientes de famílias de baixíssimas condições socioeconômicas.

Um profissional aponta que o principal motivo de os adolescentes estarem frequentando os grupos no CRAS seria os processos de vulnerabilidade, a procura anterior por algum benefício que os coloca em contato com os serviços sócioassistenciais, bem como ao acompanhamento das famílias pela equipe de trabalho.

[...] o principal motivo deles participarem, seria a vulnerabilidade, para estarem inseridos dentro do CRAS. São adolescentes em que as famílias são acompanhadas ou devido a outras demandas, por exemplo, pela inscrição no CadÚnico, do programa Bolsa Família ou encaminhamento da escola, do Conselho Tutelar de alguma família. Daí a gente faz a busca-ativa dos adolescentes e convida para participar do grupo. Mas, normalmente eles já vêm de outros grupos, são os mesmos adolescentes que já estavam em alguns outros grupos anteriores à adolescência. (PROFISSIONAL C).

Para os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos o público prioritário seria definido como sendo crianças, adolescentes e idosos. Porém, conforme a região de abrangência podem ser atendidos também homens, mulheres, gestantes em diferentes idades, dependendo da situação de vulnerabilidade apresentada (BRASIL, 2015). A característica da política de assistência social e conseqüentemente dos CRAS para quem dela necessitar indica que seus serviços serão prestados para um grupo específico de usuários que se encontra em situação de risco social (BRASIL, 2005). Assim, os usuários atendidos pelo Programa de Atendimento Integral à Família (PAIF) são principalmente advindos de núcleo familiares acompanhados pela “equipe de referência do CRAS”, que deve avaliar “[...] a necessidade da sua participação em outras atividades e/ou serviços socioassistenciais” (BRASIL, 2015, p.20).

Quase todos que participam são filhos dos usuários do CRAS ou recebem algum tipo de benefício do CRAS. A gente convida eles para participar dos grupos. (PROFISSIONAL F)

Outro elemento de relevância a ser descrito diz respeito à indicação de alguns profissionais de que a ida dos adolescentes para os CRAS é um modo de evitar que estejam na rua sem a supervisão dos pais. Estes processos também são advindos da violência estrutural que paira na sociedade. Cavalli (2009) demonstra que este tipo de

violência emerge da falta de condições necessárias para a manutenção de uma vida digna. Esta violência é capaz de colocar os mais jovens em perigo constante de envolvimento com outros tipos de violências. Os pais, ao terem que trabalhar para prover o sustento das famílias, muitas vezes são obrigados a deixar seus filhos aos cuidados dos outros membros mais velhos, de parentes ou mesmo vizinhos, por falta de uma estrutura social que permita maiores cuidados. Se não existem equipamentos públicos como creches, escolas com turnos integrais, os CRAS ou mesmo algum parente ou conhecido para tomar conta dos filhos, as crianças e adolescentes ficam sujeitos a uma violência urbana que só tende a aumentar.

Na verdade, a gente procura fazer virem para o CRAS para não ficarem por aí pela rua, já que muitos pais trabalham e já que não se enquadram na questão do PETI, não dá na idade, aí eles vêm para cá e aqui eles estão aprendendo alguma coisa. (PROFISSIONAL A)

Sobre as formas de abordagem nos grupos, os profissionais, em quase sua maioria, destacaram o planejamento das atividades para todo o ano. De fato, a diretriz para o bom andamento das atividades dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é o planejamento das atividades segundo as orientações do tipo de proteção social executado pelos CRAS, a fim de serem compatíveis com o PAIF (BRASIL, 2015).

Assim, todo o início de ano nós fazemos nosso planejamento anual. E ali no nosso planejamento nós incluímos a lista de palestras que a gente quer tratar com eles. E aí a gente seleciona os palestrantes e o assunto. (PROFISSIONAL A)

Outro fator que vai ao encontro do planejamento diz respeito à preocupação dos profissionais com as particularidades existentes nas diferentes idades do público usuário. Assim, “o planejamento da oferta do serviço também deve considerar as faixas etárias dos usuários que dele participarão, o horário de funcionamento dos grupos e a periodicidade dos encontros” (BRASIL, 2015, p.19). Isso porque, na maioria das vezes, as atividades que são atraentes aos jovens e adolescentes podem não ser para as crianças ou idosos. Por exemplo, as dinâmicas praticadas pelo grupo de gestantes são diferentes das atividades físicas que os jovens geralmente gostam de praticar. As características da adolescência devem ser tomadas em consideração para que as atividades possam ganhar a adesão do público destinatário. No que se refere aos horários e à periodicidade das atividades, devem ser tomadas precauções,

pois os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos não têm a função de substituir outros serviços, de responsabilidade de outras políticas²⁸, mas sim trabalhar em conjunto.

As atividades são separadas porque cada faixa etária tem que ser abordada de uma forma. Então, a gente vai sempre modificando e procurando atender porque são pontos muito fundamentais até para informações. (PROFISSIONAL E)

Deve-se destacar ainda que as atividades intergeracionais devem ser estimuladas sempre que possível para que os adolescentes possam ir ampliando o respeito e o cuidado para com as outras faixas etárias, principalmente com os idosos. Para isso, os municípios possuem autonomia na “[...] organização da oferta do serviço, de acordo com as características locais” (BRASIL, 20015, p19). No caso do andamento das atividades e funcionamento dos grupos com os adolescentes, os profissionais indicam a forma como vêm abordando diversas temáticas.

A gente tenta buscar o que interessa eles, porque é difícil agradar os adolescentes. A gente convida eles para os grupos, faz dinâmicas sobre vários temas..., várias atividades. [...]. Sabe, a gente faz dinâmicas, trabalha com palestras. Assim ó, ontem mesmo a gente fez uma gincana com eles, e trouxemos um senhor que é de uma fazenda terapêutica para tratamento de adolescentes, e ele esteve falando sobre as consequências do uso de drogas, e do álcool. (PROFISSIONAL F)

No sentido das atividades de prevenção, Alves, Barroso e Cavalcante (2008, p. 158) afirmam ser de fundamental importância a elaboração de propostas educativas e informativas que englobem variados temas, como “[...] promoção da saúde e à prevenção de danos aos adolescentes”, e dentre estes, articular com atividades que ajudem na “detecção precoce de fatores de risco para o uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas [...]” (ALVES; BARROSO; CAVALCANTE, 2008, p. 158).

A fala do profissional B indica uma preocupação em cativar os adolescentes, buscando trabalhar com vários assuntos relevantes que fazem parte do cotidiano.

Nosso trabalho é cativar eles primeiro, palestrar para eles, falar alguma coisa. Eu tenho intenção de trazer pessoas de fora, inclusive eu sou militar, trazer os médicos para fazer palestras para eles, para as meninas, para palestrar pros meninos sobre drogas, sobre coisas que eles possam desenvolver e aprender na adolescência, que eles não conhecem e podem começar a

²⁸ No caso, pode ser destacado o projeto “mais educação”. Este programa do Ministério da Educação visa atender as crianças e adolescentes em idade escolar, em turno inverso ao de sala de aula.

conhecer, como gravidez precoce das meninas, os meninos também não tem trabalho, isso também a gente tem seguidamente tratado nos grupos, então, atentar para estes detalhes não só do álcool e das drogas, mas estes detalhes que acabam intervindo na vida deles. (PROFISSIONAL B)

Existe ainda na fala dos profissionais uma preocupação em proporcionar aos adolescentes várias atividades que possam despertá-los para a cidadania, para a necessidade de continuar estudando. Buscam se articular com outras instituições a fim de qualificar e melhorar a atratividade e os serviços.

[...] estamos tentando trazer algumas coisas, alguns temas mais atuais. Estes dias nós trouxemos uma palestra do Conselho Tutelar, para falar sobre os direitos e os deveres dos adolescentes. Falamos um pouco sobre o trabalho infantil, falamos sobre a importância da educação, agora estamos trabalhando sobre a profissionalização, pensando um pouco no futuro. Na verdade, nós temos poucos históricos sobre os adolescentes. Até estamos elaborando um questionário para sabermos mais sobre eles. Porque eu estou aqui faz um mês e não achei muitos dados sobre os adolescentes. Então, a gente começou a marcar atendimentos com eles para conhecer melhor eles e saber o que poderíamos estar trabalhando com eles. Estamos pensando coisas gerais, assim, pensamos em fazer uma parceria com a UNIPAMPA e os cursos que oferecem lá, com o IFF. Mais nesse sentido, conhecer mais os direitos, educação, assistência, saúde. (PROFISSIONAL C)

Porém, aparecem algumas falas que apontam dificuldades na abordagem de temas diversos. As atividades de dinâmicas temáticas tendem frequentemente a se revezar com outros trabalhos de recreação no laboratório de informática. Todavia, tais atividades no computador podem ser poderosas ferramentas para se trabalhar diferentes temáticas. Além disso, muitos não possuem acesso a recursos digitais no espaço doméstico devido à característica da realidade social de vulnerabilidade em que estão inseridos. No CRAS podem desfrutar destes serviços e ferramentas num processo de inclusão digital que envolvem recreação, jogos, vídeos, propostas educativas e informativas.

A gente passa atividades para eles. Agora não muito, porque eles ficam no computador, são muito viciados no computador. Se você tira eles deste meio comunicativo, você já perde eles. Eles gostam muito destas atividades da informática. (PROFISSIONAL D)

Isso chega a ser apontado como um limitante nos itinerários de emancipação dos usuários, na compreensão de seus direitos e de seus processos de cidadania. Porque, ao invés de serem trabalhados os progressos emancipatórios, as atividades

têm sido em alguns casos postas na perspectiva única da recreação. A fala da profissional C indica a fragilidade em que se encontram os trabalhos.

Eu acho que é bem fragilizado este trabalho. Porque ainda se tem a ideia de que é um grupo de convivência. Não é trabalhado muito algo que vá dar autonomia, que traga algo diferente, aprendizados. Às vezes, a gente vê em alguns CRAS que eles ficam ali na internet o tempo todo. Não é feito um acompanhamento. Às vezes, as pessoas que estão à frente dos grupos é que acabam fragilizando um pouco porque poderiam ser trabalhadas muitas questões com eles e acabam deixando passar. Às vezes são pouco atrativos também estes trabalhos com os adolescentes. (PROFISSIONAL C)

Mas, isso não dilui o aspecto de dedicação que os profissionais de São Borja têm prestados nestes grupos. A este exemplo, as seguintes descrições confirmam a grande criatividade necessária para a execução das atividades junto aos adolescentes.

Tem uma atividade que eu criei. Eu gosto muito de criar dinâmica que eles possam ir apreendendo o que é do nosso interesse. Porque trabalhar com adolescentes e jovens requer muito empenho. Tem que estar levando algo interativo para eles, senão eles ficam bem distraídos. É bem difícil de puxar a atenção deles. [...]. Então eu criei uma dinâmica. Eu separei eles em grupos e vendei os seus olhos. No momento em que estão com os olhos vendados, a gente coloca obstáculos na frente deles. Aí, para a segurança deles, a gente tira todos os obstáculos. Mas, os obstáculos ficam gravados na mente deles. Dos lados tem os orientadores que falam o correto, que vão guiá-los corretamente e têm outros que vão guiá-los incorretamente, então todos ficam falando ao mesmo tempo as orientações. [...]. Conforme eles vão seguindo o lado errado, a gente vai criando elementos para conversar com eles. Se no final eles seguirem todas as orientações certas, teremos elementos para conversar e refletir depois. (PROFISSIONAL E)

Percebe-se por meio do descrito até aqui que os profissionais possuem clareza do público destinatário dos grupos e que o planejamento das atividades é de fundamental importância. As dificuldades frente aos destinatários destes serviços têm demandado criatividade aguçada, poder de articulação com outros setores e políticas, além de um profundo conhecimento da realidade social.

6.2.3. As formas de violências percebidas nos grupos a partir das perspectivas dos profissionais.

Em se tratando de jovens localizados na faixa geracional da adolescência é comum serem encontradas formas de convívios ou relacionamentos que muitas vezes transcendem as formas de condutas entre estes sujeitos. Assim, pode-se notar dentro

desta perspectiva algumas falas dos profissionais que vão ao encontro de tipos de violências, que embora não graves, são naturalizadas e fazem parte do dia a dia. Elas se manifestam nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e podem ser um agravante nos processos de condução das atividades e dinâmicas.

Os profissionais, ao pensarem em violência, vão em sua maioria dizer que não percebem casos, embora nas falas apareçam alguns traços decorrentes de posturas de rivalidade ou mesmo de atitudes de imposição de ideias. O profissional B parece indicar que presencia o uso de palavras e expressões ameaçadoras. Embora a agressão verbal seja uma das formas de violência psicológica, muitas vezes ela não é percebida como tal e acaba sendo naturalizada. De tal sorte que se deve investir na capacitação continuada a fim de coibir sua proliferação e naturalização.

Sobre a violência. Aqui, eu presenciando entre eles, não vi ainda. Esta violência deles expõem que eram violentados, eram agredidos ou que até psicologicamente pode ser agredido, eles não expressavam. Mas parte (iniciativa) deles, da adolescência deles, deles se expressarem de uma forma diferente. Deles se acharem adultos, uma pessoa grande, de maior e querer impor para os outros uma coisa que às vezes não é, que às vezes ele não sabe. E ele quer que os outros sejam o que ele nem mesmo conhece, às vezes conhece e acaba impondo, se expressando..., “ah, tem que ser assim, tem que ser assado” e acaba ele se sobressaindo. Numa “violência de palavra, de expressão”. (PROFISSIONAL B)

Durante as atividades desenvolvidas os profissionais acabam identificando traços de uma rixa entre os jovens que residem em bairros distintos, que embora possa parecer inexistente entre os adultos, tende a se apresentar fortemente nos adolescentes do município. Queimado (2015) aponta que o fenômeno da rivalidade é muitas vezes motivado por diferenças sociais e culturais, além de possuir traços de preconceito com o diferente. Para Boff (2016, p.1) a “rivalidade cria permanentes tensões e elabora sinistras cumplicidades”, pois concentra em alguém ou em algum grupo diferenciado “toda a ameaça”, ou seja, “todos se unem contra” estas pessoas ou grupos com intensão de afastá-los. No que diz respeito às percepções sobre expressões de violência desta espécie, o profissional B irá relatar:

Aí percebemos outros problemas também. Que é uma rixa de bairro, se eu sou do CRAS aqui da Boa Vista, eu não me misturo com a piazada lá do CRAS do Passo. Ali nós começamos a perceber este detalhe que tem na cidade. Sempre houve - então jovens e adolescentes se encontram ali e ficam naquela rusga “eu sou do bairro do centro”, “eu sou do bairro do passo”, “eu sou não sei de onde”. Então, este problema a gente também já percebeu. Eles mesmos comentando, conversando: “ah... no sete (7) de setembro nós

nos encontramos, não sei o que, já começamos a se encruar lá”.
(PROFISSIONAL B)

No que concerne às manifestações ou falas dos adolescentes que indiquem uso de álcool ou formas de violências, os profissionais também apontam dificuldades. No relato do profissional F percebe-se que os adolescentes tendem a esconder ou não falarem sobre estes assuntos. Talvez com medo de represálias. O entrevistado indica que já escutou alguns falando em “bauro”²⁹ e sobre violência. Diz ainda que às vezes os meninos costumam chamar as meninas de gorda.

Por mais que as ofensas possam caracterizar uma forma de violência verbal, elas ainda não podem ser consideradas Bullying. Porém, estas atitudes devem ser coibidas para que não se transformem em formas de perseguição. Para Zanella (2016, p. 22), quando as ofensas se tornam seguidas, isso pode ser considerado bullying, pois esta última, “[...] é um conjunto de atos agressivos intencionais, repetitivos” que causa “[...] intenso sofrimento físico e psíquico às vítimas e prejudica o desenvolvimento biopsicossocial e a aprendizagem”.

A “prevenção do fenômeno bullying” passa pela identificação e “efetivação de políticas que promovam a aprendizagem significativa e fomentem relações humanizadas entre todos os atores”, capaz de evitar a reprodução de atitudes agressivas, violentas ou competitivas, bem como “a imposição de culturas e crenças de alguns indivíduos sobre os outros”.

Estes dias eu cheguei na sala e tinha dois meninos falando em bauro, mas fora isso não. Ah..., eles não reproduzem atitudes violentas também..., os guris ficam chamando as gurias de gorda, elas ficam brabas, mas não é sempre. Pelo menos, na nossa frente, eles parecem se respeitar.
(PROFISSIONAL F).

Talvez estas falas demonstrem a carência de maior aprofundamento técnico e teórico das equipes de trabalho. Pois, além de não conseguirem verificar possíveis atitudes de risco, um de seus membros conseguiu citar somente casos atrelados a lugares onde existe vulnerabilidade social. Aginsky (et. al. 2009) destaca que essa última expressão é emprestada dos direitos humanos e utilizada para designar grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente na produção, proteção ou garantia de seus direitos de cidadania. De fato, pode ser compreendida “a partir da exposição”,

²⁹ Na gíria dos adolescentes locais “bauro” significa pequeno cigarro de maconha.

dos sujeitos, “a riscos de diferentes naturezas, sejam eles econômicos, culturais ou sociais, que colocam diferentes desafios para o enfrentamento” das desigualdades (MONTEIRO, 1011, p.32).

Para mim, o que sempre vem na minha cabeça é a violência física. Mas, existe um monte de violência, física, psicológica, geralmente, assim, em lugares de vulnerabilidade social, são bem grandes os casos de violência. (PROFISSIONAL D)

A pessoa em vulnerabilidade social, vítima da violência estrutural, está em constantes riscos de sofrer outros tipos de violências, porém não se pode reduzir as ocorrências unicamente a estes indivíduos. Deve-se tomar cuidado, pois, a concepção de risco vem sendo utilizada em processos moralizantes de culpabilização dos sujeitos pelos seus próprios infortúnios (AGUINSKY, et. al. 2009).

Não se deve esquecer que ao pensar em manifestações de violência nos grupos dos CRAS, estar atento para identificar tais casos trazidos pelos jovens, seja da sociedade quanto de casa, é de fundamental importância. Mas, também esta atitude deve ser acompanhada por um atento olhar nas formas como eles estão interagindo nestes meios, inclusive dentro dos grupos. Isso para que se possa desconstruir noções e atitudes de rivalidade, xingamento, entre outros.

6.2.4. Os limitantes percebidos pelos profissionais a respeito dos trabalhos nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Com relação ao andamento das atividades nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos nos âmbitos dos CRAS com a temática do uso/abuso de álcool e casos de violências, alguns profissionais indicaram dificuldade de, pelo menos, duas ordens: os apelos sociais para o uso de álcool e a de recursos humanos no âmbito institucional. Na primeira aparece, por exemplo, a dificuldade de se trabalhar a temática de uso de álcool e de casos de violência. Isso porque as formas como a sociedade trata o assunto tem posto um processo de inversão de valores.

Hoje há esta inversão que tentam caracterizar aquele que bebe como o cara do momento, o cara popular, aquela moça poderosa que tem tudo sobre controle. É isso que os jovens hoje estão vendo e tem muitas músicas hoje que remete a isso. (PROFISSIONAL E)

Isso é reforçado, segundo Noto (et.al, 2013), pela exposição continuada dos adolescentes a propagandas midiáticas e publicitárias de bebidas alcoólicas. Nesta perspectiva, o Centro de Informações sobre Saúde e Álcool aponta que “a propaganda de bebidas alcoólicas contribui para a ampla aceitabilidade social das bebidas alcoólicas, e, desse modo, influencia tanto no primeiro uso quanto no uso continuado” (CISA, 2016, s/p). Isso também é representado por Passos (2014, s/p), quando indica que “as propagandas de bebida alcoólicas estimulam os jovens a quererem experimentar o álcool mais cedo, pois a mídia mostra nas propagandas de álcool pessoas bonitas, bem financeiramente e felizes quando bebem”.

Assis e Nascimento (2013, p.6), afirmam que “[...] a mídia faz o indivíduo desejar os produtos que a indústria produz, vendendo-lhe promessas de prazer, sucesso e poder”. Nesta perspectiva, a prevenção ao uso/abuso de álcool deve, segundo Faria (et. al, 2010, s/p), proporcionar aos adolescentes “a habilidade de diferenciação entre o que se vê nos comerciais e situações reais”.

Com relação à falta de investimento em recursos humanos é apontado pelo profissional E a dificuldade em alguns CRAS de se desenvolverem atividades eficazes por motivos de uma única pessoa acabar desempenhando o trabalho do orientador social e do facilitador dos grupos. Além disso, há um único funcionário que exerce os processos de planejamento e execução das atividades em todas faixas geracionais.

A Política de Assistência Social é bem voltada para a família. A gente trabalha com o PAIF. Dentro deste programa, a gente procura atender as faixas etárias. Mas é um pouco difícil, mas a gente tenta e vai fazendo. Porque pelo PAIF diz que tem que ter um facilitador e o orientador social desenvolvendo as atividades e a nossa realidade é que é um só profissional que exerce as duas funções ao mesmo tempo. Deste jeito, exige mais na execução, na aplicação e também na questão do olhar, no desenvolvimento das atividades, ver como estão sendo aceitas pelos adolescentes. Enquanto funcionários, sempre estamos utilizando a criatividade. (PROFISSIONAL E)

Cavalli (2009, s/p) indica que atualmente a sociedade tem experimentado um profundo período de precarização das ações do Estado, onde “as políticas sociais, que surgem como resposta [...] a questão social e suas expressões, tornam-se cada vez mais fragmentadas, focalizadas e privatizadas”. Neste processo, os trabalhadores das políticas também experimentam todo o processo de acirramento da violência estrutural pela reestruturação produtiva, pela precarização do seu trabalho e pela insegurança imposta pelos contratos de trabalhos temporários. Além disso, Iamamoto (2004, p.21), aponta que “[...] as alterações que incidem no chamado “mundo do

trabalho” e nas relações entre o Estado e a sociedade - que têm resultado em uma radicalização da questão social –, atingem diretamente o trabalho cotidiano [...]” dos profissionais das diversas políticas sociais.

O relato do profissional E referente à dificuldade que encontra no desenvolvimento das atividades também indica que outros profissionais estão envolvidos com os grupos, porém devido às áreas que cada profissional do CRAS atua, tornam-se inviáveis as intervenções mais seguidas, sendo que na maioria das vezes ocorrem apenas uma vez por mês. Ressalta ainda o fato de estar sempre planejando e pensando atividades para os grupos fora do horário de trabalho. Isso pode com o tempo acarretar grandes desgastes do trabalhador e altos níveis de estresse.

Para Dardot e Laval (2016), o capitalismo contemporaneidade tem assumido uma postura que provoca mudanças na perspectiva da produção, adotada ao longo do século XX pelas políticas de bem-estar social. Segundo os autores, estas novas condutas colocam sobre os ombros dos trabalhadores a responsabilidade de sua produção, interiorizando a necessidade de dar conta num curto espaço de tempo de suas obrigações. Isso, no âmbito da política social da assistência social, em especial no trabalho desenvolvido pelos facilitadores ou educadores sociais, nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, provoca a necessidade de que fora do expediente de trabalho as pessoas responsáveis pelas atividades do grupo continuem pensando e planejando.

As intervenções são feitas pela assistente social daqui, pela coordenadora também. Esta intervenção acontece uma vez por mês ou quando tem alguma visita, ou alguma fala, quando a gente traz alguém da rede, traz alguém da área da saúde, psiquiatria, outras áreas que possam estar falando para eles e para todos os grupos. [...] pela quantidade de grupos que nós temos, a gente não consegue ficar focado. Seria bom se o CRAS pudesse contratar mais profissionais para trabalhar. Se não houvesse tanta precarização enquanto profissionais. Seria algo melhor se a gente pudesse trabalhar só com crianças, adolescentes e jovens. Mas, a gente tem outras faixas etárias que também exigem muito e isso acaba diminuindo muito o nosso ritmo. Porque das oito horas de trabalho, a gente tem que dividir para todos os grupos, fora os outros atendimentos que o CRAS desenvolve. Então, esta parte exige muito da gente. E às vezes a gente sai do CRAS, mas a cabeça não para, fica trabalhando, fica planejando os grupos, o que pode executar no outro dia. E a gente procura fazer da melhor forma possível. Porque, no meu caso, eu entendo o que o serviço necessita, no caso, o que a gente precisa desenvolver. Às vezes, a gente escuta umas falas de que na teoria é uma coisa e na prática é outra e é algo que eu discordo. Se existe uma teoria, um programa a ser desenvolvido no âmbito do trabalho e eu como profissional, o que eu estou fazendo para que se aproxime e seja executada aquela teoria pesquisada, aquela teoria pensada. Só falta aplicar! Então

tenho que aplicar da melhor forma possível e chegar num resultado positivo. Esse é o objetivo principal que cada profissional deveria ter em seu trabalho. Não se conformar. Tem que entender que trabalhamos para o usuário, para as pessoas e tentar desenvolver nosso trabalho da melhor forma possível. Usando os instrumentos que nós temos, procurando desenvolver aquilo que foi proposto. Desta forma, a gente terá um resultado melhor. Mas às vezes acontecem as divergências também. Até eu, que no caso estou cursando o Serviço Social, eu estou trabalhando no CRAS, estou vendo ..., para mim tem sido uma experiência muito gratificante, muito enriquecedora, vendo teoricamente e na prática no trabalho. (PROFISSIONAL E)

Além disso, o profissional ainda relata que há uma necessidade de capacitação dos profissionais que trabalham diretamente com os grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, uma vez que muitos não conseguem entender bem qual a importância destes serviços dentro do CRAS. Também aponta outro processo limitante que é a grande rotatividade de profissionais que, conforme Antunes (2005), também é uma expressão da reestruturação produtiva contemporânea.

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB-RH/SUAS) indica planos de capacitação continuada para todos os trabalhadores da política social (BRASIL, 2006). Porém, os gestores da política devem possibilitar capacitações aos responsáveis pelos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, “[...] dos orientadores sociais da área de abrangência do CRAS com discussão de casos e reuniões periódicas para leituras e estudos referentes ao trabalho” (BRASIL, 2015, p.22).

Deveria haver também capacitações para os profissionais terem este olhar, este olhar de trabalhar, visando este objetivo que é de prevenção, que é dar as orientações, não passar ou caracterizar como um trabalho rotineiro. Isso porque nem todos que trabalham na política têm esta experiência. Aqui na assistência, sempre no início do ano, ela faz diversas capacitações, há este desenvolvimento. Mas, quanto mais tivesse este desenvolvimento, melhor. E também as reuniões, porque a cada dois meses, a gente tem a reunião de rede. Vem escola, vem o CREAS, vêm várias políticas junto para conversar sobre os principais problemas que precisam ser trabalhados. Então, hoje a gente já conseguiu isso, que é ter uma reunião, uma conversa. Porque às vezes a rede não sabe, até pode acontecer um problema lá na saúde, e não passa nada para a assistência, então a gente não sabe. Outra coisa que nos deixa meio assim sobre o trabalho em si é aquela rotatividade de colegas, de profissões de trabalhadores, a gente está desenvolvendo uma atividade e não pode dar continuidade, também aquele profissional polivalente que tem que exercer várias funções ao mesmo tempo. Isso acaba puxando a gente, deixando a gente sem tempo para desenvolver as nossas atividades. (PROFISSIONAL E)

Vencer estas duas dificuldades, ou seja, de capacitação continuada e de investimentos em recursos humanos, é de fundamental importância para que as atividades desenvolvidas nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos sejam melhoradas no âmbito dos CRAS. Para tanto, as próprias falas dos profissionais estão indicando possibilidades de melhorias que recaem na capacitação para a temática e para os objetivos destes serviços, bem como na diminuição da rotatividade e polivalência dos profissionais.

6.2.5. A prevenção ao uso de álcool e casos de violência nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

No caso de uso/abuso de álcool e de drogas pela população brasileira, o Ministério da Saúde, articulado com outros Ministérios, como o caso do Ministério da Justiça e Ministério do Desenvolvimento Social, bem como outras políticas de intervenção, tem apostado na prevenção dos grupos sociais como estratégia de ação contra os perigos das drogas no país. Dentre as pessoas que mais necessitam de proteção, estão as crianças e adolescentes, pois são o grupo mais vulnerável da sociedade contemporânea.

Durante muito tempo, as crianças e os adolescentes foram deixados de lado no meio social. Numa história mais recente sobre o reconhecimento de que as crianças e os adolescentes deveriam ganhar mais atenção nos debates políticos e sociais, o tema veio permeado por uma mistura de ideias de controle e marginalização, bem como de propostas um pouco mais avançadas de proteção. Segundo Ariés (1981), as crianças pobres ou órfãs eram recolhidas por instituições religiosas ou filantrópicas a fim de que se controlasse a delinquência infantojuvenil.

Kocourek (2009) aponta que a Declaração dos Direitos da Criança adotada pela ONU em 29 de novembro de 1959 teve bastante influência para a evolução do trato com as pessoas mais jovens. Tal declaração teria apontado que “o ano de 1979 seria o ano Internacional da Criança” e no Brasil neste ano é promulgado o código de menores, numa clara consagração da doutrina das situações irregulares (KOCUREK, 2009, p.102). Com a abertura democrática no Brasil e o avanço dos debates internacionais, e posteriormente a promulgação da Constituição de 1988, a legislação nacional sobre as crianças e adolescentes ganhou nova roupagem com a doutrina da

proteção integral, rompendo com as concepções anteriores de tutela do menor em situação irregular.

[...] as crianças e adolescentes, pela primeira vez na história das constituições brasileiras, foram tratadas como cidadãos de direitos, como merecedores de proteção integral, cabendo à família, a sociedade e ao Estado o dever de garantir-lhes este direito, por haver garantido na Constituição Federal de 1988 fundamentos determinantes da democracia e do exercício da cidadania. (KOCOUREK, 2009, p.104)

Outro reconhecido avanço na proteção integral dos direitos da criança e adolescentes viria em 13 de julho de 1990 por meio da lei 8069, o conhecido Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. É por meio da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente que as demais legislações, políticas públicas e sociais se orientaram, inclusive no que diz respeito à proteção da integridade física e no tocante ao uso de álcool. O Estatuto aponta meios e formas de proteção ao uso de bebidas alcoólicas e outros insumos considerados prejudiciais à saúde.

Dentre o rol de medidas indicadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, destaca-se, por exemplo, o disposto no artigo 79. Aí se indica que as “[...] revistas e publicações destinadas ao público infantojuvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, tabaco, armas e munições, [...]” a fim de não incentivarem a utilização precoce destes materiais. (BRASIL, 1990, s/p). Isso porque o apelo midiático costuma incidir no público mais jovem e constrói subjetividades em seus imaginários de que a utilização de bebidas, por exemplo, seja um ponto de aceitação no meio social. Lembre-se, por exemplo, as propagandas de cervejas.

Em seu artigo 81 o ECA, como legislação protetiva, proíbe a venda de bebidas alcoólicas para crianças e adolescentes. E, por meio da lei nº 13106 de 17 de março de 2015, fez o referido artigo vigorar com a seguinte redação:

Art. 243. Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa, outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica:
Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave”. (NR) (BRASIL, 2015a, s/p).

Cabe destacar que essa lei também incluiu nova redação ao ECA, que passou a vigorar ainda com o Art. 258-C. Este artigo indica que “descumprir a proibição

estabelecida no inciso II do art. 81”, acarretará em: “Pena - multa de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais); Medida Administrativa - interdição do estabelecimento comercial até o recolhimento da multa aplicada. ” (BRASIL, 2015, s/p).

A lei 13106/2015 modificou alguns artigos do ECA, bem como acrescentou nova redação, a fim de “[...] tornar crime vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar bebida alcoólica a criança ou a adolescente” (BRASIL, 2015, s/p). Desta forma, aponta punição mais rigorosa para quem (pessoa ou estabelecimento) desobedecer ao disposto legal.

É importante citar estas legislações porque uma das reclamações dos profissionais dos CRAS é que não existe uma fiscalização mais refinada nos estabelecimentos de São Borja. Deve-se lembrar, neste sentido, que o art. 149, do ECA já indica que “compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará”:

I - a entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em:

- a) estádio, ginásio e campo desportivo;
- b) bailes ou promoções dançantes;
- c) boate ou congêneres;
- d) casa que explore comercialmente diversões eletrônicas;
- e) estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

II - a participação de criança e adolescente em:

- a) espetáculos públicos e seus ensaios;
- b) certames de beleza.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade judiciária levará em conta, dentre outros fatores:

- a) os princípios desta Lei;
- b) as peculiaridades locais;
- c) a existência de instalações adequadas;
- d) o tipo de frequência habitual ao local;
- e) a adequação do ambiente a eventual participação ou frequência de crianças e adolescentes;
- f) a natureza do espetáculo.

§ 2º As medidas adotadas na conformidade deste artigo deverão ser fundamentadas, caso a caso, vedadas as determinações de caráter geral.

Assim, neste momento apresenta-se uma contextualização das formas como os profissionais que trabalham nos grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos com os adolescentes no âmbito dos CRAS estão trabalhando com as temáticas do uso de álcool e casos de violências. Para tanto, destaca-se a fala do profissional D que apresenta uma compreensão interessante no que diz respeito à abordagem destas duas temáticas, simultaneamente. Segundo ele,

muitas pessoas já tem a tendência de serem violentas sem o uso de álcool, mas com a sua utilização abusiva poderiam ficar mais propensas ainda a cometer algum tipo de violência.

Quando uma pessoa bebe, ela fica sujeita a ser violenta sim. Acho que uma coisa leva à outra. Têm pessoas que sem usar bebidas já são violentas e com o uso de álcool ficam mais ainda. (PROFISSIONAL D)

Embora a fala anterior tenha indicado a compreensão de que o uso abusivo de álcool pelas pessoas, independentemente da faixa etária, traz consigo o perigo eminente de fazer com que fiquem violentos, os profissionais não estão construindo suas atividades de prevenção englobando estes dois temas. Um dos motivos indicados seria a dificuldade de articular estas duas temáticas, bem como causarem algum tipo de problema na residência do adolescente por possíveis comentários feitos pelos mesmos em suas casas.

Embora as temáticas das violências e usos de álcool por adolescentes sejam de difícil abordagem, os profissionais devem dedicar esforços na compreensão e articulação entre elas na direção da prevenção. Isso porque, como afirmam Alves, Barroso e Cavalcante (2008, p.158), “a prevenção mostra-se como uma das formas mais eficazes de lidar com o uso e o abuso de drogas, principalmente entre os adolescentes”. Segundo os autores, as precauções devem enfatizar a “orientação e mobilização desses adolescentes” (ALVES; BARROSO; CAVALCANTE, 2008, p. 158).

Não trabalhamos conjuntamente álcool e violência. Até porque são temática difícil de se trabalhar conjuntamente e porque a maioria destas crianças sofrem algum tipo de violência, eles são muito vulneráveis. E às vezes, eles podem inocentemente comentar sobre alguma atividade deste tipo e isso acaba gerando alguma coisa em casa. (PROFISSIONAL D)

Para Paula, Moreira e Andrioli (2016, p.760), no planejamento das atividades de prevenção também deve ser observado que o “período da adolescência” podem apresentar “determinadas situações de vulnerabilidade como, por exemplo, gravidez precoce, violência e abuso sexual, uso e abuso de álcool e outras drogas, capazes de comprometer ainda mais seu desenvolvimento”. Tais vulnerabilidades possuem a tendência de serem maiores entre os adolescentes e jovens do que em outros segmentos. Assim, os profissionais procuram fazer suas abordagens de acordo com

as situações que se apresentam. Em sua maioria, procuram buscar na rede sócioassistencial pessoas especializadas para fazerem palestras sobre diversos temas, numa perspectiva preventiva. O profissional B, em sua fala, aponta para esse sentido.

A prevenção é por palestras, mas até aqui não temos registro de adolescentes que tenham problemas com álcool. (PROFISSIONAL B)

No âmbito dos CRAS as temáticas abordadas nos grupos devem ser na perspectiva da prevenção dos riscos sociais. Assim, a abordagem de qualquer tema pode ser articulado visando a orientação “como objetivo de estimular o desenvolvimento de hábitos saudáveis de vida”, e desse modo, “a partir da conversação e discussão do tema é possível que eles exponham suas dúvidas e saberes para que o diálogo se faça e encaminhe-se para comportamentos e práticas que visem à redução de danos” (NEVES; TEIXEIRA; FERREIRA, 2015, p.290).

Ao serem questionados sobre como ocorrem as atividades de prevenção ao uso de álcool e casos de violências, em quase sua maioria, os profissionais apontaram que é por meio de palestras. Porém, todos os argumentos vão ao encontro de que não haviam sido feitas abordagens nos grupos que trabalhassem estes dois temas conjuntamente ou mesmo separadamente. No caso de atividades que orientem sobre uso de álcool ou outro tipo de droga o profissional C é bastante franco:

No momento, não foi trabalhado nada. O que a gente tem de planejamento foi pensar em trazer um senhor - que é de conhecimento da coordenadora – que foi um dependente químico que passou por fazenda terapêutica e agora é monitor. Porque a gente sabe que nesta comunidade tem muito uso de álcool e drogas, é um bairro onde isso é bem forte. Todos eles têm algum contato familiar que fazia uso, algum amigo, alguém assim – aí a gente pensou neste sentido – mas, até o momento não foi trabalhado nada ainda. (PROFISSIONAL C)

A temática do álcool e das drogas com adolescentes se faz necessária porque, como observa Jesus (2014, p.8), “o alcoolismo é um dos maiores problemas de saúde pública em todo o mundo”. E, “sendo a adolescência o período que frequentemente ocorre à experimentação das drogas, sobretudo do álcool, percebe-se a necessidade de estabelecer medidas preventivas”, pois “o consumo de álcool, pode afetar profundamente o adolescente com repercussões para toda a vida”. (JESUS, 2014,

p.8). Faz-se necessário informar os adolescentes sobre os principais tipos de violências que podem acometê-los a fim de poderem se proteger ou buscar auxílio.

Não se tem a pretensão de que todas as atividades realizadas nos grupos sejam feitas em torno desses dois temas. Mas, que em algum momento isso ocorra, tendo em vista a precocidade com que o brasileiro tem tido seus primeiros contatos com o álcool, bem como os prejuízos à saúde já apontado pelos estudos do Ministério da Saúde (BRASIL, 2004a) e pelas problematizações feitas anteriormente neste trabalho. O profissional E destaca a necessidade de se trabalhar estas temáticas em conjunto com outras atividades.

Sempre no início do ano, a gente faz um planejamento do que vamos fazer durante o ano inteiro. Mas, a gente sempre coloca dentro deste cronograma as orientações também, desde o uso do álcool, da droga, da questão familiar, várias outras questões, violência, como se defender, como prevenir. Mas, são todos eles abordados no todo. Então a gente tem algo mais fixo, algo já implantado, alguma palestra que a gente vai estar sempre aplicando. São desenvolvidos no decorrer do ano. E principalmente quando tenha alguma campanha, na atualidade, aí a gente desenvolve junto, até para chamar a atenção deles. (PROFISSIONAL E)

Outros profissionais argumentam que não realizaram atividades de prevenção ao uso de álcool e casos de violências por estarem a pouco tempo na função de orientador social ou facilitador. Mas, apontam que quando é necessário fazem um processo de preparação e estudo para realização destas atividades. Nesse sentido, “a preparação da atuação do orientador social, o seu compromisso com uma postura dialógica, propositiva e cooperativa são essenciais para assegurar que as ações/atividades sejam coerentes e consequentes” (BRASIL, 2015). Também apontam que as palestras são realizadas por profissionais especializados do CAPS.

Por enquanto ainda não, porque faz pouco tempo que estou trabalhando com eles. Eu nunca cheguei a trabalhar com esta temática. Mas, quando temos que trabalhar, a gente estuda sobre o assunto se prepara, assiste vídeos para a gente estar falando para os jovens. As palestras são realizadas pelos profissionais da rede, do CAPS ... (PROFISSIONAL D)

O profissional B, ao apontar os momentos em que realiza as atividades que vão ao encontro da prevenção do uso de álcool, diz que não se tem uma elaboração muito grandiosa a este respeito, mas que sempre que se apresenta uma oportunidade de falar nesta temática, ele aproveita para dar orientações aos(as) adolescentes. Zanella (2016) indica que nos trabalhos preventivos é de fundamental importância conhecer a

personalidade dos adolescentes, seu contexto socioeconômico e familiar para se construir propostas plausíveis com as características e particularidades de cada grupo. Por isso, os orientadores e facilitadores sociais devem estar sempre atentos às necessidades dos usuários.

O projeto de nós intervirmos e falar mais sobre alcoolismo - é uma vez mais ou menos - em cada vez que a gente se reúne, nós só comentamos. Não dizemos que fizemos megapalestras ou teatros, uma coisa mostrando a importância de eles fugirem deste lado da bebida. (PROFISSIONAL B)

Então, as abordagens neste sentido têm sido realizadas por meio de palestras. A título de contribuição, deve-se destacar que nos processos de prevenção ao uso de álcool, o Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina também indica que “o incentivo da prática de educação física entre os jovens, pode proporcionar mudanças no comportamento, desenvolvendo atitudes saudáveis e afastando os perigos de consumo de álcool”, podendo ser uma alternativa às palestras (CREFSC, 2016, s/p).

É importante destacar ainda que os profissionais identificam que os processos de prevenção ao uso de bebidas alcoólicas também devem passar pelas estratégias de fiscalização do comércio ilegal. Pode-se lembrar aqui as falas anteriormente transcritas em que se verificou a grande facilidade de compra e venda entre os adolescentes.

O nosso CRAS atende muitos pontos e não só os casos de vulnerabilidade. E o que a gente percebe muito é que os locais de ponto de bebidas alcoólicas que vendem, eles não têm este controle e a questão é que na lei, ela diz que até os dezoito anos não pode comprar, só que esta lei não é seguida pelos comerciantes. E também não há uma fiscalização muito grande. [...] Não há uma fiscalização contínua, a gente pode até passar para os responsáveis no caso, enquanto rede a gente vê uma certa demora nos serviços. Porque o que acontece, às vezes a gente tem uma agilidade na prevenção e intervenção, num momento em que não se consegue fazer a preventiva, no momento de desenvolver os encaminhamentos vão reduzindo a velocidade, e isso não deveria reduzir, porque trabalhamos com vidas. (PROFISSIONAL E)

A lei Nº 13.106 de 17 de março de 2015, em seu artigo 1º, aponta que a partir da data de sua publicação, o art. 243 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 243. “Vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, bebida alcoólica ou, sem justa causa,

outros produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica”, as penas podem ir desde: “detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa, se o fato não constitui crime mais grave”. (BRASIL, 2015, s/p).

A Política Nacional sobre Álcool, numa abordagem de redução de danos, também aposta em “apoiar a fiscalização dos estabelecimentos destinados à diversão e lazer, especialmente para o público jovem no que se refere à proibição de mecanismos de indução ao consumo de álcool” incentivando “[...] medidas de proibição para a consumação mínima, promoção e degustação de bebidas alcoólicas”, bem como “[...] Incentivar medidas de regulamentação para horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais onde haja consumo de bebidas alcoólicas”. (BRASIL, 2007, s/p).

Mesmo com o endurecimento da legislação, a falta de fiscalização e de conhecimento das medidas de proteção faz com que os jovens das periferias de São Borja continuem tendo contato com o álcool. Mas, não só em função das bebidas alcoólicas, alguns(mas) profissionais demonstraram ter conhecimento de uso de drogas por outros adolescentes nas proximidades dos CRAS.

A gente tem conhecimento, ouço muito do que me falam. Isso é um assunto muito delicado, porque na praça a gente chega a ver vários adolescentes ali que possivelmente fazem uso de droga. Na praça, a luz do dia, até um dia os policiais estiveram ali fazendo uma intervenção. (PROFISSIONAL E)

Porém, as práticas de prevenção não devem ser baseadas apenas nos mecanismos legais de restrição, ainda que seja em vista da proteção dos mais jovens. “O uso do álcool é cultural, sendo permitido em quase todas as sociedades do mundo” e isso deve ser levado em conta ao tratar com os(as) adolescentes que constroem seus imaginários baseando-se no exemplo de alguns adulto usuários da bebida (BRASIL, 2003, p.12).

As ações deveriam estar indicando, dentre outras coisas: o porquê no Brasil, as leis protetivas adotaram estas posições de proibição do uso de álcool por pessoas com idade inferiores a dezoito (18) anos, como as drogas (álcool) agem no organismo e alteram o funcionamento fisiológico a ponto de interferir em seu meio social, bem como, deveriam acompanhar um conjunto de informações sobre “saber beber com responsabilidade”. Isso tudo, a fim de proporcionar aos(as) adolescentes uma gama de conhecimento que possibilitaria a tomada de decisões mais equilibradas.

Também se deve destacar que a Política Nacional sobre Drogas indica que no esforço da prevenção deve-se investir na promoção e facilitação do “acesso da população a alternativas culturais e de lazer que possam constituir escolhas naturais e alternativas para afastar o público jovem do consumo do álcool”. (BRASIL, 2007, s/p). “Contudo, é importante frisar que nenhuma ação isolada ou a implementação de novas leis poderá resolver este sério problema enquanto a população também não se envolver e apoiar” (ANDRADE, 2016, s/p). Somente com um trabalho em conjunto entre a família o Estado, a sociedade como um todo, assistência social, “profissionais da saúde, academia, educadores”, e instituições privadas, se poderá indicar soluções plausíveis para este “desafio que permeia o Brasil e o mundo”. (ANDRADE, 2016, s/p). Não existe receita para isso, pois estes tipos de ações ainda são insuficientes e não contemplam a população de maior risco para o consumo de álcool que são os adolescentes e os adultos jovens (BRASIL, 2003, p.12).

Os processos e mecanismos de prevenção utilizados pelos profissionais dos CRAS de São Borja ainda parecem estar carecendo de maior investimento em capacitações e da diminuição da rotatividade de profissionais. Isso porque muitos afirmaram não ter executado nenhuma atividade referente ao álcool e outras drogas, por estarem a pouco tempo no cargo.

Outro elemento relevante foi o aparecimento da interpretação de que primeiro devem existir casos confirmados de violência ou uso/abuso de álcool pelos adolescentes para somente depois se organizar atividades nesta direção. Esse critério acaba diluindo o papel dos CRAS, tornando duvidosa a ideia de prevenção apontada como relevante pelos próprios profissionais e relegando a questão ao encaminhamento para outros setores da política da assistência social ou mesmo para outras áreas da rede socioassistencial.

Considerações Finais

Ao findar estas páginas em que se buscou conhecer as percepções e vivências dos adolescentes do município de São Borja frente ao uso/abuso de álcool e casos de violências, não é de mais apontar que estas temáticas são de difícil problematização. Destaca-se ainda que as pessoas com idades inferiores aos dezoito (18) anos são os sujeitos mais vulneráveis da sociedade e recebem os impactos mais nocivos da violência estrutural que é capaz de influenciar no modo como eles percebem suas relações sociais objetivas e subjetivas.

A violência estrutural que fragiliza a sociedade como um todo é mais sentida entre as pessoas de menos idade em seu modo de diversão, nos seus grupos de amigos, na escola e na família. A construção do imaginário dos(as) adolescentes de uma sociedade em que o uso de álcool é permitido e praticado livremente - por aqueles que, de certa forma, são seus exemplos de adultos - coloca-os(as) em um constante perigo de início precoce do uso de bebidas alcoólicas.

Como descreve Pechansky (et al. 2004), o início precoce do uso de álcool deixa as pessoas mais sujeitas a agravantes como problemas de saúde e envolvimento em algum caso de violência. E, nesse sentido, a falta de investimento público nas áreas sociais fragiliza a população e os jovens que necessitam destes serviços. Os apelos sociais para o consumo de bebidas alcoólicas também acabam não sendo acompanhados de forma satisfatória de tratamentos e prevenções ao seu uso.

Além disso, como já foi apontada nesta dissertação, a relação do álcool com as diversas formas de violências não é uma incógnita de difícil compreensão. Mas, dizer que todos os que bebem são ou se tornarão violentos também não é uma afirmação correta. Gallo (et al. 2005 p.82), afirma que a população juvenil “constitui um dos segmentos mais prejudicados pelos problemas sócio-econômico-culturais” de um dado país, também no que diz respeito ao uso de substâncias psicoativas, seja por falta de conhecimento e experiência de como viver socialmente ou mesmo pela característica de descobertas e desafios dos limites desta fase da vida.

Ao analisar as experiências dos adolescentes que participam dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de São Borja frente ao uso de álcool e ocasiões de violências, percebeu-se que tais vivências variam. Dentre os(as) entrevistados(as) que fazem uso de algum tipo de bebida alcoólica, a descrição da experiência de

consumo geralmente denota algo “bom” e favorecedor dos momentos de diversão. Porém, também aponta o perigo do excesso.

Para aqueles que estão de fora da condição de usuários da bebida as experiências vividas e percebidas entre amigos, colegas, conhecidos ou familiares demonstram que esses adolescentes conhecem os malefícios do uso abusivo do álcool a ponto de construir posições pessoais de aversão.

Os significados atribuídos pelos(as) adolescentes que ingerem bebidas alcoólicas referente ao uso da mesma é de uma perspectiva social de aceitação e adaptação a uma sociedade em que o consumo do álcool é permitido. Segundo alguns(mas) entrevistados(as), o hábito de beber é generalizado e não praticá-lo é algo inconcebível de acordo com os ditames sociais vigentes. Isso apareceu na fala da adolescente E1 que diz: “Álcool é uma coisa que todo mundo usa. Todo mundo. Não tem ninguém que diga: ‘a eu não bebo’ [...]”. Tal afirmação aponta para uma aceitação pessoal de que não beber é ser diferente do resto das pessoas.

Já entre os adolescentes que não ingerem álcool, o significado do uso está relacionado à atitude de “desculpa”, por parte de algumas pessoas, para poderem se divertir ou fazer coisas erradas. O exemplo disso está na fala da adolescente F1: “Porque eles fazem bastantes coisas erradas, aí a gente vai falar com eles e eles dizem: ‘não me lembro de nada, não me lembro de ter feito aquilo’ [...]”. São esses(as) entrevistados(as) que identificam mais diretamente os casos de violências envolvendo pessoas embriagadas.

Todos os(as) adolescentes ouvidos, no entanto, conhecem pelo menos algum amigo, colega, conhecido ou familiar que ingere álcool indevidamente. Percebe-se que o uso da bebida é praticado em qualquer lugar e momento. Entre as meninas, o consumo apareceu mais significativamente em casa. E, tratando do uso na família, isso parece ser uma relação perigosa, porque o costume de beber pode desenvolver a construção da ideia de uma cultura permissiva, uma vez que no âmbito privado as regras sociais podem ser obedecidas conforme a conveniência.

Entre os meninos, os grupos de amigos foram identificados como os lugares privilegiados para se beber. Neste caso, a busca de aceitação juntamente com os apelos sociais para o consumo e a perda do controle dos pais estaria relacionada com a iniciação ao álcool. Assim, a ingestão tanto no âmbito familiar, em festas ou em meio às amizades é praticada por muitos adolescentes e traz inúmeros agravos, dentre eles o perigo constante de envolvimento com algum caso de violência.

Foram ainda identificados alguns tipos de violências que se manifestam nos(nas) adolescentes, em seus amigos, colegas, conhecidos e familiares, quando estão sob o efeito do álcool. Entre os(as) adolescentes as brigas e as agressões físicas e psicológicas estão no topo das manifestações de violência. As motivações variam entre brincadeiras, deprecições e desentendimentos mais sérios, que originam o emprego de socos, chutes, pauladas, facadas e disparos de armas de fogo, além de xingamentos, ameaças e exposição de segredos compartilhados intimamente.

Casos de abuso ou tentativa de abuso sexual também apareceram como fator de risco entre os adolescentes consumidores e entre aqueles que se expõem à convivência ou contato eventual com quem costuma se exceder na bebida. Os(as) adolescentes trouxeram ainda algumas experiências ocorridas na família de violência doméstica e intrafamiliar sofrida pelos seus integrantes, geralmente pela mulher (mãe), sendo manifesta por meio de agressões físicas e psicológicas ou mesmo por fazerem os filhos com menos de dezoito (18) anos beberem álcool.

Neste sentido, vale lembrar que dentre os vários tipos de violência intrafamiliar destacados pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p. 17), aqui apareceu a violência física, que também pode ocorrer quando existem fortes indícios de relações de poder e pode se manifestar quando algum membro da família obriga outro a “tomar medicamentos desnecessários ou inadequados, álcool, drogas ou outras substâncias”.

Mesmo que de forma não imposta o consumo de substâncias como o álcool e outras drogas é citado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001, p.23) como “fatores de risco para a violência intrafamiliar” e pode provocar os demais tipos de violências, tais como a física, sexual, negligência, violência psicológica, violência econômica e financeira, entre outras. Quando consumidas por crianças e adolescentes, Vilela (2005) considera a intoxicação por ingestão de bebidas alcoólicas como sendo negligência da família ou da sociedade.

Os agravos à saúde produzidos pelo consumo de álcool por pessoas com idades inferiores a dezoito (18) anos também apareceram como uma violência autoinfligida, capaz de levar um adolescente a morte. O relato da adolescente F1 apontou: “Tem um amigo meu, que faleceu [...], ele era alcóolatra, bebia desde pequeno, [...] acho que o fígado dele estava desgastado demais. Ele não comia nada só bebia”.

Levando em consideração a real necessidade de intervir nos agravantes decorrentes do uso de álcool e entendendo que a melhor forma de se fazer isso é por meio da prevenção, buscou-se verificar ainda como tais atividades sobre o uso de álcool e as violências estavam sendo trabalhados junto aos adolescentes nos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) do município. Muitos dos(as) adolescentes afirmaram que receberam orientações preventivas apenas na escola. Entre os(as) profissionais, alguns relatos vão ao encontro de uma fragilidade na percepção da função dos CRAS no que se refere ao cuidado de situações de vulnerabilidades e risco social.

Entende-se aqui que o uso de álcool pelos sujeitos com idades inferiores aos dezoito (18) anos causa vulnerabilidades e coloca-os em constantes riscos sociais de violação de seus direitos. Os CRAS deveriam buscar formas de atuações por meio de um conjunto de atividades preventivas que orientassem seus usuários para que os infortúnios decorrentes do uso de bebidas não ocorressem. Isso porque, uma vez verificadas as ocorrências de agravos, estes fugiriam de sua esfera de ação. O que se verificou foi que muitos profissionais teriam a ideia de que seja necessário constatar a problemática para somente depois elaborar suas atividades. Outrossim, verificou-se que não há atividades significativas de prevenção aos usos de álcool e casos de violências nos CRAS.

Além disso, alguns relatos dos(as) profissionais indicam que a gestão pública deveria proporcionar maiores investimentos na capacitação intelectual e prática de todos os funcionários, bem como combater a precarização do trabalhador da política de assistência social. Muitos(as) entrevistados(as) afirmaram não terem trabalhado estas temáticas junto aos adolescentes, por motivo de estarem a pouco tempo realizando a função de facilitador ou educador social. Também foi apontado, tanto pelos(as) adolescentes quanto pelos(as) profissionais, o desrespeito às legislações que proíbem a venda de bebidas alcoólicas a crianças e adolescentes em São Borja.

Para os(as) profissionais, as atividades preventivas deveriam passar ainda por um processo de fiscalização dos pontos de venda de bebidas no município. Isso porque, segundo relatos, seria muito fácil a aquisição de bebidas alcoólicas pelos(as) adolescentes no meio comercial. Percebe-se que, por mais que as legislações e políticas tenham avançado no que diz respeito à proibição e contenção do uso precoce do álcool, os investimentos na efetivação destas medidas são insuficientes e frequentemente demoram a acontecer.

Por fim, deve-se apontar que não se pode fechar os olhos para a problemática do uso do álcool pelos(as) adolescentes nem de que este uso pode acarretar vários tipos de violências. Como descreve Vieira (et. al. 2017, p.7), “apesar de álcool e jovens não combinarem, essa ‘mistura’ acontece muito frequentemente, e o comportamento de beber dos adolescentes ocorre a olhos vistos”. Além disso, a postura protetiva, informativa, educacional da sociedade, da família e do Estado para com as crianças e adolescentes deve ser sempre cultivada e ampliada. Isso para que na fase adulta todos possam fazer suas escolhas de forma lúcida e coerente, conscientes de que o álcool, apesar de ser uma substância lícita, é perigoso quando não se conhece adequadamente seus efeitos.

Referências

ABRAHAM, J; TWERSKI, M. D. **Como Proceder com o Alcoólatra**. Prentice-Hall, Inc., Englewood Cliffs, New Jersey, 1981. Tradução de Auriphebo Barrance Simões. Edição Paulinas, São Paulo, 1990.

AGUINSKY, Beatriz G. et al. Entre a garantia de direitos e o reforço a subalternidade. In: MENDES, J. M. R; PRATES, Jane C e AGUINSKY, Beatriz G. (Org.) O Sistema único de Assistência Social: entre a fundamentação e o desafio da implantação. p: 63-82. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2009.

ALMEIDA, Jussara de Castro. **Consumo de álcool entre estudantes do ensino médio do município de Passos- MG**. Orientador: Juliana Álvares Duarte Bonini Campos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

ALMEIDA, Natália Kelle Dias; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas. **A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL**. Artigo acessado às 15:14 do dia 31 de outubro de 2015. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/viewFile/323/270>

ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; TRENTINI, Laís Broch; KLEIN, Lidiane Andreza; MACUGLIA, Greici Rössler; HAMMER, Cristiane; TESMMER, Martin. **Uso de Álcool, Drogas, Níveis de Impulsividade e Agressividade em Adolescentes do Rio Grande do Sul**. Vol. 45, nº. 1, (p. 65-72), Porto Alegre: Psico, 2014.

ALVES, Maria Dalva Santos; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira; CAVALCANTE, Maria Beatriz de Paula Tavares. **Adolescência, Álcool e Drogas: Uma Revisão na Perspectiva da Promoção da Saúde**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v12n3/v12n3a24> - Acessado dia 29 de julho de 2013 às 13h32min. 12 (3): 555-550 - Esc Anna Nery Ver Emferm, 2008.

ALVES, Giovanni. Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho / Giovanni Alves. 2ª edição – Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

ANDRADE, Arthur Guerra de. **Álcool: da prevenção ao tratamento**. Disponível em: <http://www.cisa.org.br/artigo/6855/alcool-prevencao-ao-tratamento.php>. Acessado dia 21 de setembro de 2016. Publicado em Coração e Vida, dia 9 de março de 2016.

ANDREOLI, Sérgio Baxter; MOREIRA, Fernanda Gonçalves; PAULA, Tassiane Cristine Santos de. **Efetividade do atendimento psicossocial na continuidade escolar de adolescentes em vulnerabilidade social**. Texto disponível em <http://www.scielosp.org/pdf/ress/v25n4/2237-9622-ress-25-04-00789.pdf> acessado dia 25 de nov. De 2016 / 16:43 / 25(4):789-798 Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, out-dez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: um ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 10 ed. São Paulo: Cortez; Campinas SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ARAGUAIA, Mariana. "**Álcool**"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/drogas/alcool.htm>>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

ARIÉS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ASSIS, L. R. ; NASCIMENTO, L. . O Serviço Social Frente a Violência. In: XVI Jornada Nacional da Educação: Educação Território de Saberes, Santa Maria. V.1 - Centro Universitário Franciscano, 2013.

AZAMBUJA, Maria Regina Flay de; FERREIRA, Maria Helena Mariante. **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Poro Alegre: Artmed, 2011.

AZAMBUJA, M. R. F. . Violência doméstica e suas diferentes manifestações. Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul , Porto Alegre, v. 25, p. 9-21, 2003.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane nogueira de Azevedo. **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. 2. Ed. São Paulo: Inglu, 2000.

BALTIERI, Danilo Antônio. **Consumo de álcool e outras drogas e impulsividade sexual entre agressores sexuais**. Tese apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor. Orientador: Arthur Guerra de Andrade. FMUSP, São Paulo, 2005.

BALTIERI, Danilo Antonio; CORTEZ, Fernanda Cestaro Prado. **A violência e o consumo nocivo de álcool**. Texto acessado dia 15 de dezembro de 2016, as 10:00, disponível em: <http://www.cisa.org.br/UserFiles/File/alcoolesuasconsequencias-pt-cap7.pdf>

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética no Serviço Social**. Fundamentos ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.

BARROS, Bianca Alves; LEMES, Alisséia Guimarães; BAUER, Tatiane Xavier; MOURA, Adaene Ives Machado de; CARRIJO, Marcos Vítor Naves; SIQUEIRA, Marcelo Fermanian Catunda; NASCIMENTO, Vagner Ferreira do; ROCHA, Elias Marcelino da; VOLPATO, Rosa Jacinto. **DESVELANDO O UNIVERSO DAS DROGAS ENTRE ADOLESCENTES. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da UNIVAR** <http://revista.univar.edu.br> ISSN 1984-431X N°.:15 Vol.1 Págs. 189 -194. **Ano de publicação: 2016**.

BENITES, Michel. **São Borja: ponte da integração completa hoje 17 anos**. Reportagem de Michel Benites, para a Rádio Local Cultura AM. Disponível em <http://www.radioculturaam1260.com.br/noticias/noticia/sao-borja/ponte-da-integracao-completa-hoje-17-anos/526> Acessado dia 22 de julho de 2016, as 12:00. São Borja, 9 de dezembro de 2014.

BEZERRA, Edson Alves; HAAS, Rosangela Londero; LEITE, Caio Fernando Gianini. **A Violência Doméstica e Familiar Decorrente do Modelo De Sociedade Patriarcal**.

Texto disponível em: <http://site.ajes.edu.br/encontro/arquivos/20160821080612.pdf> acessado dia 15 de dezembro de 2016.

BOFF, Leonardo. **O desafio da violência**. Website Carta Maior. Texto disponível em: http://cartamaior.com.br/colunaImprimir.cfm?cm_conteudo_idioma_id=19177 Acessado as 12:31 do dia 19 de dezembro de 2016.

BOSCHETTI, Ivanete. **A Política da Segurança Social no Brasil**. CFESS/ABEPSS, Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais – Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BRANCO, Marco Antônio de Oliveira. **Violências**. Cartilha da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Organização: Assessoria Técnica Psicossocial e Comissão de Estudos Interdisciplinares / Revisão: Assessorias Criminal e Cível. Texto disponível em <http://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=3095> Acessado as 12:35 do dia 14 de dezembro de 2016.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Incluindo emenda constitucional nº 42 de 19 de dezembro de 2003. Brasília, 2016.

_____, Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Casa Civil – disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm - acessado dia 08/06/2016 às 10:45 - Legislação Federal e marginalia, Brasília, 1988.

_____, **Decreto nº 6.117, de 22 de Maio de 2007**. Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências. 186ª da Independência e 119ª da República Brasília, 22 de maio de 2007.

_____, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. **Lei nº Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. (Série legislação; n. 25) 225 p. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

_____, Lei Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Caso civil, Brasília, 1990.

_____, **Legislação e Políticas Públicas sobre Drogas** / p.106 Brasília, Presidência da República, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010a.

_____, **Lei nº 11.705 de 19 de Junho de 2008**. Presidência da República - Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Acessado 04/03/2016 10:38 / Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11705.htm Brasília, 16 de junho de 2008.

_____, **Lei nº 12.760 de 20 de dezembro de 2012**. Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12760.htm Acessado dia 04/12/2016 às 10:44. Brasília, 20 de dezembro de 2012.

_____, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. **ESTATUTO DA JUVENTUDE.** Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2013.

_____, **Lei Nº 13.106, DE 17 DE MARÇO DE 2015.** Altera a lei 8069 de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2015a.

_____, Lei nº 8742/ de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.** Previdência da República, Casa Civil, Incluindo a lei nº 12.435 de 2011. Brasília, 1993.

_____, **LOAS ANOTADA:** Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8742/ de 7 de dezembro de 1993. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, março de 2009.

_____, **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, 2005.

_____, **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS.** Disponível em <http://mds.gov.br/> acessado às 21:41 do dia 16 de Agosto de 2016.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em Serviço Social.** Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. **A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas.** Saúde. 2.ed. rev. Ampliada.– Brasília: Ministério da Saúde, 2004a.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Perguntas frequentes:** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) Departamento de Proteção Social Básica (DPSB). Brasília, 18 de dezembro de 2015.

_____, Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS.** Brasília, 2005.

_____, **POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS.** MINISTÉRIO DA SAÚDE Secretaria Executiva Coordenação Nacional de DST e AIDS Série B. Textos Básicos de Saúde, Brasília – DF, 2003.

_____, **Política Nacional de Assistência Social.** Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência social. Brasília, 2004.

_____. **POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS.** Gabinete de Segurança Institucional / Conselho Nacional Antidrogas. Resolução Nº3/GSIPR/CH/CONAD, DE 27 DE OUTUBRO DE 2005.

_____, Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, 2006.

_____, Universidade Aberta do SUS. **Consumo de álcool no Brasil é superior à média mundial, diz OMS**. Website <http://www.unasus.gov.br> Acessado dia 10/11/2016 as 10:00. Universidade Aberta do SUS – UNASUS, 2014.

Cabral, Gabriela. **Agressividade**. Website Mundo Educação / Psicologia. Texto acessado dia 17 de dezembro de 2016, as 10 horas e 50 minutos. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/psicologia/agressividade.htm>

CABRAL, Lúcia do Rosário. **ALCOOLISMO JUVENIL**. Escola Superior de Enfermagem de Viseu - 30 anos. Texto acessado dia 10 de novembro de 2016 as 12:12, disponível em: <http://www.ipv.pt/millenium/Millenium30/14.pdf>

CANIÇO, Hernâni; BARRADA, Pedro; RODRÍGUEZ, Esther; CARVALHO, Armando. **Novos Tipos de Família**: Plano de Cuidados. Coordenação editorial - Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

CANTINI, Adriana Hartemink; MOTTER, Adriana Fátima Canova; GUINDANI, Evandro Ricardo. **Os conselhos de direitos e o controle social em São Borja, RS**: incluindo a compilação da legislação municipal sobre os conselhos de direito. São Borja, RS: Faith, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CAVALLI, Michelle. **VIOLÊNCIA ESTRUTURAL**: Enfrentamentos para o Serviço Social? Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302> acessado as 15:51 dia 04/11/2015

CAVALLI, Michelle. **VIOLÊNCIA ESTRUTURAL**: Enfrentamentos para o Serviço Social? Texto acessado as 15:51 dia 04/11/2015 Disponível <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2596/2302> ISSN 21-76-8498, Vol. 5, nº 5, ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – ETIC, Revistas Eletrônicas da Toledo, 2009.

CERVBRASIL, **Associação Brasileira da Indústria de Cerveja**. Disponível em: <http://www.cervbrasil.org.br> Acessado dia 26 de dezembro de 2016.

CERVO, Amaro Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CISA, Centro de Informações Sobre o álcool. **Álcool e Jovens**. Disponível em: <http://www.cisa.org.br/artigo/340/alcool-jovens.php> Acessado as 14:53 do dia 07 de novembro de 2016.

CREF-SC. Conselho Regional de Educação Física de Santa Catarina - **Boas práticas na educação física catarinense 2016** / 2ª ed. Florianópolis: CREF3/ SC, 2016.

CUNHA, Sandra Maria Silva. **A IMPULSIVIDADE NA TRANSGRESSÃO JUVENIL**: Programa De Prevenção Com Jovens Do Bairro Da Cova Da Moura. Disponível em: http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/7143/Sandra_Cunha_%20Impulsividade_Transgress%C3%B5es_Juvenis_20_01_2016_FINAL%20com%20J%C3%9ARI.pdf?sequence=1 Acessado dia 30 de out. de 2016 / 17:18 Orientador: Pedro Pechorro. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Escola de Psicologia e Ciências da Vida. Lisboa, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DESTEFANI, Gema; MAAS, Balbina Silva. **Apostila Diocesana da Pastoral da Saúde**. Org. Irmãs Gema Destefani e Balbina Silva Maas (Enfermeiras). Diocese de Uruguiana, 1988.

DONZELOT, Jacques. **A Polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

FARIA, Roberta; VENDRAME, Alan; SILVA, Rebeca; PINSKY, Ilana. **Propaganda de álcool e associação ao consumo de cerveja por adolescentes**. Revista Saúde Pública. Texto disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/2011nahead/1827.pdf>. Acessado dia 19 de dezembro de 2016. São Paulo, 2010.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FILHO, Nelson Hauck; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Avaliação de motivos para uso de álcool**: uma revisão de literatura. Texto disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/5034/6291> Acessado dia 18 de setembro de 2013 as 13h45min. - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Revista PISICO, vol. 42, nº. 1 (p.1-15) Porto Alegre, RS, Brasil, PISICO, Jan/mar, 2011.

FLACSO, Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais. **Consumo de Bebidas Alcoólicas no Brasil**: Estudo com base em fontes secundárias. Relatório de Pesquisa. Eq. De Pesq. Gilberta Acselrad (coordenação); Maria Lucia Karam; Helena Maria Scherlowski Leal David; Sergio Alarcon . Ass. De Pesq. Flavia Maria Cavallo Pfeil; Carlana Santos Grimaldi Cabral de Andrade. Rio de Janeiro, Junho de 2012.

FRAZÃO, Arthur. **Saiba quais são os Efeitos do Álcool no Organismo.** Websites Tua Saúde. <https://www.tuasaude.com/efeitos-do-alcool-no-organismo/> Acessado as 14:54 de 06.12.2016. Novembro, 2016.

FUNDAÇÃO IVAN GOULART. **Hospital Ivan Goulart:** sobre a instituição. Disponível em: <http://www.hospitalivangoulart.org.br/historia.php> Acessado dia 25 de julho de 2016.

GALLO, Alex Eduardo; Williams, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Adolescentes em conflito com a lei:** uma revisão dos fatores de risco para a conduta infracional. Acessado dia 18 de Setembro de 2013 às 13h 56min disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v7n1/v7n1a07.pdf>, 7(1): 81-95 Psicologia: Teoria e Prática, 2005.

GOLDFARB, Delia Catullo. **Pensando nas origens da violência.** In: Ciênc. Saúde coletiva vol. 15 nº. 6 Rio de Janeiro, 2010.

GUEDES, Eunice Figueiredo. **Gênero, o que é isso.** Texto acessado dia 2 de janeiro de 2017, as 16:00, disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931995000100002>. Psicol. Cienc. prof. vol.15 no.1-3 Brasília, 1995.

GURSKI, Rose. Três ensaios sobre juventude e violência. São Paulo: Escuta/Clínica Maud Mannoni, 2012.

HOFFMANN, Maria Helena; CARBONELL, Enrique; MONTORO, Luís. **Álcool e Segurança:** Epidemiologia e efeitos. Rer. Psicologia Ciência e Profissão. 16. (p.28, 37), 1996.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Rogério Lessa; HORTA, Bernardo Lessa; PINHEIRO, Ricardo T; MORALES, Blanca; STREY, Marlene N. **Tabaco, álcool e outras Drogas entre adolescentes em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil:** uma perspectiva de gênero. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/csp/v23n4/04.pdf>. Acessado 24.07 de 2013, às 17h30min. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(4): 775-783, abril, 2007.

HOSPITAL ISRAELITA ALBERT EINSTEIN, **Site Álcool e Drogas sem Distorção** (www.einstein.br/alcooledrogas) / NEAD - Núcleo Einstein de Álcool e Drogas do Hospital Israelita Albert Einstein Atenciosamente Equipe Álcool e Drogas sem Distorção, acessado dia 06.12.2016.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 9ª ed. São Paulo: Cortez; [Lima Peru]: CELATS, 1993.

IAMAMOTO, Maria Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão Social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

IAMAMOTO, Maria Vilela; YAZBEK, Maria Carmelita; NETTO, José Paulo. **A questão Social no Capitalismo**. Texto base da palestra realizada na abertura do VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – VII ENPESS, realizada em Brasília – UNB, no dia 21 de Novembro de 2000.

IANNI, Octavio. **A VIOLÊNCIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/644/647> acessado dia 25 de Novembro de 2015, as 12:21. v. 7, n. 12, Estudos de Sociologia, 2002.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Censo demográfico, 2010, área da unidade territorial 2015, Informações disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php> acessado dia 21 de julho de 2016.

_____, Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2015** / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. – Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

JESUS, Priscila Carvalho de. **ALCOOLISMO ENTRE ADOLESCENTES: um desafio para os enfermeiros**. Monografia. Curso de especialização em Linhas de Cuidado em Enfermagem – Atenção Psicossocial do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista. Orientadora: Dra. Isabel Maliska. Florianópolis, Santa Catarina, 2014.

JUNQUEIRA, Marcelle Aparecida de Barros; NUNES, Maria José; MIRANDA, Frank José Silveira; CASTRO, Vanessa Gonçalves; MASSA, Danielle Campos; BERNARDES, Ana Cristina Gennari; SANTOS, Rosana de Oliveira; SILVA, Neirielen Francisco da; FERREIRA, Ludmila Alves. **PREVENÇÃO AO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL NO CONTEXTO ESCOLAR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO “RECRIANDO CAMINHOS”**. Em Extensão, v. 12, n. 1, p. 135-143, jan. / jun. Uberlândia, 2013.

KARAM, Maria Lucia. Proibição às Drogas e Violação de Direitos Fundamentais. Texto disponível em: <http://www.leapbrasil.com.br/textos>. Acessado as 16h00min do dia 14 de março de 2015. Texto da porta-voz da LEAP, Juíza (aposentada) Maria Lucia Karam – agosto, 2013.

KOCOUREK, Sheila. **Nas dobras da história: o desafio dos direitos da criança e do adolescente na construção da cidadania para o século XXI**. Porto Alegre: Faith, 2009.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. (coleção primeiros passos; 23) São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 4 ed. 3 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006.

_____, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia Geral**. 7 ed. Ver. E ampl. 7 reimpr. São Paulo: Atlas, 2006 a.

LESSA, Sérgio. **A Centralidade Ontológica do Trabalho em Lukács**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 52, ano XVII; dezembro de 1996.

_____, Sérgio. **O Processo de Produção/Reprodução Social**; Trabalho e Sociabilidade. Artigo Publicado em capacitação em Serviço Social e Política Social, Modulo 2, pp. 20-33, CEAD-UNB, 1999.

LOSENKANN, Silvana. **Monumento sinaliza o primeiro dos sete povos das missões**. Disponível em <http://www.efend er.org.br/monumento-sinaliza-o-1%C2%BA-dos-sete-povos-das-missoes/> Acessado em 01/11/2009 às 11h08 min. Publicada em 22 de Julho de 2009.

LUCHEZI, Tatiana de Freitas. **O Automóvel como Símbolo da Sociedade Contemporânea**. Universidade Nove de Julho – UNINOVE. 6º Semintur ISSN 1806-0447. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, 09 e 10 de Julho 2010. UCS, 2010.

LUFT, Dicionário da Língua Brasileira. Minidicionário. 14 ed. Editora ática, 2002.

MARTINS, Maria Nauza Luza. **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PARA O CARGO DE ATENDENTE DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL**. Texto disponível em: http://scholar.google.com/scholar_url?url=https://www.grancursospresencial.com.br/novo/upload/Apostila%2520Conhecimentos%2520Espec%25EDficos_20100302171651.doc&hl=pt-PT&sa=X&scisig=AAGBfm3OaiAsQ1ynUiG6AwwjT1xuS-Vw&nossl=1&oi=scholaralt acessado em 07 de dezembro de 2016 as 11 horas e 43 minutos, Brasília, fevereiro de 2010.

MARX, Karl. **O Capital**. Crítica da economia política. Vol. 1 Livro I – O processo de produção de Capital, RJ, 13 ed. Editora Bertraud do Brasil, 1989.

_____, Karl; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. In Marx, Engels, Coutinho, et al. O manifesto do comunista 150 anos depois. São Paulo; Perseu Abramo, 1998.

_____, Karl. **Sobre a Questão Judaica**. Tradução de Artur Morão. Site www.lusosofia.net 2 ed. Lusosofia, 1989.

_____, Karl; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MASUR, Jandira. **O que é alcoolismo**. 1ª reimpr. Da 2ª ed. De 1991. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MATSUMOTO, Dária Sirqueira. **Mulheres e álcool: uma questão de gênero.** ISSN 1676-6806. Serviço Social e Saúde, (p.237-258) jul/dez. vol.12 n.2 - Campinas, São Paulo, 2013.

MESQUITA, Andréa Pacheco de. A FAMÍLIA COMO CENTRALIDADE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: a Constituição da Agenda Política da Assistência Social no Brasil e as Rotas de Reprodução das Desigualdades de Gênero. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo29.pdf>
Acessado dia 11:52 do dia 08/06/2016 Anais do primeiro Circuito Acadêmico - Ipea 47 anos, Code, 2011.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MINAYO, Maria Cecília. **Violência Social sob a perspectiva da saúde pública.** In: Cad. Saúde Pública vol. 10 suppl. 1, Rio de Janeiro 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **A violência na adolescência: um problema de saúde pública.** Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102311X1990000300005&script=sci_arttext&lng=es. Cad. Saúde Pública vol.6 n.3 Rio de Janeiro Sep. 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** 25 ed. Revista e atualizada. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

MONTANO, Carlos. **Pobreza Questão Social e seu enfrentamento.** Serv. Soc. Soc. Nº 110, p. 270-283. São Paulo, abril/junho, 2012.

MONTEIRO, Simone Rocha da Rocha Pires. **O marco conceitual da vulnerabilidade social.** Revista Sociedade em Debate, 17(2): 29-40, julho/dezembro. Pelotas, 2011.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, vol. 22, nº. 37, (p. 7-32), Porto Alegre, 1999.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Silvia Helena. **Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas.** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/viewFile/1405/1105> Acessado as 13h52mn do dia 18 de Setembro de 2013. Rv. PSICO, Porto Alegre, PUCRS, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006.

NEDER, Gislene. **Ajustando o Foco das Lentes: Um novo Olhar sobre a organização das Famílias Brasileiras.** p. 26-46. Silvio Monoug Kaloustian (org) Família Brasileira a Base de Tudo. 4 ed. São Pulo: Cortez, Brasília, DF: UNICEF, 2000.

NETO, Cacildo Teixeira de Carvalho; BARROS, Jaqueline de Melo; SANTOS, Rosemeire dos. **O ETHOS PROFISSIONAL DO ASSITENTE SOCIAL – QUESTÕES**

PARA O DEBATE. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 01- Nº 01/Jan-Jun, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução Crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da Questão Social.** Temporalis. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n.3 (jan-jul). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NEVES, Keila do Carmo; TEIXEIRA, Maria Luiza de Oliveira; FERREIRA, Márcia de Assunção. **Fatores e motivação para o consumo de bebidas alcoólicas na adolescência.** Texto acessado dia 09/11/2016 as 11:12, P.286-291 disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n2/1414-8145-ean-19-02-0286.pdf> Escola Anna Nery Revista de Enfermagem 19 (2) Abr-Jun, 2015.

NOTO, Ana Regina; OPALEYE, Emérita Sátiro; LOCATELLI, Danilo Polverini; RONZANI, Telmo Mota. **Cobertura jornalística sobre drogas:** distorções e potencialidades na prevenção. Capítulo 11: **Ações integradas sobre drogas:** prevenção, abordagens e políticas públicas. Telmo Mota Ronzani, UFJF, 2013.

OLIVEIRA, Ana Carolina; GUEDES, Cristiano. **Serviço Social e desafios da ética em pesquisa:** um estudo bibliográfico. Acessado dia 05 de setembro de 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802013000300008/24869> Vol. 16, nº. esp., (p. 119-129), Florianópolis: Revista Katálysis, 2013.

OLIVEIRA, Célia Maria do Nascimento de; GAMA, Eliane Alves; SILVA, Jaqueline Rodrigues da; ALMEIDA, Maria Carneiro de. **VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR E DEPENDÊNCIA QUÍMICA: UMA RELAÇÃO EXISTENTE?** GRUPOS DE TRABALHOS: **GT V – Direitos Humanos e questão da Violência Contra Criança e Adolescentes na América Latina.** Editora Rede Sírius/UERJ, 2016.

OLIVEIRA, Joyce Ramos de. **O uso precoce de bebidas alcoólicas e o papel fundamental da família e da escola para a sua prevenção.** Texto disponível em: <https://joyceramosdeoliveira5.jusbrasil.com.br/artigos/159525534/o-uso-precoce-de-bebidas-alcoolicas-e-o-papel-fundamental-da-familia-e-da-escola-para-a-sua-prevencao> Acessado dia 10/11/2016 as 14:28. JusBrasil, 2014.

OSORIO, Rafael Guerreiro. **O SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DE “COR OU RAÇA” DO IBGE.** Acessado dia 07 de novembro as 16:09. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf ISSN 1415-4765. Brasília, novembro de 2003.

OURIQUES, Edison Ademir Padilha. **Violência Estrutural e Violência Intrafamiliar: um estudo sobre o uso de Alcool por Adolescentes.** Trabalho de Conclusão de Especialização (TCE). Em Políticas e intervenção em Violência Intrafamiliar, 15.12.2013. Biblioteca do Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2013.

_____, Edison Ademir Padilha. **Política Nacional Sobre Drogas: um olhar na perspectiva dos direitos humanos.** Trabalho de Conclusão de Especialização (TCE). Em Serviço Social e Direitos Humanos. Biblioteca do Campus São Borja da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2016.

PASSOS, Carla. A Influência da mídia ao consumo de álcool. Texto disponível em: <http://oconsumodedrogas.blogspot.com.br/2014/05/normal-0-21-false-false-false-pt-br-x.html> acessado dia 19/12/2016, as 18:08. Postado às 13:25, da segunda-feira, 19 de maio de 2014.

PRATES, Jane Cruz. **Possibilidades de Mediação entre a teoria Marxista e o trabalho do Assistente Social.** Tese apresentada ao curso de pós-graduação em Serviço Social. Orientadora: Prof. Dr. Leonia Capaverde Bulla. PUCRS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, fevereiro de 2003.

PINTO, Muriel; SOUZA, Ulisses; COLVERO, Ronaldo Bernardino; SÁ, Rosicler de. **Bairro do Passo, Cultura Ribeirinha e Relações de Fronteira.** Org. Muriel Pinto e Jardel Vitor Silva. Livro História, memória e as paisagens culturais da cidade de São Borja. Erval do Oeste, SC: Polimpresos, 2015.

PECHANSKY, Flavio; SZOBOT, Claudia Maciel; SCIVOLETTO, Sandra. **Uso de Álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos.** Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbp/v26s1/a05v26s1.pdf>. Acessado dia 15 de julho de 2013, às 12h37min. Rer. Bras. Psiquiatr 2004.

PINHEIRO, Pedro. **Efeitos Do Álcool – Tratamento Do Alcoolismo.** Website. MDSaúde. Texto disponível em: <http://www.mdsaude.com/2008/09/lcool.html> publicado dia 19 de setembro de 2016.

PINTO, Muriel; JUNGTON, Daniele; CAMPOS, Carolina; SILVA, Jardel, Vitor. **HISTÓRIA POLÍTICA DE SÃO BORJA.** Org. Muriel Pinto e Jardel Vitor Silva. Livro História, memória e as paisagens culturais da cidade de São Borja. Erval do Oeste, SC: Polimpresos, 2015.

PIZZINATO, A. **Por uma perspectiva cultural do ser humano: considerações sobre “Desenvolvimento da criança e do adolescente”.** Aletheia (ULBRA) , v. 30, p. 228-232, 2009.

QUEIMADO, José Luís. **O ser humano e suas rivalidades.** Website A12 Artigos. Acessado dia 19 de dezembro de 2016, as 12:15. Texto disponível em: <http://www.a12.com/artigos/detalhes/o-ser-humano-e-suas-rivalidades> Postado as 08:00 do dia 14 de março de 2015.

REICHENHEIM, Michael E.; HASSELMANN, Maria Helena; MORAES, Claudia Leite. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v4n1/7134.pdf> Acessado as 14h00min do dia 18 de Setembro de 2013. Ciência & Saúde Coletiva, 4(1):109-121, 1999.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social**. 3. Ed. -9 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

RILLO, Apparicio Silva. **São Borja**: em perguntas e respostas. Monografia histórica e de costumes. Coleção Tricentenário, n. 2. 1982. 3. Ed. Prefeitura de São Borja, junho, 2012.

RODRIGUES, Cláudio Oraindi. **São Borja e sua História**. Prefeitura Municipal de São Borja. Coleção tricentenário n. 1, 1982.

RODRIGUES, José Fernando Corrêa; PINTO, Muriel; COLVERO, Ronaldo Bernardino. **Histórias Missioneiras de São Borja**. Métodos para o ensino do patrimônio Cultural. Segunda semana Missioneira. Prefeitura de São Borja, 2013.

DIAS, Lívia Karla Sales. **Avaliação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência na atenção aos acidentes de trânsito na zona urbana de Sobral - CE** / Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família, Orientação: Profa. Dra. Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque. Sobral, 2016.

SANTANA, Edna Miranda Ugolini; SANTANA, Levy Aniceto; LIMA, Diogo Acioli. ATUAÇÃO DO POLICIAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR. Área Temática: Formação de Professores. Agência Financiadora: UNESCO - UCB. Disponível: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/249_243.pdf. Texto acessado dia 15 de dezembro de 2016, as 17:15. PUCPR, 2008.

SÃO BORJA, Câmara Municipal de Vereadores. **Lei Orgânica do Município do São Borja**. Inclui a Emenda LOM nº 41, de 30/11/2010. Câmara Municipal de São Borja, Sala Aparício Mariense, 3 de abril de 1990.

_____, **Lei Municipal nº 3.445**. Institui o Conselho Municipal de Assistência Social, e cria o Fundo Municipal de Assistência Social. Prefeitura Municipal de São Borja. Casa João Goulart, Gabinete do Prefeito, 2005.

_____, lei nº 3.604 de junho de 2006. **Denomina o Cais do Porto de São Borja de Nossa Senhora dos Navegantes**. Prefeitura Municipal e São Borja, Palácio João Goulart/ gabinete do Prefeito, 2006.

_____, **Lei Municipal nº 4.978, de 19 de dezembro de 2014**. Dispõe sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Pública de Assistência Social do Município de São Borja e dá outras Providências. Prefeitura Municipal de São Borja – Palácio João Goulart – Gabinete do Prefeito. São Borja, 2014.

_____. Prefeitura Municipal de São Borja: Administração Pública. Secretaria do desenvolvimento rural. São Borja, 2009.

_____. Prefeitura Municipal de São Borja: Administração Pública. Secretaria Municipal da Saúde. São Borja, 2016.

_____, **Prefeitura Municipal de São Borja**. Casa João Goulart. Gabinete do Prefeito. Disponível em <http://www.saaborja.rs.gov.br/> acessado as 11:02 do dia 13 de agosto de 2016a.

_____. **Revista Orgulho de ser missioneiro**. São Borja – RS cidade histórica, Câmara de Vereadores, 2012.

São Paulo (Cidade). Secretaria da Saúde. **Violência doméstica contra a pessoa idosa**: orientações gerais. Coordenação de Desenvolvimento de Programas e Políticas de Saúde - CODEPPS. São Paulo: SMS, 2007.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Adolescência. **Uso e abuso de álcool na adolescência**. Revista Oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente / UERJ. Acessado dia 21 de setembro de 2016, às 10:21. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=93. Volume 4 nº 3 (p.6-17), UERJ, 2007.

SCARPELLINI, Marister; YOSHINAGA, Viviani Carlos. **Monoparentalidade Feminina e Vulnerabilidade Social**: a realidade de mulheres chefes de família no município de Apucarana. Acessado dia 07 de novembro de 2016, as 16:49 - Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/Marister.pdf> GT3- Gênero e Família – Coordenadora Cássia Maria Carloto. Anais II Simpósio Gênero e Políticas Públicas ISSN2177-8248 Universidade Estadual de Londrina, 18 e 19 de agosto de 2011.

SCHEIMANN, Jéssica Kristini; SOUZA, Fernanda. **O USO NOCIVO/ABUSIVO DE ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA: CONSEQUÊNCIAS E PERCEPÇÕES DE UMA VIDA ERRANTE**. Texto acessado dia 13.02 de 2017 as 9:27. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/02/Jessica-Kristini-Scheimann.pdf>

SEIBEL, S. D. e TOSCANO, Jr. A. **Antropologia: Aspectos Sociais, Culturais e Ritualísticos**. Acessado dia 05/01/2016 as 11:45, disponível em: http://www.neip.info/upd_blob/0000/82.pdf - In; Dependência de drogas, p. 25-34- São Paulo, Editora Atheneu, 2001.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o Adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

SILVA, Luiza Lopes da. **A questão das drogas nas relações internacionais: uma perspectiva brasileira** / Luiza Lopes da Silva - Brasília: FUNAG, 2013.

SILVA, Murilo Ribeiro. Políticas públicas de juventude: medidas preventivas e medidas punitivas. Website: Âmbito Jurídico. Texto disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17491&revista_caderno=12 Acessado as 18:48 do dia 01.01.2017. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIX, n. 150, jul 2016.

SIMILI, Ivana Guilherme. **A construção de uma personagem: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)**. História, gênero e trajetória biográfica. –

ST 42. Acessado dia 03 de agosto de 2016, as 11:03. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. UFSC; UESC, Florianópolis, agosto de 2006.

_____, Ivana Guilherme. **Mulher e Política: A Trajetória da Primeira-Dama Darcy Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Editora UNESP. 2008.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social. 3 ed. Ver. E atual.** São Paulo: Cortez, 2009.

SINDICERV, **Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja**. Disponível em: <http://www.sindicerv.com.br/> Acessado dia 26 de dezembro de 2016.

SOTILI, Micheli. **Abuso de álcool e Síndrome de Wernicke-Korsakoff: repercussões cognitivas e na qualidade de vida dos familiares de alcoolistas.** Dissertação de Mestrado. Orientação Rachel Sschindwein Zanini – Florianópolis, Santa Catarina, 2016.

SOUSA, Ana Paula de. **Estudo comparativo das famílias monoparentais masculinas e monoparentais femininas: a influência do genitor no desenvolvimento familiar.** Dissertação – Mestrado – Serviço Social – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP. Franca: UNESP, 2008

SOUZA, Delma P Oliveira; ARECO, Kelsy N; FILHO, Dartiu Xavier da Silveira. **Álcool e alcoolismo entre adolescentes da rede estadual de ensino de Cuiabá Mato Grosso.** Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/rsp/v39n4/25530.pdf>. Acessado 26 de julho de 2013 às 15h36min. Revista Saúde Pública 2005;39(4):585-92, 2005.

SOUSA, Mériti de. **Televisão, Violência e Efeitos midiáticos.** Texto disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v23n4/v23n4a12.pdf> Acessado dia 30 de junho de 2016. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, 23, (4) P.82-87, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. **A menina LOAS: um processo de construção da assistência social.** São Paulo: Cortez, 2004.

SZYMANSKI, Heloisa. **Viver em Família como experiência de cuidado mútuo: desafio de um mundo em mudanças.** Revista Serviço Social e Sociedade nº71 –ano XXIII p.9-25. São Paulo; Cortez, setembro de 2002.

TONET, Ivo. **Expressões Socio-culturais da crise capitalista na atualidade.** Disponível em http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/EXPRESSOES_SOCIO_CULTURAIS_DA_CRISE_CAPITALISTA.pdf. Acessado em 08 de abril de 2012.

TORRES, Gabriel Tatsch. **Inter-relações Entre A Violência Na Infância e Adolescência e o Uso de Armas de Fogo.** Or. Dr. Antonino Barros Filho - Disponível em <http://www.uff.br/mmi/ped/Adolescentes%20e%20armas%20de%20fogo.pdf> Acessado dia 14/12/2016 as 17:00. Universidade Federal Fluminense, Niterói, UFF, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa:** construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas. Petrópolis: RJ, VOZES, 2003.

VATICAN. **Documento do Concílio Vaticano II.** Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/index_po.htm
Acessado às 11:14 do dia 25 de julho de 2016.

VELHO, Gilberto. **O desafio da violência.** In: Estud. Av. vol. 14 nº 39 São Paulo, May/Aug. 2000.

VIEIRA, Denise Leite; RIBEIRO, Marcelo; ROMANO, Marcos; LARANJEIRA, Ronaldo R. **Álcool e adolescentes: estudo para implementar políticas municipais.** Disponível em <http://www.scielo.org/pdf/rsp/nahead/5705.pdf> Acessado dia 18 de julho de 2013, as 20h04min. Ver. Saúde Pública, 2007.

VILELA, Laurez Ferreira (coordenadora). Coletânea de artigos: **Enfrentando a violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal.** Brasília: Secretaria de Estado e Saúde do Distrito Federal, 2005.

WÜNSCH, Paulo. Sindicalismo e Reestruturação Produtiva no Brasil: desafios da ação sindical dos metalúrgicos de Caxias do Sul/RS. Bauru; Canal 6, 2013.

ZANELLA, Clayton Luiz. Concepções de pais de alunos de escolas públicas inseridas em contextos de vulnerabilidade social sobre a ocorrência do fenômeno bullying no ambiente escolar. Dissertação (Mestrado). Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa Ceron Trevisol - Universidade do Oeste de Santa Catarina Joaçaba, Santa Catarina, UNOESC, 2016.

ZILBERMAN, Monica L; BLUME, Sheila B. **Violência doméstica, abuso de álcool e substâncias psicoativas.** Acessado dia 25.11.2016 as 10:24. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbp/v27s2/pt_a04v27s2.pdf - Revista Brasil Psiquiatr. 2005.

Apêndices

APÊNDICE A

Roteiro Norteador para Pesquisa Bibliográfica e Documental.

PROBLEMAS DE PESQUISA

1 - Levantar informações sobre as categorias. Adolescência – Uso de Álcool – Violência.

2 - Informações sobre história do Município de São Borja.

3 – Bibliografia crítica sobre a política da Assistência Social. Centro de Referência em Assistência Social – CRAS e sua função.

4 – Documentos Legislativos: Política Nacional de Assistência Social PNAS; Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS; Sistema Única da Assistência Social SUAS, Constituição Federal de 1988; Política Nacional Sobre Drogas; Política Nacional sobre o uso indevido de álcool;

QUESTÕES NORTEADORAS.

- Relatórios de pesquisas, artigos, teses e dissertações, sobre uso de álcool e drogas por adolescentes.

- Relatórios de pesquisas, artigos, teses e dissertações, sobre tipos de Violência.

- Relatórios das atividades, fichas de presenças, dos CRAS do município, referente aos grupos de adolescentes.

- Registros das atividades realizadas nos grupos de Adolescentes.

- Legislação local e decretos, sobre a organização das atividades de assistências.

APÊNDICE B.

Roteiro para entrevista com os Adolescentes.

Questões objetivas.

Idade; Sexo; Etnia:

Grupo Familiar; Número de Integrantes; quem compõe o grupo?

Principais benefícios recebidos no CRAS:

Questões da Pesquisa.

- 1- Como você percebe as atividades de amigos, colegas, e conhecidos referentes ao uso de álcool, em ocasiões de diversão?
- 2- Quando você e seus amigos saem para se divertir, como é para você a existência da necessidade de ingerir bebidas alcoólicas?
- 3- Como fica seu comportamento, de seus amigos, colegas e conhecidos quando estão sobre o efeito de álcool?
- 4- O que você sente quando bebe álcool?
- 5- Você, seus amigos e conhecidos, já sentiram vontade de agredir alguém após beberem álcool?
- 6- Como você, seus amigos e conhecidos, agem quando são confrontados por outras pessoas que contrariam seus modos de diversão?
- 7- Seus amigos já se envolveram em ocasiões de violência após terem bebido muito? Fale um pouco sobre o ocorrido.
- 8- Como você, seus amigos e conhecidos, percebem a atividade sexual após ingerirem bebidas alcoólicas?
- 9- Referente ao trânsito. Já dirigiram, ou pegaram carona com algum motorista alcoolizado, ou conhecem alguém que tenha feito isso? Conte um pouco dessa ocasião.
- 10- O que você sente no dia seguinte a festa em que bebeu muito?
- 11- O que você acha dos amigos, colegas e conhecidos que se envolvem em brigas sobre o efeito do álcool?
- 12- Você identifica que tipo de formas violentas entre seus amigos, colegas e conhecidos quando estão sobre o efeito do álcool?
- 13- Você já participou de alguma atividade no CRAS, na escola ou em outro espaço, que orientassem sobre o uso de álcool e a prevenção de violência? Fale um pouco da sua percepção sobre a necessidade ou não deste tipo atividades.

APÊNDICE C**Roteiro para a entrevista com os Profissionais.****Questões Objetivas:**

Idade:

Sexo:

Profissão/Função:

Questões da Pesquisa:

- Como você percebe as ações da Política de Assistência Social sobre o trabalho com Adolescentes no âmbito do CRAS?
- Como as atividades dos CRAS estão organizadas para a prevenção do uso de álcool e outras drogas pelos adolescentes?
- Em que momento a temática do uso de álcool e da violência são discutidos?
- Você percebe durante os encontros do grupo de convivência dos adolescentes, falas ou atitudes que reproduzem valores sociais de uso de álcool, ou mesmo casos de violência?